

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Pós-Graduação em Comunicação  
Mestrado em Comunicação e Sociedade

Nelson Toledo Ferreira

MÍDIA SINDICAL NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO: AS MUTAÇÕES  
DO MUNDO DO TRABALHO E A MULTIPLICIDADE IDENTITÁRIA  
DOS (AS) TRABALHADORES (AS)

Juiz de Fora

2011

Ferreira, Nelson Toledo.

Mídia sindical no cenário contemporâneo: as mutações do mundo do trabalho e a multiplicidade identitária dos (as) trabalhadores (as) / Nelson Toledo Ferreira. – 2011.

189 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Comunicação Social)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

1. Meios de comunicação. 2. Sindicatos. 3. Identidade profissional. I. Título.

CDU 301.153.2

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>A IDENTIDADE DA CLASSE TRABALHADORA NA CONTEMPORANEIDADE.....</b>	<b>18</b>
2.1	A CENTRALIDADE SOCIAL DO TRABALHO.....	23
2.2	CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E SEUS MECANISMOS DE DEMARCAÇÃO.....	28
2.3	O DILEMA DA IDENTIDADE DO (A) TRABALHADOR (A): AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS E AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO.....	36
<b>3</b>	<b>OS DESAFIOS DA MÍDIA SINDICAL NO CONTEXTO MULTIDENTITÁRIO DO (A) TRABALHADOR (A) CONTEMPORÂNEO (A).....</b>	<b>48</b>
3.1	DA COMUNICAÇÃO OPERÁRIA À COMUNICAÇÃO SINDICAL ATUAL: PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	49
3.2	DIREITO À COMUNICAÇÃO DOS (DAS) TRABALHADORES (AS).....	55
3.3	DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO SINDICAL: OS PROBLEMAS DE CENTRALIZAÇÃO DIRETIVA, DO ECONOMICISMO E DA VISÃO UNICISTA DO (A) TRABALHADOR (A).....	65
<b>4</b>	<b>SINDICATOS E SUAS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS: REFLEXOS SOBRE EXPERIÊNCIAS.....</b>	<b>73</b>
4.1	SINTTRO: NA FRAGMENTAÇÃO DA CATEGORIA, NASCE O SINDICATO.....	75
4.1.1	A realidade dos (as) trabalhadores (as) do transporte coletivo no cenário nacional.....	77
4.1.2	Sinttro e sua atuação junto à categoria.....	80

4.1.3 História de greves e mobilizações.....	83
4.1.4 O jogo entre a mídia espontânea e a mídia dirigida.....	85
4.2 SINSEPU E O DESAFIO DE UNIFICAR UMA CATEGORIA COM PERFIS MULTIDENTITÁRIOS .....	90
4.2.1 Dados nacionais sobre a categoria.....	94
4.2.2 Adesão de 70% dos(as) servidores(as) reforça campanha salarial 2010.....	96
4.2.3 Sinserpu e as estratégias de comunicação.....	98
<b>5 O CONTEÚDO DOS JORNAIS SINDICAIS ANALISADOS: NOTAS METODOLÓGICAS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DOS PERIÓDICOS .....</b>	<b>101</b>
5.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO: VALIDAÇÃO CIENTÍFICA ENTRE O OBJETIVO E O SUBJETIVO.....	105
5.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DO <i>SINTTRO NOTÍCIAS</i> .....	109
5.2.1 Análises categoriais: temáticas mais utilizadas nas publicações por gêneros jornalísticos.....	111
5.2.2 Análise de palavras plenas e suas ocorrências.....	117
5.2.3 Análise dos valores difundidos pelo <i>Sinttro Notícias</i> .....	121
5.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DO <i>JORNAL DO SINSEPU</i> ..	126
5.3.1 Análises categoriais: temáticas mais utilizadas nas publicações por gêneros jornalísticos.....	128
5.3.2 Análise de palavras plenas e suas ocorrências.....	134
5.3.3 Análise dos valores difundidos pelo <i>Jornal do Sinserpu</i> .....	137
<b>6 PESQUISA DE RECEPÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS E SENTIDOS NOS JORNAIS SINDICAIS.....</b>	<b>141</b>
6.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	147

6.2 ANÁLISE DE RECEPÇÃO MUDIÁTICA PELOS (AS) TRABALHADORES (AS) EM RELAÇÃO AO <i>SINTTRO NOTÍCIAS</i> .....	150
6.3 ANÁLISE DE RECEPÇÃO MUDIÁTICA PELOS (AS) SERVIDORES (AS) EM RELAÇÃO AO <i>JORNAL DO SINSEPU</i> .....	159
<b>7 CONCLUSÃO</b> .....	169
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	176
<b>APÊNDICE</b> .....	181
<b>ANEXOS</b> .....	188

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Análise de conteúdo do <i>Sinttro Notícias</i> : categorização temática .....	110
Tabela 2	Análise de conteúdo do <i>Sinttro Notícias</i> : categorização de palavras plenas.....	116
Tabela 3	Análise de conteúdo do <i>Sinttro Notícias</i> : categorização de valores difundidos.....	120
Tabela 4	Análise de conteúdo do <i>Jornal do Sinserpu</i> : categorização temática.....	127
Tabela 5	Análise de conteúdo do <i>Jornal do Sinserpu</i> : categorização de palavras plenas ...	132
Tabela 6	Análise de conteúdo do <i>Jornal do Sinserpu</i> : categorização de valores difundidos.....	136

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Contéudo do <i>Sinttro Notícias</i> dividido em gêneros jornalísticos.....	110
Gráficos 2 - <i>Sinttro Notícias</i> : categorização temática .....	111
Gráficos 3 <i>Sinttro Notícias</i> : categorização de valores difundidos .....	121
Gráfico 4 Contéudo do <i>Jornal do Sinserpu</i> dividido em gêneros jornalísticos .....	126
Gráficos 5 <i>Jornal do Sinserpu</i> : categorização temática .....	127
Gráficos 6 <i>Jornal do Sinserpu</i> : categorização de valores difundidos.....	136
Gráficos 7 Análise de recepção <i>Sinttro Notícias</i> .....	149
Gráficos 8 Análise de recepção <i>Jornal do Sinserpu</i> .....	157

Nelson Toledo Ferreira

**Mídia sindical no cenário contemporâneo: as mutações do mundo do trabalho e a multiplicidade identitária dos (as) trabalhadores (as)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, área de concentração em Comunicação e Sociedade da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação

Aprovada em 25 de fevereiro de 2011

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal (UFJF) – Orientador

---

Profa. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho (UFJF)

---

Profa. Dra. Beatriz Schmidt Araújo (Universidade Estácio de Sá)

## RESUMO

O presente estudo busca refletir sobre como as transformações sociais do mundo contemporâneo afetam a construção da identidade dos (as) trabalhadores (as) e como se dá a relação desse processo com a mídia sindical. Enfatizam-se as mutações no mundo do trabalho, bem como apontam-se seus reflexos na complexificação identitária dos indivíduos e de grupos sociais nas sociedades atuais. Apresentam-se os resultados da análise de conteúdo de dois jornais sindicais da cidade de Juiz de Fora-MG, além da análise de recepção das duas categorias a eles vinculadas: observou-se que as matérias majoritariamente projetam uma representação idealizada dos (as) trabalhadores (as) e, ao fazê-lo, operam por parâmetros similares aos das mídias massivas - a este problema, aliam-se outros, como a auto-promoção dos dirigentes sindicais e suas ações, e a oferta de apelos temáticos predominantemente associados ao viés econômico (o que dificulta a autopercepção dos trabalhadores num contexto de multiplicidade identitária e potencialmente, com isso, acarreta um distanciamento das bases em relação às suas entidades representativas).

**Palavras-chave:** Comunicação. Sindicatos. Mídia sindical. Identidade profissional. Mundo do trabalho.

## **ABSTRACT**

This study aims to reflect on the social transformations of the contemporary world affect the identity workers and how is the relationship of this process with the media union's. Emphasize the changing of work, while also pointing to their reflections on the complexity of identity of individuals and social groups in contemporary societies. Brings forward the results of content analysis of two trade union newspaper of the city of Juiz de Fora-MG, along with analysis of receipt of the two categories related to them: it was observed that the materials mainly design an idealized representation of workers, the make it operate by criteria similar to those of mass media - in this issue, combine with others, such as self-promotion of union leaders and their actions, and providing thematic appeals predominantly associated with the economic standpoint (making it difficult to self workers in a context of multiple identities and potentially, therefore, entails a departure from bases in relation to their representative bodies).

**Keywords:** Communication. Trade unions. Media union. Professional identity. The world of work.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Paulo Roberto Figueira Leal, que esteve comigo desde o início de minhas reflexões sobre o tema, contribuindo sempre para que eu encontrasse um foco acadêmico.

Á minha mãe, Oldezira, pela presença constante em todas minhas alegrias e tristezas, sempre me estimulando a dar a volta por cima e me superar.

Ás minhas irmãs, cada qual com seu jeito de ser, sempre me dando palavras de incentivo.

Ás minhas amigas, quase irmãs, Lucia Schmidt e Mônica Souza, pelas reflexões acadêmicas e pelos momentos de alegria e fidelidade, que nos une há anos.

Ao meu amigo Toni Fernandes, que mesmo estando distante, consegue estar presente na minha vida e nas minhas conquistas.

Ás professoras Cláudia Regina Lhani, pelos seus ideais e lutas constantes a favor de uma comunicação mais cidadã e democrática, e Beatriz Schmidt Araújo, pelas ideias sempre inovadoras sobre a comunicação e o mercado de trabalho.

Á professora Iluska Coutinho pelo apoio e dedicação aos alunos do Programa, sempre com uma palavra amiga e de incentivo, nos momentos de incerteza.

A todos que, de uma forma direta ou não, contribuíram para superar essa difícil etapa.

*Uma minoria luta pela redução do poder hegemônico, mas em princípio, sem o objetivo de tomada de poder pelas armas. Nas tecnodemocracias ocidentais, a mídia é um dos principais “territórios” desta luta.*

*(Muniz Sodré em “Por um conceito de minoria”, 2005).*

## 1 INTRODUÇÃO

Nos círculos acadêmicos de comunicação, as reflexões e estudos sobre imprensa sindical estão, comparativamente às pesquisas sobre as mídias massivas, em sistemática posição minoritária. A explicação para esta ênfase majoritária nos meios massivos decorre, em grande medida, da extensão de seu alcance (quantitativamente maior do que o das mídias sindicais) e, com isso, da profundidade dos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais aí implicados. No entanto, esta visão focada nos grandes meios acaba por negligenciar pesquisas e literaturas sobre as mídias de resistência, deixando uma lacuna importante quando se discute cidadania, direitos de acesso à comunicação e a efetiva liberdade de expressão de grupos os mais diversos - inclusive a classe trabalhadora.

Em um momento em que o capitalismo atual mobiliza formas de comunicação que legitimem os seus novos modelos da estrutura produtiva e, conseqüentemente, reproduzam suas ideologias e seus respectivos interesses, o mundo do trabalho e o perfil profissional dos trabalhadores (as) vêm sendo redesenhados de acordo com os interesses das classes hegemônicas – processo que se dá objetivamente na realidade laboral, mas também no nível simbólico e discursivo.

É neste contexto que se faz premente pesquisar a realidade dos meios de comunicação sindicais, tendo como premissa que os segmentos sociais desejosos de imprimir uma luta contra-hegemônica necessitam ampliar a capacidade de vocalizar uma releitura alternativa da realidade: trata-se, no caso específico da classe trabalhadora, de construir canais capazes de assegurar a estes atores sociais a condição de formular discursos sobre si próprios, e não somente ficarem a reboque dos discursos produzidos por outrem. Configura-se aí, portanto, uma questão identitária associada a um problema de pesquisa sobre mídia sindical.

Nesta perspectiva, é razoável afirmar que o desenvolvimento de políticas de comunicação representa variável fundamental para a construção social de uma realidade mais

solidária e humanizada da classe trabalhadora frente às inovações tecnológicas e a este novo estágio de um capitalismo: isso implica que as mídias contra-hegemônicas, inclusive a sindical, sejam capazes de produzir e difundir discursos mais coerentes com o cotidiano de milhares de homens e mulheres trabalhadores, para que eles se sintam representados em suas demandas, desejos e receios. A mídia sindical vem conseguindo produzir esse tipo de identificação? Essa é a questão basilar da presente dissertação.

Para tanto, é preciso antes discutir o cenário fragmentado da contemporaneidade, o que obriga a leituras transdisciplinares capazes de extrapolar a comunicação, trazendo à tona seus diálogos com outros campos, como a sociologia, a psicologia, a antropologia e a linguística, dentre outros. Estas disciplinas ajudam refletir sobre o impacto das mutações em todas as áreas, frutos da globalização, da pós-modernidade, do capitalismo tardio, de filosofias neoliberais, que atingem a maioria dos países do ocidente. Mutações que exigem não apenas constatação de que ocorrem, mas também tensionamentos.

Uma das áreas que sofre mais este impacto destas mutações é o mundo do trabalho, que busca uma adequação de sua estrutura produtiva aos moldes de modelos que sobrecarregam a classe trabalhadora com condições laborais precárias, jornadas extenuantes e, de forma mais crucial, representam desafios às suas formas tradicionais, desde a modernidade, de organização e de expressão de demandas e bandeiras de lutas.

Mutações que acabam interferindo na realidade de organização das entidades sindicais, que também passam por uma adequação frente a estas profundas mudanças, com reflexos no próprio processo de construção identitária dos (as) trabalhadores (as). Ao mesmo tempo em que os sindicatos de trabalhadores convivem com uma história pautada com ideais revolucionários que marcaram as antigas páginas dos chamados jornais operários, atualmente enfrentam o desafio de inserir-se num cenário social e econômico marcado pelo conceito de flexibilidade.

Diante desta perspectiva, fazem-se necessárias reflexões sobre o papel desempenhado pela imprensa sindical na reconfiguração da identidade profissional, afetada pela fragmentação social e política da sociedade contemporânea e pela consequente redução do espírito de classe – fenômenos relacionados a questões como a fluidez das relações sociais e do mercado de trabalho que marcam a contemporaneidade. Parte importante do processo de socialização dos indivíduos desenvolve-se no ambiente de trabalho, local onde o (a) trabalhador (a) chega a ficar mais tempo do que em sua própria casa. Este contato permanente e contínuo interfere na identidade pessoal e coletiva e cria uma rede de significações na construção da realidade vivida por estes indivíduos.

A reflexão deste trabalho parte do pressuposto principal de que esta identidade profissional está estreitamente ligada ao dinamismo da própria transformação da conjuntura econômica, política e social da pós-modernidade, que passa a ditar novos paradigmas. Numa sociedade marcada pelo fugaz, pelo temporário, pelo cambiante e pelo fluído, não seria também as identidades dos (as) trabalhadores (as) contemporâneos (as) marcada pela multiplicidade de papéis sociais e representações? Esta multiplicidade é efetivamente percebida e refletida pelas elaborações discursivas dos sindicatos laborais presentes nas páginas de suas mídias sindicais? Os trabalhadores (as) se reconhecem no discurso sindical feito sobre eles (as)?

Portanto, este estudo pretende discutir a comunicação sindical realizada através de suas pequenas mídias impressas, por meio de um estudo de caso: em primeiro lugar, através da análise de conteúdo das publicações impressas do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Coletivo Urbano, Intermunicipal, Interestadual, Fretamento e Turismo de Juiz de Fora e do Sindicato dos Trabalhadores, Funcionários e Servidores da Administração Direta, Indireta, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Associações Cívicas da Prefeitura de Juiz de Fora, no período de setembro de 2009 a setembro de 2010; em

seguida, por meio de um estudo de recepção desses periódicos junto a suas respectivas categorias, por meio da aplicação de 200 questionários (100 para cada categoria).

A partir do fato de que o jornalismo sempre acompanha as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais de uma sociedade, faz-se necessário que as chamadas pequenas mídias, mídias locais ou alternativas possam produzir laços de pertencimentos num ambiente marcado por muito mais complexidade do que nos séculos passados.

Pretende-se refletir neste estudo sobre esta interação importante entre mídias sindicais impressas e a questão identitária dos homens e mulheres trabalhadores na contemporaneidade, com foco nas ferramentas comunicacionais utilizadas pelos sindicatos junto a seus públicos receptores, procurando apontar seus vícios de linguagem, suas estruturas jornalísticas, suas elaborações discursivas e temáticas, e, por meio de um estudo de recepção, indicar o *feedback*<sup>1</sup> das categorias em relação a seus jornais impressos, com foco na questão identitária.

No primeiro capítulo, resgata-se a discussão sobre a identidade da classe trabalhadora na contemporaneidade, tecendo uma revisão histórica sobre a reestruturação produtiva e os impactos no perfil identitário dos (as) trabalhadores (as) e na relação capital/trabalho, abordando autores que demonstram estas mutações, bem como fazem críticas severas a uma possível mitificação deste período em conformidade com as ideologias que consolidam o atual estágio do capitalismo. Nesta etapa, efetiva-se também uma reflexão sobre o mundo e o sentido do trabalho e os reflexos na classe trabalhadora.

Na segunda parte do trabalho, busca-se uma análise da comunicação sindical, passando-se por uma revisão histórica de sua transformação de imprensa operária para sindical, discutindo os desafios destas publicações frente ao contexto multidentitário do trabalhador (a) contemporâneo (a) e seus problemas de centralização diretiva, apelo ao economicismo e uma simplificada visão unicista da identidade da classe trabalhadora.

---

<sup>1</sup> *Feedback* é o retorno da informação por parte do receptor.

O terceiro capítulo traz aportes para se entender a realidade das categorias escolhidas para a análise das publicações sindicais nos capítulos posteriores. Efetiva-se uma descrição detalhada da estrutura sindical de duas entidades: o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Coletivo Urbano, Intermunicipal, Interestadual, Fretamento e Turismo de Juiz de Fora e o Sindicato dos Trabalhadores, Funcionários e Servidores da Administração Direta, Indireta, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Associações Civis da Prefeitura de Juiz de Fora.

Com base nas discussões preliminares, uma revisão teórica sobre a metodologia de análise de conteúdo, pela ótica de Laurence Bardin (2010), e sua aplicação para uma leitura analítica das mídias sindicais das duas entidades escolhidas para estudo, estão no capítulo 4. Encerrando, o capítulo 5 traz uma pesquisa de recepção com as duas categorias estudadas, na qual 200 trabalhadores responderam a um questionário.

Em suma, o que esta dissertação de mestrado objetiva é ampliar as reflexões sobre a importância dos jornais impressos sindicais, consideradas relevantes mídias destas entidades, evidenciando que são canais comunicativos que podem ser potencializados e, deste modo, aprofundarem os laços de pertencimento e identificação com seus públicos leitores, retomando a perspectiva da comunicação como um processo dialógico, interativo e de compartilhamento de sentidos e significados.

## **2 A IDENTIDADE DA CLASSE TRABALHADORA NA CONTEMPORANEIDADE**

A caracterização da sociedade contemporânea como um período de transformações no projeto da modernidade ocidental gerou numerosos conceitos para definir o atual estágio do capitalismo, marcado por uma combinação de reestruturação produtiva, impactos da globalização e avanço tecnológico - cujos efeitos gerariam até novas formas de conduta e comportamento social.

Capitalismo tardio, cognitivo, de acumulação flexível, do conhecimento, do imaterial, pós-industrial, pós-fordista, pós-moderno, da modernidade líquida, dentre outras expressões, tentam dar sentido e nomenclatura a uma série de mutações que marca as esferas política, econômica, cultural e social no final do século XX e no início do XXI.

Nas muitas divergências acumuladas nos pólos ideológicos deste debate – trata-se de um novo modelo, que supera o capitalismo tradicional, ou se trata apenas de uma radicalização exponenciada do projeto capitalista? -, uma constatação vem sendo reiterada: a base de funcionamento econômico do sistema passou por alterações significativas.

De acordo com Marta de Araújo Pinheiro (2007), apesar destas variadas nomenclaturas e pontos de vista sobre o momento atual, existe uma clivagem entre o capitalismo tradicional, cujo modelo é a fábrica, denominado moderno e industrial, e o atual – segundo ela, baseado no conhecimento, na inteligência coletiva, na valorização do capital humano. Segundo a autora, este momento atual é mediado por novas tecnologias da informação, consumo personalizado e comunicação.

Percebe-se que, no cenário social deste início de século, os processos de socialização e interação dos indivíduos são mais intensamente marcados por descartabilidade e fragmentação de relações – e o mundo do trabalho também foi afetado por estas transformações.

Num ambiente em que a comunicação – seja pelo maior alcance dos veículos tradicionais, seja pela incorporação cotidiana das novas tecnologias – passa a ser cada vez mais significativa, produzem-se efeitos sociais na direção da fluidez e da volatilidade.

O pesquisador britânico David Harvey (1999) ressalta que este caráter de efemeridade e fragmentação atingiu um aspecto mais radical do que em décadas anteriores.

(...) a volatilidade e efemeridade das modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas (...) No domínio de produção de mercadorias, o efeito primário foi a ênfase nos valores e virtudes da instantaneidade (...) e da descartabilidade (...) a dinâmica de uma sociedade do “descarte” (...) começou a ficar evidente nos anos 60. Ela significa mais do que jogar fora bens produzidos (...) significa também ser capaz de jogar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apegos a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e de ser. Foram estas formas imediatas e tangíveis pelos quais o impulso acelerador da sociedade mais ampla golpeou a experiência cotidiana comum do indivíduo (...) Por intermédio destes mecanismos (...) as pessoas foram forçadas a lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolescência instantânea. (HARVEY, 1999, p.258)

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2005) denomina este período de modernidade líquida, reafirmando as características de aceleração rápida de processos e de intensificação de mutações identitárias. Para ele, a realidade contemporânea é permeada pelo global de forma intensa: os impactos da globalização na reconfiguração do espaço e tempo das grandes corporações refletem as duas vertentes do fenômeno - ao mesmo tempo em que criam novas perspectivas para investidores - por conta da desterritorialização econômica-, mantêm os empregados presos à localidade, fadados a cumprir as fatalidades do processo.

Bauman (2005) ainda reflete sobre o fim da soberania do Estado-Nação, que se torna cada vez mais diminuto frente ao poder econômico do capital. Os estados tornam-se mera engrenagem dependente dos fatores produtivos, uma vez que têm que abrir mão do seu controle para privilegiar esta nova ordem mundial, na qual os interesses da nação e as ideologias políticas se esfacelam no processo.

Para o autor, o Estado prioriza o capital, colocando o atendimento às demandas sociais em um segundo plano. Em nome de um maior controle dos gastos públicos, produz-se uma constante precarização das condições de vida de milhões de pessoas nas mais diversas partes do mundo, com óbvios processos correlatos também na situação laboral. Em sua análise, Bauman (2005) afirma que está ocorrendo um processo de liquefação das estruturas e instituições sociais, uma vez que a solidez da modernidade perde espaço para a fluidez do momento atual:

Autoridades hoje respeitadas amanhã serão ridicularizadas, ignoradas ou desprezadas; celebridades serão esquecidas; ídolos formadores de tendências só serão lembrados nos quiz shows da TV; novidades consideradas preciosas serão atiradas nos depósitos de lixo; causas eternas serão descartadas por outras com a mesma pretensão à eternidade ( embora , tendo chamuscado os dedos repetidas vezes, as pessoas não acreditem mais); poderes indestrutíveis se enfraquecerão e se dissiparão; importantes organizações políticas ou econômicas serão engolidas por outras ainda mais poderosas ou simplesmente desaparecerão; capitais sólidos serão transformarão em capitais dos tolos; carreiras vitalícias e promissoras mostrarão ser becos sem saída. (BAUMAN, 2005, p.58)

Já o norte-americano Fredric Jameson (2006) discute este período sustentando que a emergência da pós-modernidade se dá em relação direta com uma nova fase do capitalismo, multinacional e de consumo: “o surgimento de um novo tipo de vida social e de uma nova ordem econômica – o que é chamado, em tom de eufemismo, de modernização, sociedade do consumo pós-industrial, de sociedade da mídia e do espetáculo, ou ainda, capitalismo multinacional”. (JAMESON, 2006. p.20)

Uma das críticas mais contundentes de Jameson é a de que existe uma mitificação quanto a este período, mas que revela uma nítida conformidade com os paradigmas ideológicos que consolidam o atual estágio do capitalismo. Para ele, é paradoxal que numa era definida como potencializadora das mutações da sociedade, prevaleça a tese do fim da história, das revoluções e das ideologias – as muitas mutações descritas nesse período não incluem modificações estruturais que desafiam e questionam a lógica destrutiva do capital.

Ao contrário do modernismo, que apareceu como uma forma de crítica e de rebelião em relação à ordem social anterior, a fragmentação consequente do chamado pós-modernismo revela sua fragilidade estrutural e mitificadora, ao legitimar cada vez uma sociedade na qual o poder econômico dita as regras e traz consequências nefastas à organização social e política. “(...) Creio também que os seus aspectos formais expressam de muitos modos a lógica mais profunda desse sistema social particular” (JAMESON, 2006, p.43).

O autor define este período como marcado por um novo fenômeno social midiático e informacional, que foi colonizado pela direita, propagando a noção do “fim das ideologias”. Jameson vai além, afirmando que, quanto às questões do poder e da dominação, em nenhum momento do capitalismo houve um campo de ação e de manobras tão relevante como o atual.

(...) todas as forças que ele tinha gerado contra si mesmo no passado – os movimentos trabalhistas, as rebeliões, os partidos socialistas de massa e, até mesmo os próprios Estados Socialistas – parecem hoje em total desordem, quando não, de maneira ou de outra, efetivamente neutralizados, visto que o capital global desse momento parece seguir a sua própria natureza e as suas inclinações sem as tradicionais precauções. (...) Este é um período de transição entre dois estágios do capitalismo, no qual as antigas formas de economia – aí incluídas as antigas formas de trabalho, suas tradicionais instituições organizacionais e seus conceitos – estão em meio a um processo para serem reestruturadas em escala global. (JAMESON, 2006, p.87)

No entanto, Jameson não adota uma postura apocalíptica: segundo ele, um novo proletariado surgirá, exigindo um novo “mapeamento cognitivo”, ou seja, um novo tipo de consciência de classe, tendo como base uma formação discursiva com a espacialidade implícita do pós-moderno. O sociólogo Ricardo Antunes (2009) compartilha esta mesma ideia de Jameson: a reestruturação produtiva afeta a classe trabalhadora e dá um novo sentido ao trabalho, mas existem formas de resistência e de reconfiguração social e econômica sem conformismo.

De acordo com o autor, as fases conhecidas como taylorismo e fordismo, que caracterizavam a era da indústria verticalizada, na qual os (as) trabalhadores (as) executavam

atividades especializadas em menor tempo possível, vêm dando lugar ao toyotismo, um processo produtivo que exige um perfil polivalente e multifuncional do (a) trabalhador (a). Ao contrário do taylorismo/fordismo, este modo de produção passa a valorizar a demanda de mercado segmentado, mais flexível e não tão mecanizada como os anteriores, exigindo esta multifuncionalidade dos profissionais.

Esta fase é marcada pelo fim da época fordista, na qual as fábricas gigantescas com administração centralizada e hierarquizada dão lugar a unidades díspares com produção mais flexível de acordo com o consumo. O nome toyotismo vem da fabricante japonesa de automóveis Toyota, onde foi desenvolvido como um modelo mais flexível de organização da produção (com redução de estoques e fabricação *Just In Time*<sup>2</sup>), que adquiriu projeção global, sobretudo a partir da década de 80.

Décadas em que valores como o individualismo, o estímulo à competitividade e as noções de sucesso profissional associadas ao consumo como marca de status ganharam ainda maior projeção social. Neste ambiente, o próprio conceito do que seja um (a) trabalhador (a) tornou-se objeto de discussão. O uso de categorias sociológicas como a de classe social, segundo variados analistas, enfrentou até questionamentos acadêmicos.

Mesmo autores vinculados a uma perspectiva crítica ao sistema capitalista – como é o caso dos pesquisadores da Escola de Birmingham, lar dos Estudos Culturais britânicos – apontaram o fato de que as identidades de classe passaram a ser percebidas como menos coesas do que haviam historicamente sido. Stuart Hall (2006) aponta que “(...) as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.” (HALL, 2006, p. 7)

---

<sup>2</sup> *Just in time* é um tipo de sistema que visa reduzir estoques e custos, sendo que a produção deve ter sua hora exata de acordo com a demanda do mercado, característica do Toyotismo.

A própria definição do que seja a classe trabalhadora, portanto, já se altera com as inúmeras formas de trabalho e subemprego que são resultantes deste novo período. Antunes (2006) ressalta que na contemporaneidade, a classe trabalhadora, entendida como aqueles homens e mulheres assalariados que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção, passa a ser cada vez mais fragmentada e diversificada, com o subemprego, o emprego informal, o trabalho produtivo doméstico, a terceirização dos serviços, o *part-time*<sup>3</sup>, além dos (as) trabalhadores (as) desempregados (as), excluídos do mercado de trabalho como jovens não capacitados e pessoas com mais de 40 anos.

Em suma, na questão de fundo do presente tópico, é possível afirmar que, diante de autores de formações e objetos de pesquisa tão díspares como Marta Pinheiro, David Harvey, Zygmunt Bauman, Fredric Jameson, Stuart Hall ou Ricardo Antunes, há um consenso: o mundo do trabalho na contemporaneidade foi profundamente impactado pelas mudanças da economia nas últimas décadas, qualquer que seja a nomenclatura que se utilize para definir nosso tempo. Mas estas mudanças não implicam desimportância – ao contrário, escolas teóricas as mais variadas convergem no apontamento da relevância da categoria trabalho na formação valorativa, tanto individual quanto coletiva. É o que se discute a seguir.

## 2.1 A CENTRALIDADE SOCIAL DO TRABALHO

Numerosas tradições teóricas, desde o materialismo histórico dialético até o interacionismo simbólico, apontam que é através da atividade laborativa que os seres humanos também se socializam – e, em alguma medida, constituem a si próprios. Peter L. Berger e Thomas Luckmann (2007), nomes relevantes da perspectiva interacionista, afirmavam que o homem é um produto social, fruto de processos institucionais e de universos simbólicos legitimadores com os quais conviveram.

---

<sup>3</sup> *Part time* se caracteriza como um vínculo de trabalho temporário.

O processo formativo humano trata-se de algo dinâmico, que se constrói e se reconstrói através da interação social de indivíduos e grupos. É através da interação com outros indivíduos do seu grupo de convívio e de outros que são construídas estas redes de significação da realidade, pois a marcação do que é igual e diferente é condição básica para a formação identitária.

Esta é a premissa da corrente do interacionismo simbólico. As ideias principais desta corrente foram desenvolvidas pela obra de George Herbert Mead (1863-1931), um psicólogo social ligado à filosofia pragmatista norte-americana. Com isso, o indivíduo relaciona as realidades objetivas e subjetivas, numa dialética entre consciência individual e o contexto social do qual ele vive. Nesta perspectiva, o ato laborativo pode ser entendido como uma engrenagem crucial para o desenvolvimento identitário, bem como para a legitimação da realidade em que se vive.

Partindo destes pressupostos, Berger e Luckman (2007) discorrem sobre os processos de socialização primária e secundária. Primeiro, o indivíduo apreende seu conhecimento e é inserido no meio social, na sua infância, através do contato social e emocional com seus pais e familiares que repassam e legitimam instituições.

Depois, há a socialização secundária, que faz com que estes mesmos indivíduos interiorizem o que os autores chamam de submundos institucionais, como, por exemplo, o mundo do trabalho. Trata-se aqui da distribuição de conhecimentos e da especialização destes conhecimentos que só conseguem ser apreendidos pelos indivíduos pelo suporte de sua socialização primária.

O fato de a compreensão da realidade ser efetivada também no espaço social desempenha um papel importante no universo de significação das experiências individuais, uma vez que as tipificações e as relações sociais estabelecidas, de forma contínua, oferecem, na estrutura social, um elemento essencial da vida cotidiana.

Nisso, decorre que o trabalho pode ser considerado um fator importante nesta contextualização social onde estão inseridos os indivíduos, e que qualquer mutação que ocorra dentro destas estruturas acaba por afetar o modo de agir, de pensar, de se posicionar nestes cenários que mudam.

Trazendo a questão para este início de século, marcado por transformações em rapidez nunca vista, o problema ganha ainda mais relevância: numa sociedade como a atual, em que os indivíduos conseguem permanecer mais tempo nos seus ambientes de trabalho do que em seus próprios lares, a socialização secundária descrita por Berger e Luckmann (2007) é crucial para a compreensão dos valores dos indivíduos e, portanto, das proposições hegemônicas na sociedade.

Já numa perspectiva marxista, Antunes (2009) concorda com esta posição de centralidade do trabalho, destacando que, desde o mundo antigo, ele tem sido entendido como uma expressão da vida e, ao mesmo, da degradação. A dialética se instala na medida em que o trabalho deixa de ter valores de uso para valores de troca, ou seja, deixa de ser usado para atender às necessidades básicas do ser humano para fazer parte de um metabolismo social do capital.

(...)Weber, com sua ética positiva do trabalho, reconferiu ao caminho para a salvação, celestial e terrena, fim mesmo da vida. Selava-se, então, sob o comando do mundo da mercadoria e do dinheiro, a prevalência do negócio (negar o ócio), que veio sepultar o império do repouso, da folga e da preguiça. (ANTUNES, 2009, p.259)

Ao analisar o metabolismo social do capital e seu sistema de mediações, classificando-os como de primeira e segunda ordem, Antunes (2009) sugere que a preservação das funções vitais de reprodução individual e societal revelam a necessidades elementares da relação entre homens e natureza, mas, ao contrário dos animais, os homens e as mulheres não conseguem a sobrevivência da espécie a qual pertencem se não for através do trabalho. É por meio das

atividades laborativas que ocorrem a autoprodução e o desenvolvimento da reprodução societal. Esta seria a mediação primária ou de primeira ordem.

Já a segunda ordem de mediação corresponde ao período da história humana que introduz elementos fetichizadores e alienantes de controle social, acarretando uma série de consequências ao mundo do trabalho, tais como a separação e alienação entre os homens e mulheres trabalhadores e a sua produção. Nesta fase, o indivíduo não produz apenas visando a sua sobrevivência, mas sim participa do metabolismo do sistema capitalista que visa o lucro e o aumento da produtividade.

Antunes (2009) relembra Lukács e Habermas ao discutir a importância do trabalho na sociedade. Para Lukács, a sociabilidade e a linguagem encontram suas origens a partir do ato laborativo, uma vez que o trabalho constitui-se uma categoria de mediação entre as formas pré-humanas e o ser social, estando no centro da humanização do homem. Pela ótica de Lukács, “o fato de buscar a produção e reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições de sua reprodução” (LUKÁCS apud ANTUNES, 2009, p.136).

Segundo Antunes (2009), para Lukács o trabalho seria teleológico: a capacidade que os homens têm, ao contrário dos animais, de prévia ideação do que será concebido, tornando-se protoforma de toda práxis social. Ele destaca também que o trabalho é expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, como produto de valor de uso, na medida em que, pelo ato laborativo, objetos naturais são transformados em coisas úteis. Mais tarde, as formas mais desenvolvidas de práxis social exigiam que os seres humanos se convencessem uns aos outros a realizar determinado ato teleológico. “(...) só poderei falar razoavelmente do ser social quando entendermos que sua gênese, seu elevar-se em relação à própria base e aquisição de autonomia, se baseia no trabalho, na realização contínua de posições teológicas”. (LUKÁCS apud ANTUNES, 2009, p.137)

Antunes (2009) enfatiza que ainda sob o ponto de vista de Lukács, a importância do trabalho para a humanização do homem estaria no fato de que sua constituição ontológica forma o ponto de partida para a questão da liberdade. A colocação de liberdades que se dá no processo do trabalho seria, na sua opinião, uma manifestação intrínseca da liberdade, momento de interação entre a subjetividade e objetividade. Para o autor, as demais esferas presentes na práxis social, de sentido interativo, mostram-se como uma extensão da atividade laborativa.

Em síntese, Antunes (2009) revela que para Lukács, o trabalho configura-se como protoforma da esfera social e no seu interior “estão pela primeira vez presentes todas as determinações constitutivas da essência do ser social, ele se mostra como sua categoria originária”. (LUKÁCS apud ANTUNES, 2009, p.145)

Neste paralelo, Antunes (2009) aponta que já para Habermas “a centralidade do trabalho foi substituída pela centralidade da esfera comunicacional ou da intersubjetividade” (apud ANTUNES, 2009, p.146) na sociedade contemporânea, minimizando o papel do trabalho no processo de socialização dos indivíduos. Na análise habermasiana, o sistema que engloba as esferas econômicas e políticas voltadas para a reprodução societal, vinculado ao dinheiro e poder, é desacoplado do “mundo da vida” - que é o espaço do intersubjetivo da organização dos seres humanos nas suas construções identitárias e de valores que se originam na esfera comunicacional - devido à complexidade da sociedade contemporânea.

Com isso, o sistema se sobrepõe ao mundo da vida, sendo denominado por Habermas de “colonização do mundo da vida”, marcando a separação destes dois processos. Disso decorre que o capitalismo e todo seu aparato estatal moderno tornam-se subsistemas que se diferenciam do social do mundo da vida, fazendo com que as formas de esferas pública e privada passem a ter uma ação de complementariedade.

“Da perspectiva do mundo da vida várias relações sociais cristalizam-se em torno desta relação de intercâmbio: as relações entre o empregado e o consumidor, por um lado e a relação entre o cliente e o cidadão do Estado, por outro” (HABERMAS apud ANTUNES, 2009, p.150). Nesta perspectiva, Antunes (2009) enfatiza que Habermas defende que o modo de produção capitalista e a dominação burocrático-legal exercem com mais plenitude a reprodução material do mundo da vida, a partir do momento que ocorre um ajuste na prática comunicativa da vida cotidiana, sendo assimilado por estes subsistemas.

(...) a utopia da ideia baseada no trabalho perdeu seu poder persuasivo (...) perdeu seu ponto de referência na realidade. Isso porque as condições capazes de possibilitar uma vida emancipada não mais emergem diretamente da revolucionarização das condições de trabalho, isto é, da transformação do trabalho alienado em uma atividade autodirigida. (HABERMAS apud ANTUNES, 2009, p.155)

Tal paralelo feito por Antunes (2009) entre estes dois autores, Lukács e Habermas, revela uma discussão atual sobre a complexidade da sociedade contemporânea e o posicionamento do trabalho enquanto protoforma ou não da socialização dos indivíduos. Fica evidente, pelo distanciamento das posições, que os conceitos de trabalho e de trabalhador nunca foram nem são consensuais, o que remete o debate a uma outra perspectiva. O que configuraria uma identidade da classe trabalhadora – e, como extensão lógica, o que é uma identidade?

## 2.2 CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E SEUS MECANISMOS DE DEMARCAÇÃO

Partindo da ideia de que uma identidade não é definida natural ou essencialmente, mas construída socialmente, todas estas mutações que atingem a sociedade contemporânea afetam a forma como os indivíduos, enquanto trabalhadores (as), definem a si mesmos e posicionam-se frente ao mundo do trabalho.

Segundo Stuart Hall (2006), qualquer homem ou mulher (e, conseqüentemente, quaisquer grupamentos humanos) representam a si mesmos narrativamente e suas identidades nada mais são do que discursos, representações simbólicas construídas socialmente. De acordo com o autor, na época atual, o que percebemos são crises e fragmentações das identidades tradicionais e das instituições nas quais se ancoram, resultados de mudanças decorrentes do impacto e da interferência de um mundo globalizado, pós-colonial e pós-diaspórico.

Seguindo a concepção de Hall (2006), ao contrário das sociedades antigas, tradicionais, que tinham papéis sociais bem definidos, atualmente, somos membros dos mais diversos grupos sociais e nosso processo de socialização é múltiplo, permitindo ao indivíduo transitar nos mais diversos espaços, influenciando e sendo influenciado em numerosas arenas na construção de sua identidade – nunca unificada, mas plural e diversa.

A própria mudança da noção de espaço-tempo refletiria este dinamismo de representações sociais no qual o homem moderno está inserido. Este pluralismo reforça a existência de uma gama de identidades em um só sujeito, tornando numerosas as facetas que constituem cada indivíduo.

Com o objetivo de aprofundar este debate, Hall explora as três concepções de sujeito: na ótica do iluminismo, da sociologia, e do sujeito pós-moderno. Com isso, revela que esta noção do indivíduo que era centrado, unificado, cujo “eu” era a identidade da pessoa, passou pela visão sociológica a ser entendido como uma interação social com seu meio, um reflexo de interiorização e exteriorização de papéis sociais institucionalizados, até chegar nesta concepção da transição pós-moderna - a do sujeito fluido e flexível.

Na época atual, esta estruturação sócio-cultural que construía o indivíduo entra em deslocamento, em crise. Ou seja, os sistemas de significação e representação cultural se

multiplicam no mundo moderno, criando uma gama de identidades, cujos sujeitos podem se identificar, ao menos temporariamente, com diversas posições identitárias distintas.

O autor destaca em suas análises aos impactos da globalização sobre a identidade cultural, afirmando, com base em outros teóricos, que as sociedades modernas são caracterizadas por mudanças constantes, rápidas e permanentes. Desta forma, desarticulam-se as identidades estáveis do passado, mas se abre a possibilidade de novas articulações, novas identidades, novos sujeitos.

Esta descentralização do sujeito, para Hall (2006), é fruto de algumas rupturas conceituais: passa pelas contribuições do pensamento marxista, deslocando a noção de agência individual; pela descoberta do papel do inconsciente por Freud; pela definição de nossa identidade através do “eu no olhar do outro” por Lacan; pela tese de Saussure de que a língua é um sistema social e não um sistema individual, que ela preexiste a nós; e pela visão de Michel Foucault sobre o poder disciplinar, o papel das instituições na moldagem do sujeito moderno, bem como pelo impacto do feminismo abrindo espaço para as bandeiras de luta e poder dos novos movimentos sociais.

Outros autores compartilham esta visão da cultura – e não fenômenos naturais supostamente objetivos - como a base para a construção de narrativas identitárias, como Kathryn Woodward e Tomaz Tadeu da Silva (2005). De acordo com estes autores, nas últimas décadas estão ocorrendo mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que ocasionam uma crise dos mecanismos tradicionais de identificação. Woodward (2005) aborda os sistemas de representações através da relação cultura e significado. A cultura é responsável pela moldagem da identidade ao dar significação à experiência e ao tornar possível que os indivíduos falem de si mesmos. Os sistemas simbólicos fornecem formas de dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados. O questionamento identitário da sociedade contemporânea é

resultado de novas posições e novas identidades produzidas em circunstâncias econômicas e sociais que se alteram e se transformam de forma muito rápida, característica destes novos tempos.

Em sua abordagem, Woodward (2005) discorre que a crise de identidade é fruto do colapso das velhas estruturas dos estados e das comunidades nacionais que cedem lugar a uma transnacionalização da vida econômica e cultural, tendo a globalização como fator determinante destas mudanças. Como exemplo, pode-se citar a migração, que faz com que muitas pessoas de diferentes nacionalidades se espalhem pelo mundo em busca de melhores condições de vida e de oportunidades, criando uma mescla de identidades e, conseqüentemente, forçando uma reação de luta pela afirmação e manutenção de identidades nacionais e étnicas, com medo do “forasteiro”. Um momento marcado pelo colapso de velhas certezas e pela produção de novas formas de posicionamento.

As identidades são construídas através da diferenciação, entre eu/outro. As culturas fornecem sistemas classificatórios que aplicam um princípio de diferença a uma população para dividi-la, estabelecendo fronteiras simbólicas entre o que está incluído e o que está excluído. Estes sistemas dão ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais. A marcação da diferença, então, é o componente-chave em qualquer sistema de classificação, e cada cultura tem suas próprias formas de classificar o mundo, propiciando meios para dar sentido ao espaço social e construir significados. Woodward (2005) discute as oposições binárias como uma forma de dicotomia que estabelece e fixa significados.

Já Tadeu da Silva (2005) dá ênfase aos conceitos de multiculturalismo para iniciar o debate sobre a identidade e diferença. Na sua opinião, as questões do multiculturalismo e da diferença passam a ser preocupações constantes das teorias educacionais críticas e das pedagogias oficiais sem o questionamento fundamental sobre identidade e diferença. Para ele,

seria insuficiente reduzir os termos do debate às questões apoiadas num benevolente apelo à tolerância e ao respeito pela diversidade.

O autor afirma que o reconhecimento de uma identidade passa por uma extensa cadeia de negações, de expressões negativas, de diferenças. “Por trás da afirmação ‘sou brasileiro’ deve-se ler: ‘não sou argentino’, ‘não sou chinês’, ‘ não sou japonês’ e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável” (SILVA, 2005, p.74). As afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre identidade, por isso esses conceitos são inseparáveis. Por serem interdependentes, elas são resultados de uma criação linguística, e não de essências – essas afirmações sobre a identidade e a alteridade são ativamente produzidas através da linguagem no mundo cultural e social.

Citando Sausurre (que já afirmava que a linguagem é fundamentalmente um sistema de diferenças: “ser isso significa não ser aquilo”), Tadeu da Silva baseia-se nesta premissa e afirma que a identidade e a diferença não podem ser compreendidas fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. São resultados de um processo de produção simbólica e discursiva.

As categorias identidade e diferença, em última instância, demarcam-se nas relações com o poder: essa conexão fica implícita na medida em que traduz os apelos e as demandas dos diferentes grupos sociais de garantir acesso aos bens sociais. Os binômios incluir e pertencer, demarcar fronteiras, classificar (bons e maus), normalizar (normais e anormais) formam um sistema classificatório fundamental na vida social, uma hierarquização.

O processo de fixação da identidade opera em situação análoga à linguagem: ao mesmo tempo em que a tendência é a sua fixação, ela acaba escapando. Com isso, ocorre um processo de hibridização que sempre confunde a suposta pureza e insolubilidade dos grupos que se reúnem sob as diferentes identidades nacionais, racionais ou étnicas. A hipótese dos Estudos Culturais ressalta que, ao confundir estabilidade e a fixação da identidade, a

hibridização de alguma forma também afeta o poder, uma vez que gera constantes questionamentos sobre identidades hegemônicas.

Ainda nesta perspectiva, tanto Woodward quanto Silva (2005) apontam que a identidade e a diferença estão ligadas ao sistema de representações. Uma identidade é um significado cultural e socialmente atribuído, uma representação, uma forma de atribuição de sentido. E como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural, arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado às relações de poder.

A identidade e a diferença são dependentes da representação, e quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. Questionar a identidade e diferença é questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. Daí decorre o conceito de performatividade, desenvolvido inicialmente pela teórica Judith Butler (1999), citado por Tadeu da Silva (2005) que desloca a ênfase da identidade como descrição, como aquilo que é, para o conceito de representação, para a ideia de tornar-se – em outras palavras, uma concepção da identidade como movimento.

Tadeu da Silva (2005) mostra que segundo Butler, a mesma repetibilidade que garante a eficácia dos atos performativos que reforçam as identidades existentes pode significar também a possibilidade da interrupção das identidades hegemônicas. É nesta interrupção que residem as possibilidades de instauração de identidades que não representem simplesmente a reprodução das relações de poder existentes. Mas, ocorrendo ou não essas rupturas com o poder, essa concepção de identidade reforça a dimensão da transformação permanente das narrativas que construímos sobre nós mesmos.

Também as identidades dos (as) trabalhadores (as) estiveram, estão e estarão em fluxo. É fato que a construção identitária do (a) trabalhador (a) na contemporaneidade passa por uma metamorfose nas suas relações com o capital e os poderes burocráticos-legais atrelados a ele, nos quais esses discursos são legitimados por uma mídia cada vez mais enraizada no cotidiano

das pessoas, fazendo-as naturalizar determinados conhecimentos e saberes como se fossem as únicas verdades possíveis.

Mas, se identidades são discursos - alguns, dentre muitos outros possíveis-, conhecer qual é a narrativa hegemônica sobre a identidade do (a) trabalhador (a) neste contexto pós-moderno passa a ter papel-chave para a possibilidade de, tal como sustentado por Butler, romper com a reprodução das relações de poder existentes.

E ressalte-se que o processo de formação e consolidação de uma identidade profissional se dá sob os mesmos parâmetros de análise já utilizados para descrever os mecanismos identitários em outras dimensões: o partilhamento de uma narrativa sobre o grupo, sobre sua unidade e suas peculiaridades, com a decorrente construção de uma rede de significações.

Se toda identidade é relacional, conclui-se que a ideia de grupo é um elemento fundamental na constituição identitária dos indivíduos que o compõem. Se o outro é um espelho onde reflete, invertida, nossa imagem e é neste processo de desigualdades e similaridades que os sujeitos posicionam-se socialmente, a definição da identidade do (a) trabalhador (a) necessita de alteridade.

No ambiente profissional, o reconhecimento do outro é fundamental no processo de construção identitária. O teórico Christophe Dejours (1993) afirma que “no mundo subjetivo, o sentido dado ao trabalho depende de jogos de identidade e participação: o que o indivíduo espera de seu trabalho é também uma retribuição moral: o reconhecimento” (DEJOURS, 1993, p.66-88 apud CRUBELLATE, João Marcelo; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de, 2003, p. 8) Para se fazer reconhecido o processo de conflito entre o pessoal e o coletivo obriga o sujeito a reagir à estrutura do sistema social, buscando atribuir sentido à sua experiência.

Qualquer identidade social pressupõe a representação que um indivíduo dá a si mesmo por pertencer a um determinado grupo. A rede de significações construída em relação a objetos, comportamentos, pessoas e outros elementos, é criada através do confronto entre seu eu individual com os fatos sociais que ora emergem no dia a dia. Conseqüentemente, é através da interação entre os membros que o grupo assegura sua unidade, construindo uma imagem.

A identidade social resulta na sua unidade e no processo de identificação e diferenciação, pelo qual cada um procura posicionar-se em relação a outros grupos. A identidade profissional se constrói baseada neste imbricamento entre o individual e o coletivo. A expressão do desejo individual dos diferentes sujeitos é dinâmica, gerando um jogo de relações vivenciadas o tempo todo. Os ambientes de trabalho são lugares importantes de socialização que acabam por configurar comportamentos e atitudes. A formação profissional é mediada por uma bagagem de experiências adquiridas em processos de socialização primária e secundária, mas o momento presente obriga-o a testar de forma dinâmica e constante sua capacidade de percepção, análise e julgamento que ele desenvolveu nestas etapas anteriores de sua vida.

Principalmente, nos ambientes de trabalho, nos quais o indivíduo permanece mais tempo do que em sua própria casa e, muitas vezes, convive mais com seus companheiros de serviço do que com seus familiares, vão sendo desenvolvidas estratégias e lógicas diferentes de absorção de uma realidade. Na busca pela compreensão deste novo contexto social, o indivíduo vai se adaptando, filtrando determinadas características tendo como base sua formação identitária, mas em um processo de trocas, influências, nos quais os jogos de poder e de reconhecimento estarão sempre presentes.

De acordo com Sainsaulieu (1995), o ambiente de trabalho constitui um lugar de socialização importante para os indivíduos, cujas empresas se configuram como instituições

secundárias de socialização, “as quais após a escola e a família, modelam atitudes, comportamentos, a ponto de produzir uma identidade profissional e social” (SAINSAULIEU, 1995, p.219 apud MACHADO, Hilka Vier; Kopittke, 2002, p.5).

O autor salienta que as identificações do indivíduo nas organizações estão vinculadas ao trabalho que realizam, à empresa e à trajetória, ou seja, a um projeto pessoal que o indivíduo imagina para si no trabalho. Os relacionamentos aos quais está submetido no trabalho são importantes alicerces nesta construção identitária. Ainda de acordo com Sainsaulieu (1995), a identidade no trabalho processa-se no plano afetivo e cognitivo, uma vez que submetido a determinada estrutura é instituída uma espécie de mentalidade coletiva à qual o indivíduo se conforma, absorvendo no seu dia a dia normas e criando vínculos afetivos com os seus companheiros de trabalho.

É óbvio que, em abordagens teóricas mais críticas do que a de Sainsaulieu, a discussão remete menos à questão individual e mais a categorias generalizantes, como a de classe social (e, no caso dos trabalhadores, numa perspectiva marxista, mais especificamente a de proletariado). Mas, ainda aí, estão identidades sendo definidas de maneira não essencialista, e sim por processos culturais. Como lembram Paulo Roberto Figueira Leal e Vinícius Werneck (2009),

Mesmo numa leitura ortodoxa do marxismo, o processo de adesão e auto-percepção identitária de classe, por exemplo, não se dá apenas por motivações objetivas. O próprio Marx, ao diferenciar os conceitos de *ser em si* e *ser para si*, caminha nesse sentido. Ele supõe, por exemplo, que o fato de um indivíduo ter nascido proletário não necessariamente ativa politicamente este sujeito para a luta proletária. É quando ele adquire consciência de classe – ou seja, *percebe-se* proletário e compreende as implicações disso decorrentes – que se está diante de alguém com capacidade de interferir na realidade. (LEAL e WERNECK, 2009, p. 240)

### 2.3 O DILEMA DA IDENTIDADE DO (A) TRABALHADOR (A): AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS E AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

Neste novo cenário transnacionalizado, em que o próprio conceito de trabalhador (a) está em mutação, as organizações que defendem os interesses dos (as) trabalhadores (as) e os representam (por exemplo, os sindicatos laborais) também sofrem os impactos destas mudanças sociais, econômicas e políticas – o que, muitas vezes, vem implicando novas formas de atuação. Num mundo do trabalho que foi alterado, com reflexos na multiplicação de perfis dos (as) trabalhadores (as), os processos de classificação de classe tornaram-se mais complexos.

A estrutura sindical tem o desafio de discutir políticas de proteção e ideologias de solidariedade de classe com empresas que rompem a cada dia fronteiras e se adequam a estruturas trabalhistas dos mais diversos países ao mesmo tempo. Muitas grandes empresas possuem setores de trabalho espalhados em várias partes do mundo.

Uma só empresa pode ter mão-de-obra africana, administração germânica, publicidade brasileira e consumidores-alvo nos Estados Unidos e em toda a Europa. Até mesmo dentro das fronteiras de um país, as empresas abrem filiais em outras cidades cuja gestão administrativa uniformiza procedimentos trabalhistas com realidades regionais completamente diversas, dificultando estratégias e demandas dos seus funcionários através de movimentos de mobilização.

Este é o quadro com o qual muitos sindicatos têm que conviver, o que resulta uma constante reflexão sobre suas estratégias de organização, que devem passar pelo entendimento desta nova complexificação da identidade do proletariado e pelas formas atuais em que é determinado o metabolismo do capital (que reestruturou sua lógica para sair da crise que se abateu sobre as economias capitalistas a partir do início dos anos 70 do século XX). Como aponta Antunes: “Essa crise fez com que, entre tantas outras conseqüências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do seu

ciclo de reprodução. (...) que afetou fortemente o mundo do trabalho”. (ANTUNES, 2009, p.186)

Mas existem movimentos de reconfiguração de resistência quanto ao posicionamento de homens e mulheres trabalhadores que começam a surtir efeitos, utilizando-se das mesmas armas que a lógica do capital impõe em suas esferas de ação. A tecnologia na distribuição e produção da informação é uma destas armas. O embate destas relações entre empregadores e empregados passa por um novo estágio que tem como primazia formas de comunicação que proponham um discurso diferenciado daquele oferecido pelas mídias massivas em defesa da manutenção do *status quo* e da legitimação deste novo período do capitalismo.

Apesar das dificuldades, muitos movimentos sociais já mostram que podem propor mudanças significativas e que o caminho acelerado da lógica do capital pode ser bifurcado, e não só oferecer um único percurso que favorece uns em detrimento de outros. E o papel da organização dos (as) trabalhadores (as) é fundamental nesta reconstrução discursiva, ao lado de outras estratégias – por exemplo, a conformação de redes internacionais de solidariedade do próprio movimento sindical.

Mas, apesar dos processos de resistência, os problemas são palpáveis. Estudo do economista Marcio Pochmann (2007), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), revelou que as taxas de sindicalização foram reduzidas em todo o mundo a partir da década de 90. Entre 12 países pesquisados pelo economista, o Brasil apresentou uma queda de sindicalização entre os anos de 1992- 2002 de 18%, apesar de estudos que comprovam que em meados de 2000 a taxa de sindicalização voltou a crescer.

Durante a primeira metade da década de 2000, o contexto da sindicalização não se mostrou tão desfavorável aos trabalhadores como o anterior. Entre 1999 e 2005, houve expansão de 13,7 milhões de novos ocupados acompanhada do adicional de 4,2 milhões de novos sindicalizados. Ou seja, a cada 100 trabalhadores que encontraram uma ocupação, 31 terminaram sendo sindicalizados. (POCHMANN, 2007, p. 18)

As entidades que cresceram o número de filiados foram as do serviço terceirizado, permitindo a construção das bases de uma nova fase de atuação no sindicalismo, o que demonstra também esta mudança na concepção de mercado de trabalho. Os serviços terceirizados representam aqueles profissionais autônomos, que fogem das regras do mercado formal, devidamente registrados em carteira. Com isso, forja-se um crescimento lento da sindicalização nesta década, mas que não reflete a perda e os problemas enfrentados pelas entidades de classe e a redução dos seus quadros de associados.

Outro dado que chama atenção é o número de sindicalizados na proporção por faixa etária, revelando que o percentual de trabalhadores e de trabalhadoras jovens, entre 18 e 29 anos sindicalizados, é inferior aos de trabalhadores mais velhos, o que pode sugerir um descrédito em relação a suas entidades representativas, bem como falhas no poder de persuasão sobre a importância da coletividade na solução dos conflitos do mercado de trabalho.

De acordo com números recentes do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), os (as) associados (as) a sindicatos por faixa etária de 18 a 29 anos representam apenas 15% do número de trabalhadores (as) sindicalizados (as) no meio urbano em 2009. Tal percentual sugere que as entidades representativas têm encontrado dificuldade em convencer seus representados de que a filiação e a militância têm sentido, principalmente os mais jovens.

(ANEXO 1)

Parte-se do pressuposto, através destes estudos, que quanto mais jovem o (a) trabalhador (a), mais ele (a) incorpora um perfil de profissional proposto pela mídia massiva, buscando garantir empregabilidade em um mercado cada vez mais competitivo que exige sempre um (a) trabalhador (a) multifuncional, ambicioso (a), centrado (a) no individualismo de sua carreira e de oportunidades profissionais, pautado em seus dons e méritos pessoais. Esta nova identidade é redesenhada através das mutações do mundo trabalho que é tão

propagada pelos meios de comunicação de massa, como sinônimo de sucesso e de bem sucedido.

É fato que o movimento de desestruturação do mercado de trabalho e os constantes embates nas leis trabalhistas enfraquecem a sindicalização, impedindo que as entidades possam realizar suas atividades uma vez que elas se defrontam com autônomos, desempregados e os assalariados do mercado informal, sem registro em carteira. E esta parcela significativa de trabalhadores (as) não é absorvida pelas estruturas sindicais, que poderiam aglutinar mais forças em suas estratégias de resistência à lógica do capital.

Outro fator que emperra mais a atuação das entidades de classe são os métodos gerenciais de mão-de-obra das grandes empresas que estimulam uma individualização das relações de trabalho, quebrando um espírito de classe e solidariedade entre os trabalhadores na luta por uma meta comum. Zygmunt Bauman, por exemplo, afirma que “as empresas modernas não favorecem mais uma postura de união e solidariedade dos (as) trabalhadores (as), como em épocas passadas, favorecendo questões e conflitos muito mais individuais do que coletivos” (BAUMAN, 2005, p.39). Para ele,

(...) tais pessoas prefeririam um hoje diferente para cada um a pensarem seriamente num futuro melhor para todos. Em meio ao esforço diário apenas para se manter à tona, não há espaço para uma visão de boa sociedade. (...) Levando-se tudo em consideração, as paredes e pátios das fábricas não parecem mais suficientemente seguros como ações nas quais se possam investir as esperanças de uma mudança social radical. As estruturas das empresas capitalistas e as rotinas da mão de obra empregada, cada vez mais fragmentadas e voláteis, não parecem mais oferecer uma estrutura comum dentro da qual uma variedade de privações e injustiças sociais possa (muito menos tende a fundir-se, consolidar-se e solidificar-se num projeto de mudança) (BAUMAN, 2005, p. 41).

Segundo o autor este novo cenário acaba por enfraquecer e dificultar qualquer campo de ação para os indivíduos aglutinarem forças em prol de uma causa, perdendo uma base comum sobre a qual era possível desenvolver objetivos e estratégias. Bauman lembra que os anos 1980 foram uma década de inventividade frenética, fazendo com que os mais diferentes

grupos levantassem suas bandeiras reivindicatórias: gênero, raças, heranças coloniais, minando uma identidade única baseada na luta de classe que comandou toda a filosofia marxista e seus seguidores por décadas.

Já Ricardo Antunes (2004) pondera que para compreender a nova forma de ser do (a) trabalhador (a) e seu posicionamento na atual sociedade é preciso partir de uma concepção mais ampla do trabalho. E que todas estas mudanças estruturais no mundo do trabalho revelam uma heterogeneidade da classe trabalhadora tanto quanto uma constante precarização do trabalho sob as formas de desempregos, subempregos, intensificando a exploração para aqueles que trabalham.

Segundo o autor, da mesma forma que este processo de mundialização produtiva ocorre, desenvolve-se uma classe trabalhadora que mescla suas dimensões local, regional e nacional à esfera internacional.

Assim como o capital se transnacionalizou, há um complexo processo de ampliação das fronteiras no interior do mundo do trabalho. Assim como o capital dispõe de seus organismos internacionais, a ação dos trabalhadores deve ser cada vez mais internacionalizada. (ANTUNES, 2004).

Como exemplo pode-se citar a greve dos metalúrgicos da General Motors, nos EUA, em junho de 1998, iniciada em Michigan, que teve repercussões em vários países, alterando a rotina produtiva da fábrica, bem como os grandes fóruns internacionais de trabalhadores para troca de experiências e fortalecimento da classe trabalhadora como o Fórum Internacional sobre Globalização e Sindicatos, ocorrido em fevereiro de 2009, em Pequim, China. Este evento contou com mais de 30 Centrais Sindicais dos cinco continentes do mundo.

Nestes retalhos estruturais, os (as) trabalhadores (as) modernos (as) buscam afirmar-se em uma constante negociação e renegociação identitária. A análise da reconstrução da identidade profissional da classe trabalhadora neste início de milênio é marcada não só por

questões econômicas, mas, principalmente, por questões de reformulação das relações sociais entre os (as) trabalhadores (as) e seus ambientes de trabalho e o desafio de resistir a um novo modelo de sucesso profissional, pautado pelo individualismo, pelos processos fragmentados e curtos de projetos de vida, cujo espaço e tempo é tão veloz quanto a dinâmica da sociedade contemporânea.

Entendendo que o processo de construção identitária dos indivíduos depende destas relações de troca com o ambiente e os conflitos entre seus interlocutores, existe uma pressão da própria lógica do capital para que os homens e mulheres trabalhadores se adequem a esta nova realidade, tecendo uma identidade profissional que sugere uma quebra de seus vínculos com espírito de classe, solidariedade de objetivos, lutas ideológicas, fatores que foram a base de sustentação dos sindicatos laborais há décadas atrás.

Em sua análise, Ricardo Antunes (2009) busca refletir sobre o que é a classe trabalhadora hoje, diferenciando até a concepção de proletariado, uma vez que, com a reconfiguração do mundo do trabalho, a ideia de trabalhador não é sinônimo do proletariado industrial. O autor usa o termo “classe que vive do trabalho” para explicitar a “totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção” (ANTUNES, 2009, p.194).

Para o autor, a classe trabalhadora hoje é mais ampla do que o proletariado industrial do século passado, uma vez que a noção de Marx quanto a trabalhador produtivo e improdutivo, em relação à valorização do capital e à criação de mais valia, se converte na totalidade de trabalhadores (as) assalariados (as) neste cenário contemporâneo, no qual um percentual significativo de homens e mulheres trabalha no setor de serviços e/ou trabalhos intelectuais.

Dentre esta totalidade de trabalhadores e trabalhadoras assalariados, Antunes destaca o subproletariado moderno, fabril e de serviços, que tem precarizadas suas condições de

trabalho e que é desprovido dos direitos mínimos do trabalho na medida em que se encaixam no quadro do trabalho *part-time* e outras designações que desestruturam a organização dos mesmos.

É esta versão “moderna” do proletariado do século XIX. Se em alguns setores (bastante minoritários) nós podemos encontrar, por um lado, um proletariado mais “qualificado e intelectualizado” (no sentido em que o capital lhe confere), por outro lado é muito mais intensa a expansão em todos os cantos do mundo, do operário precarizado, como as mulheres trabalhadoras da Nike na Indonésia, que trabalhavam cerca de 60 horas por semana e recebiam 38 dólares por mês. Mulheres trabalhadoras trabalhando 240 horas por mês, produzindo milhares de tênis, para o final do mês não ter dinheiro para comprar um único par deles, pois um salário de 38 dólares seguramente não permite comprar um tênis Nike. (ANTUNES, 2009, p. 198)

Antunes destaca que cinco tendências traçam o perfil desta nova classe trabalhadora. A primeira seria a redução do trabalhador típico da fase taylorista/fordista, ou seja, o operário manual, fabril e estável, em nível mundial, dadas as condições conjunturais de cada país. No Brasil, por exemplo, Antunes aponta que o ABC Paulista tinha cerca de 240 mil operários metalúrgicos em 1980, hoje tem pouco mais de 110 mil. Daí decorre a tese do fim do proletariado preconizado por alguns teóricos, quando se defrontam com estes números. No entanto, a segunda tendência que constrói o cenário atual da classe trabalhadora revela um aumento do assalariamento e do proletariado precarizado em escala mundial, cujos postos de trabalhos são marcados pela instabilidade, regimes de tempos parciais ou trabalhos temporários.

A terceira tendência apontada por Antunes é a exploração da mão de obra feminina no mercado de trabalho, tanto no setor de serviços quanto na indústria, que atinge em alguns países, como os da Europa, representando cerca de 40% ou 50% ou mais da força de trabalho. Apesar do trabalho aparecer como importante instrumento de emancipação feminina, Antunes revela que o capital o faz à sua maneira, reconfigurando a divisão sexual do trabalho, fazendo com que o trabalho intensivo (onde é maior a exploração do trabalho manual) fique com as

mulheres – e o problema é agravado pelos baixos salários em relação aos pagos para trabalhadores do sexo masculino.

A quarta tendência é a ampliação dos trabalhadores médios nos setores bancários, turismo, supermercados, o que Antunes denomina de setores de serviço geral, pautados pelo assalariamento e pela precarização das condições de trabalho. Por último, a quinta tendência é a exclusão de jovens e velhos do mercado de trabalho. Antunes chama a atenção para o termo “velho”, que é denotado de acordo com a lógica do capital destrutivo, uma vez que o trabalhador com 40 anos, uma vez desempregado, já é considerado inapto para o mercado e dificilmente consegue um novo emprego.

A classe trabalhadora, os “trabalhadores do mundo na virada do século” é mais explorada, mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificados, também no que se refere a sua atividade produtiva: é um operário ou uma operária trabalhando em média com quatro, com cinco, ou mais máquinas. São desprovidos de direito, o seu trabalho é desprovido de sentido, em conformidade com o caráter destrutivo do capital, pelo qual relações metabólicas sob controle do capital não só degradam a natureza, levando o mundo à beira da catástrofe ambiental, como também precarizam a força humana que trabalha, desempregando ou subempregando-a, além de intensificar os níveis de exploração. (ANTUNES, 2009, p.202)

Nesta complexidade do perfil do proletariado contemporâneo, alguns autores, como Armando Boito Junior (2004), complementam este debate analisando a classe média neste cenário, com as profissões liberais como advogados, médicos e professores, que vivem numa encruzilhada entre as características do proletariado assalariado e as noções de dom e mérito individuais na construção de suas carreiras.

O chamado proletariado de escritório, como denomina Armando Boito Júnior, vem assistindo a um assalariamento cada vez maior de suas funções, bem como a precarização das condições de trabalho, o que faz com se aproxime cada vez mais do proletariado manual, apesar de uma resistência ideológica burguesa que o faz reforçar uma hierarquia de profissões.

De acordo com o autor, a ofensiva neoliberal dos anos 80 e 90 impactou os (as) trabalhadores (as) de uma forma geral. O sindicalismo do poder público - onde, segundo ele, se concentra o sindicalismo de classe média -, ainda permite embates mais fortes, na medida em que a estabilidade do emprego cria a possibilidade do contraditório com os empregadores. No entanto, outras profissões liberais também acabam por reforçar uma atuação de suas entidades de classe de modo cada vez mais assemelhada ao cenário conjuntural enfrentado pelos operários.

Enquanto parte do proletariado industrial e de serviços, como mineiros, metalúrgicos, ferroviários e trabalhadores de portos, teve o seu sindicalismo debilitado em diversos países, assalariados, como professores, médicos, enfermeiros, trabalhadores de escritório e de administração de serviços públicos, fortaleceram suas entidades associativas e adotaram práticas tipicamente sindicais – greves, manifestações de rua, assinatura de acordos coletivos, etc. (BOITO JUNIOR, 2004)

Nesta discussão, entra a questão da ideologia meritocrática, que segrega os (as) trabalhadores (as) da classe média dos (as) operários (as), representando as diferenças sociais e econômicas existentes na sociedade capitalista como uma hierarquia baseada em dons e méritos individuais. Com isso, Armando Boito Junior destaca que ocorre uma estigmatização do trabalho manual como degradante e ainda se cria uma hierarquia de profissões, muito utilizada nas ações sindicais da classe média, quando se comparam salários e funções.

Desenvolve-se um questionamento de determinadas classes profissionais, por se sentirem mais importantes do que outras, relacionando se ganha menos ou mais do que uma profissão dita inferior, criando uma segregação baseada em valores, dons e méritos, e, colaborando, assim, com o discurso do *status quo*.

Esta ideologia meritocrática é um dos fatores apontados por Armando Boito Júnior como explicação para o afastamento dos (as) trabalhadores (as) da classe média do movimento sindical, uma vez que se consolida a tese de que o sindicalismo seria algo

apropriado para os operários, que teriam que compensar “a falta de dons e de méritos pessoais e o trabalho simples e degradado que executam”. (JUNIOR, 2004)

A ideologia meritocrática produz então um efeito de isolamento particular: o assalariado de classe média não se unifica num coletivo de luta e permanece atomizado porque aderir à ação sindical seria admitir uma incapacidade pessoal e um rebaixamento social – identificação com os trabalhadores manuais. Essa é uma atitude que estigmatiza o movimento sindical, que é concebido como uma espécie de “movimento dos incompetentes”. (JUNIOR, 2004)

Neste cenário, percebe-se que está operando a lógica do capital, que leva a ação sindical a ser cada vez mais desestruturada, na medida em que esta pluralidade de classificações que compõem o chamado proletariado reforça lutas específicas e certos corporativismos que vão de encontro com a mobilização dos trabalhadores de uma forma geral (com exceções de determinados momentos políticos e econômicos que exigem uma solidariedade nas bandeiras de luta das diversas categorias).

O quadro de crise estrutural que se abateu sobre o capitalismo desde o início da década de 70 e suas tentativas de reestruturação do capital, como a adoção do modelo toyotista na estrutura produtiva, fez com que o movimento operário e sindical se desestruturasse, comparativamente ao período anterior. Aliado a isso, o desmoronamento do Leste Europeu e, conseqüentemente, o enfraquecimento do movimento socialista, incentivou os países capitalistas, cada vez mais, a sucatearem os direitos e conquistas sociais dos trabalhadores e trabalhadoras.

Paralelamente ao desmoronamento da esquerda tradicional da era stalinista – e aqui entraremos em outro ponto central – deu-se um agudo processo político e ideológico de social-democratização da esquerda e a sua conseqüente atuação subordinada à ordem do capital. Essa acomodação social-democrática atingiu fortemente a esquerda sindical e partidária, repercutindo, conseqüentemente, no interior da classe trabalhadora. O sindicalismo de esquerda, por exemplo, passou a recorrer com frequência cada vez maior à institucionalização e à burocratização que também caracterizam a social-democracia sindical. (ANTUNES, 2005, pp.186-187)

De acordo com Antunes (2009) neste novo cenário, a expansão do neoliberalismo na maioria dos países ocidentais e a crise do Welfare State permitiam a criação de um modelo econômico, político e social para os países capitalistas, resultando no enxugamento do Estado, especulações financeiras, precarização das condições de trabalho e de direitos trabalhistas, política monetária ditada por organismos internacionais como FMI e Bird, a concepção de um novo estilo de trabalho marcado pelo individualismo e subjetividade, além da constante propaganda contrária às estruturas sindicais de esquerda.

Diante deste quadro, deve-se refletir como a lógica do capital imprime valores que são absorvidos pelos indivíduos, naturalizando estilos de vida que só legitimam este ciclo acelerado de sucateamento da classe trabalhadora. Quanto mais se desestrutura a organização dos (as) trabalhadores (as), mais se estimula um corporativismo relacional entre categorias que fazem o jogo do capital.

É verdade que os movimentos sociais vêm demonstrando um descontentamento destes homens e mulheres trabalhadores que fazem aflorar suas indignações através de importantes mobilizações e lutas, como, por exemplo, as desencadeadas por organizações como o Movimento dos Sem Terra (MST), no Brasil. Em outros países, como a Coreia do Sul, que registrou uma confrontação de dois milhões de operários metalúrgicos em 1997; bem como a já citada greve dos trabalhadores metalúrgicos da General Motors em 1998, nos EUA e a greve dos doqueiros em Liverpool, em 1995, (que durou quase dois anos), revelam que existem focos de resistência para retomar as ações coletivas que visem barrar ou amenizar a lógica destrutiva do capital na contemporaneidade.

Mas estas iniciativas não devem obscurecer a avaliação do fato de que: a) houve alterações significativas no sistema capitalista contemporâneo; b) essas mudanças impactaram o mundo do trabalho, a ponto de produzir alterações nas próprias narrativas identitárias dos

(as) trabalhadores (as); c) o movimento sindical encontra-se em crise de legitimidade, demonstrando pouca capacidade de atrair suas bases para a militância.

Esse circuito lógico conduz à hipótese do presente trabalho: a representação da identidade do (a) trabalhador (a) efetivada pelos sindicatos – por exemplo, na imprensa sindical – constitui um objeto relevante para o apontamento de possíveis explicações para o atual dilema acima descrito e, por outro lado, pode oferecer possibilidades de encaminhamentos para sua superação. Longe de ser uma questão periférica, as discussões sobre representação da identidade do (a) trabalhador (a) e o papel da imprensa sindical representam problemas centrais.

### **3 OS DESAFIOS DA MÍDIA SINDICAL NO CONTEXTO MULTIDENTITÁRIO DO (A) TRABALHADOR (A) CONTEMPORÂNEO (A)**

A comunicação sindical abrange uma ampla gama de ferramentas, em distintos suportes, que possibilitam a interação dos representantes de uma categoria com suas bases e, numa escala mais profunda, potencialmente intensificam as relações – e, portanto, a construção de um projeto coletivo – da própria classe trabalhadora. Logo, os instrumentos comunicacionais ligados ao mundo sindical podem servir à conscientização, à educação e à mobilização, tanto em lutas específicas, quanto em disputas sociais mais estruturantes em termos políticos.

Seja por meio de materiais impressos (panfletos, folders, jornais murais, periódicos); de instrumentos sonoros (alto-falantes, carros de som) ou visuais (grafites, bandeiras, faixas); seja através de recursos midiáticos relacionados ao rádio, à TV e ao vídeo ou à comunicação digital (como sites e blogs), o fato é que as entidades sindicais dispõem em um farto leque de possibilidades de compor um mix de suportes na definição de suas estratégias comunicacionais.

A questão que aqui se apresenta, contudo, não é relativa à descrição dessas estratégias, mas à discussão sobre sua efetividade: a comunicação sindical – mais especificamente, a imprensa escrita sindical – tem realmente servido de contraponto à mídia massiva, oferecendo uma leitura da realidade diferente daqueles discursos verbalizados pelas chamadas elites intelectuais e econômicas? Tem produzido um maior adensamento das relações entre os membros de uma categoria profissional e também entre estes e suas entidades representativas?

É óbvio que não se pode almejar uma resposta universal e generalizante à questão, mas se pretende, nesta dissertação, tratar do problema à luz das mudanças identitárias do (a) trabalhador (a) e, ao final, oferecer evidências de casos específicos de sindicatos em Juiz de

Fora/MG. O que implica, portanto, partir do pressuposto de que há um contexto (internacional, nacional e local) que deve ser levado em conta na avaliação da efetividade da comunicação sindical.

Tal como apontado no capítulo 1, as complexas mutações no mundo e no sentido do trabalho na contemporaneidade, além da reconfiguração da identidade do homem e da mulher trabalhadora e seus posicionamentos frente ao mercado de trabalho, apontam ainda mais para a necessidade de uma reflexão sobre a eficiência no que se refere à mobilização e à politização de suas bases, bem como à legitimação de representatividade das bases destes processos comunicacionais dos sindicatos. É o que se pretende no presente capítulo.

### 3.1 DA COMUNICAÇÃO OPERÁRIA À COMUNICAÇÃO SINDICAL ATUAL: PERSPECTIVA HISTÓRICA

De acordo com Luiz Momesso (1995) o conceito de comunicação pode ser sempre reformulado sob uma noção interdisciplinar do conhecimento, sofrendo alterações com as transformações da sociedade, com as novas realidades que são impostas ao cotidiano das pessoas e com a presença cada vez mais disseminada das novas tecnologias.

No entanto, o autor faz uma crítica ao modo como a comunicação é habitualmente conceituada: para ele, na maioria das vezes, ela é associada apenas aos grandes meios massivos. Ou seja, em muitas digressões sobre o que seja o campo da comunicação discutem-se apenas temas relacionados à difusão de conteúdos ou modalidades comunicativas efetivadas em grande escala pela presença da tecnologia, minimizando o sentido importante das inter-relações sociais na construção do ser humano como um ente social:

Entendemos por comunicação tanto os processos de transação entre os indivíduos como a interação dos indivíduos com a natureza, dos indivíduos com as instituições sociais e ainda o relacionamento que cada indivíduo estabelece consigo próprio. Os

processos comunicacionais abrangem, por conseguinte, domínios extremamente diversificados que compreendem atos discursivos como silêncios, gestos e comportamentos, olhares e posturas, ações e omissões. (MOMESSO, 1995, pp.75-76)

Trazendo o debate para o campo da comunicação no âmbito de uma sociedade de classes, Momesso ressalta que as contradições advindas das relações entre capital e trabalho, que constituem um embate natural da classe trabalhadora, exigem elementos que construam um sistema de comunicação de resistência cotidiana à dominação como formas de organização política, por meio da democratização da informação, bem como pelo fortalecimento e independência de suas entidades representativas. Neste cenário, é gerada a comunicação das classes trabalhadoras, em que se insere a comunicação sindical.

No entanto, o autor lembra que existem publicações dirigidas aos (as) trabalhadores (as) produzidas por outras instituições, como partidos políticos e entidades religiosas, cujos focos temáticos são diferenciados. Há de se distinguir estas modalidades, portanto, da comunicação sindical. Mas todas estas categorizações que abordam a problemática dos (as) trabalhadores (as), da estrutura produtiva e da lógica capitalista são perpassadas pelo contexto em que se desenvolvem as relações interpessoais e institucionais contemporâneas:

A comunicação sindical é entendida aqui, portanto, como a inter-relação dos indivíduos entre si, enquanto integrantes das entidades sindicais; a inter-relação dos indivíduos com as instâncias organizadas das suas entidades e vice-versa, e como a inter-relação das entidades sindicais entre si, da instituição sindical com outras instituições e com a sociedade. É a comunicação entendida como processo, incluindo os recursos midiáticos existentes. (MOMESSO, 1995, p.77)

Se a utilização desses recursos midiáticos ocorre em função das realidades históricas específicas, é possível historiar a aparição e o desenvolvimento de determinadas ferramentas exatamente para dar conta de novas demandas. O jornal sindical, por exemplo, surgiu de transformações sociais, econômicas e políticas e do posicionamento dos (as) trabalhadores (as) frente à classe patronal e ao Estado. As denominações de imprensa operária, sindical ou

partidária acabam por determinar períodos históricos em que os trabalhadores buscavam uma organização e uma expressividade frente à sociedade.

De acordo com a pesquisadora Maria Nazaré Ferreira (1995) o ponto de partida para o entendimento da história da imprensa operária é o próprio termo “operário”, que surgiu na Europa, no século passado, como um derivado do conceito de proletariado, que era vinculado à concepção de um trabalhador pouco qualificado, manual, seja no âmbito rural ou urbano.

No entanto, os estudos de comunicação acabaram por inferir classificações que polarizaram de um lado a grande imprensa e de outro a imprensa de resistência à classe dominante, denominada também de alternativa, pequena, nanica ou das classes subalternas, cuja imprensa operária foi seu principal expoente. Nesta ampla categorização, a imprensa operária passou a ser denominada de imprensa proletária, desdobrando-se em imprensa sindicalista, partidária, de associações culturais, das sociedades de bairro e em muitas outras.

Em todas elas, a principal característica era a tentativa de representar os anseios das classes subalternas e inserir suas reivindicações na sociedade. Com isso, a imprensa proletária apresentou-se como um veículo da classe trabalhadora, dividindo-se, principalmente, entre a partidária e a sindical. Como os próprios nomes designam, uma mantida pelos partidos políticos das classes trabalhadoras; a outra, pelos sindicatos de trabalhadores. Ferreira (1995) enfatiza ainda que uma publicação, de modo a ser caracterizada como operária, pode ser analisada pela ótica do emissor, receptor e do conteúdo da mensagem.

Apesar das inúmeras e diversificadas formas de comunicação utilizadas pela classe trabalhadora, os jornais impressos sindicais foram historicamente (e, em muitos casos, continuam sendo) o núcleo forte da comunicação das entidades, devido ao seu alto grau de persuasão frente à categoria.

Desde os primórdios da luta socialista, o jornal foi visto como um fator de luta ideológica e, sobretudo, como um instrumento de organização dos trabalhadores. O jornal de um partido ou de um sindicato é, pelo menos até hoje, o instrumento que

veicula as discussões políticas. Que unifica a visão ao seu redor. Que apresenta, explica e defende planos e programas. (SANTIAGO; GIANNOTTI, 1999, p.93)

O nome “mosquitinho”, utilizado no jargão dos sindicatos, explica bem esta noção de poder disseminar uma mesma ideia de um lugar para o outro, circulando em vários ambientes. Apesar de os impressos sindicais serem majoritariamente o principal recurso comunicacional em campanhas e mobilizações dos homens e mulheres trabalhadores, outros recursos derivados deles começaram a ser utilizados pelo avanço tecnológico – e vêm se popularizando.

É muito comum, na atualidade, as entidades transformarem seus impressos em boletins eletrônicos, ampliando sua capacidade de distribuição, dependendo do acesso das categorias aos meios digitalizados de informação. Este cenário revela que a comunicação sindical acompanha (ou, pelo menos, deveria acompanhar) as mutações sociais, econômicas e, inclusive, tecnológicas pelas quais passa a sociedade, mantendo seu foco maior – que é o de dar voz à classe trabalhadora.

De acordo com Maria Nazareth Ferreira (2005) pode-se dividir a imprensa sindical e/ou operária em cinco fases históricas, tendo como pano de fundo o fato de que os conteúdos visavam a ser diferenciados daqueles veiculados pela imprensa burguesa e que buscavam potencializar a mobilização e o entrosamento entre os (as) trabalhadores (as). Albino Rubim (1983, p.48, apud Ferreira, 1995, p. 22) divide o movimento operário em cinco períodos, refletidos todos na história da imprensa operária.

O primeiro período refletiu o início do processo de urbanização brasileiro, aproximadamente do ano de 1922 a 1930, e seus impactos na orientação sofrida pela classe trabalhadora, denominando-se a imprensa proletária brasileira em anarco-sindicalista. No segundo momento, dois acontecimentos marcaram a compreensão do trabalhador brasileiro, compreendido entre os anos de 1922-1930 a 1945, com a fundação do Partido Comunista

Brasileiro até a queda de Getúlio Vargas, em 1945. Neste segundo período, o PCB modificou a trajetória da organização dos trabalhadores e o Getulismo colocou sob o controle do Estado os sindicatos operários, buscando um maior controle sobre os mesmos. Ferreira (1995) revela que se tratou de uma fase marcada por uma intensa repressão ao movimento proletário e pelos conflitos entre os anarco-sindicalistas e os comunistas, levando à produção de uma imprensa partidarista de resistência.

O terceiro período, que vai de 1945 a 1964, tem como principais características a intervenção do Estado nos sindicatos e um intenso processo de industrialização – que refletem um jornalismo em que o sindicalismo e o Partido Comunista Brasileiro expuseram o populismo, sendo esta qualificada como imprensa partidarista.

O quarto período, entre 1964 e 1974, foi marcado pela repressão ao movimento operário com a implantação da ditadura militar no país, com reflexos, conseqüentemente, na expressividade dos (as) trabalhadores (as) e dos partidos de esquerda. Na época, o trabalho e a imprensa clandestina refletiam a repressão violenta, inclusive com assassinatos de trabalhadores (as).

Finalmente, o quinto período data de 1974 até os dias atuais, quando o proletariado brasileiro começou a se reorganizar com as lutas por salários mais justos e liberdade democrática. De acordo com Maria Nazareth Ferreira, o movimento proletário e as profundas transformações sociais e econômicas refletiram uma nova fase da imprensa proletária e do próprio sindicalismo brasileiro.

Como por exemplo, as modificações estruturais na produção industrial e no projeto de desenvolvimento capitalista sob a ótica do neoliberalismo, cuja expressão maior atualmente no Brasil é a aplicação do toyotismo como gerenciamento da produção. (FERREIRA, 1995, p.23)

Todas estas fases revelam que a imprensa sindical deveria repercutir em sua produção jornalística, seja de gêneros opinativos ou informativos, o contexto histórico em que se insere

o movimento dos (as) trabalhadores (as) e sua relação com o Estado e com a política econômica. Tais inferências levam a crer que a produção jornalística, tal como ocorre também com a mídia massiva, precisa buscar sempre adequações temporais para manter seu vigor frente aos seus públicos de referência, uma vez que uma característica marcante do jornalismo é a atualidade.

De acordo com Maria Nazareth Ferreira, existe uma lacuna entre o que este tipo de publicação representava como um jornal sindical em épocas anteriores e o que representa hoje em dia. Para ela, no passado,

Ao invés do jornal procurar a notícia, essa é que procurava o jornal, numa autêntica forma de comunicação participativa, verdadeira integração entre o emissor e o receptor, entre o jornal e o leitor. As salas de redação recebiam farto material sobre o movimento operário e notícias afins. Transformando todo o proletariado em repórter de seu jornal. (FERREIRA, 1988, p.22)

A realidade hoje, segundo a autora, seria outra. Nesta perspectiva crítica ao atual modelo mais disseminado de jornalismo sindical, torna-se premente avaliar qual, idealmente, deveria ser o papel da mídia sindical – o que implica apontar sua missão social e indicar as deficiências hoje presentes no seu cumprimento. Em outras palavras, é preciso discutir se a imprensa sindical efetivamente vem facultando aos homens e mulheres trabalhadores o direito à comunicação.

### 3.2 DIREITO À COMUNICAÇÃO DOS (AS) TRABALHADORES (AS)

O direito à comunicação é um dos principais instrumentos para se realizar a participação política dos (as) trabalhadores (as) de forma plena, numa sociedade em que estes constituem o pólo econômico, político e social mais fragilizado. Quando os jornais sindicais se limitam a reproduzir o modelo hegemônico da mídia massiva, contribuem para bloquear o direito à comunicação destes sujeitos.

Murilo César Ramos (1987) aponta que o direito à comunicação pode ser considerado nos dias atuais como um direito de quarta-geração, tão importante como os civis (que dizem respeito à personalidade do indivíduo), os políticos (ligados à formação do Estado democrático representativo e que implicam a participação dos cidadãos na determinação dos objetivos políticos do Estado) ou os sociais (garantias do Estado para o cidadão, como trabalho, assistência, saúde, educação).

Já Cícilia Peruzzo (2004) ratifica que o direito à comunicação deve ser entendido em duas vertentes: como o direito ao acesso à informação ou como direito à liberdade de informação e de expressão. Esta perspectiva de acesso ao poder de comunicar vai ao encontro desta necessária reconfiguração das mídias sindicais, dando um enfoque mais interativo da comunicação, “no qual os atores sociais são sujeitos da produção informativa e não simplesmente receptores passivos de informação”.( PERUZZO, 2004b, p.5).

O debate sobre direito à comunicação da classe trabalhadora, portanto, passa pela reflexão sobre a construção do seu próprio discurso e por uma visão crítica sobre o discurso da mídia massiva, em um momento em que os meios de comunicação estão, a cada dia, mais presentes na sociedade, com impactos em variadas dimensões da vida social (inclusive sobre os processos de constituição, manutenção ou mudanças das identidades individuais ou coletivas).

A conexão entre produção e veiculação de discursos e construção de identidades é a base para que se joguem luzes em como a linguagem é fundamental no processo de constituição de narrativas dos indivíduos sobre si mesmos e suas relações de pertencimento coletivo – portanto, é fundamental para a própria construção da cidadania.

É através da linguagem que a realidade é socialmente absorvida pelos indivíduos, o que remete à importância do processo comunicacional dos discursos como instrumentos para

compreensão do mundo – daí a importância do debate sobre a dicotomia mídia massiva x mídia sindical como algo que tem repercussões identitárias.

A fenomenologia de Alfred Schütz (1932) já amparava a importância da linguagem e dos discursos criados neste processo constante e dinâmico de interação social. Para este autor, a linguagem é uma ferramenta básica na interpretação do cotidiano. Para Schütz a realidade social é:

A soma total dos objetos e dos acontecimentos do mundo cultural e social, vivida pelo pensamento de senso comum de homens que vivem juntos numerosas relações de interação. (...) Desde o princípio, nós, os atores no cenário nacional, vivemos o mundo como um mundo ao mesmo tempo de cultura e natureza, não como um mundo privado, mas intersubjetivo, ou seja, que nos é comum, que nos é dado ou que é potencialmente acessível a cada um de nós. E isso implica a intercomunicação e a linguagem. (SCHÜTZ apud GUESSER, 2003, p.155)

À medida que, na contemporaneidade, os meios de comunicação ocupam uma posição privilegiada do ponto de vista de alcance social, tornam-se objetos relevantes não apenas porque são os grandes responsáveis pelo agendamento dos assuntos cotidianos, como porque, em alguma medida (que varia no tempo, no espaço e de acordo com a diversidade de recepções), podem ser ocasionalmente capazes de interferir nas visões de mundo e, por decorrência, em comportamentos.

O discurso midiático articula saberes e poderes, já que cria uma determinada percepção da realidade: os próprios modos de articular determinadas narrativas acabam por estabelecer versões sobre o que seria essa realidade. Os meios acabam por se constituir numa variável relevante para explicar fenômenos sociais, políticos e econômicos: logo, não podem ser esquecidos quando se trata de discutir os processos de posicionamento da ideologia hegemônica.

Os discursos da mídia massiva ou da sindical sobre a classe trabalhadora na contemporaneidade podem ser analisados sobre pontos de vista diferenciados e conflitantes,

dependendo de quem os enuncie: se o “outro” (a fala do poder”) ou os próprios (as) trabalhadores (as). A discussão relativa ao papel do (a) trabalhador (a) na pós-modernidade ilustra a questão: valores como empregabilidade e sucesso profissional são mais enfatizados pela mídia massiva do que temas como a garantia da dignidade e a valorização do trabalho.

Novos discursos legitimadores da ordem vigente são lançados todos os dias pela mídia massiva, reforçando concepções desta pós-modernidade como uma era inevitavelmente associada a elementos estruturantes do neoliberalismo. Disso decorre que se criam formações discursivas a respeito destas temáticas que trazem repercussões sobre a construção identitária dos homens e mulheres trabalhadores – num inevitável choque com as auto-definições que foram as bases para o entendimento da classe trabalhadora por si mesma durante décadas (e que ainda continuam presentes nas mídias sindicais).

O fato é que os meios de comunicação de massa, sejam impressos, eletrônicos ou digitais, potencializam discursos que acabam reformulando percepções do real – inclusive das narrativas que os indivíduos constroem sobre si mesmos. A mídia massiva traça uma nova percepção de sentidos do mundo do trabalho e pode estar acarretando alguns efeitos às entidades de classe, como, por exemplo, a queda do número de sindicalizados.

Num ambiente marcado por formações discursivas individualistas, ainda mais enfatizadas para aqueles que são considerados jovens e são mais expostos à concepção midiática de mercado de trabalho, carreira profissional, sucesso, dentre outros discursos da pós-modernidade, as estatísticas apresentadas anteriormente evidenciam os obstáculos que o movimento sindical enfrenta hoje em quase todo o mundo. Não há como desconsiderar o papel da mídia nesse processo: daí a mais intensa necessidade de que uma imprensa construída pelos (as) trabalhadores (as) para falar de si mesmos constitua uma etapa importante para o efetivo exercício do direito à comunicação.

Pierre Bourdieu (1997) lembra que a televisão, principalmente, dentre outros meios de comunicação de massa, tem o poder de produzir um efeito de real: “(...) ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver” (BOURDIEU, 1997, p.28). Com isso, propõe ideias e representações carregadas de implicações sociais, políticas e éticas que acabam acarretando mobilizações ou desmobilizações. O autor revela a importância do jornalismo nesta construção da realidade: ele sugere que o processo funciona com os meios de comunicação colocando “óculos” nos espectadores para assistirem a uma cena a partir de determinado enquadramento.

(...) Os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. O princípio de seleção é a busca pelo sensacional, do espetacular. A televisão convida a dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático trágico. (BOURDIEU, 1997, p.25)

Bernardo Kucinski (1998) lembra que é por meio da televisão que as classes B, C, D percebem assuntos atuais, adquirem novos hábitos e desenvolvem uma linguagem em comum: neste processo, a ideologia dominante acaba garantindo um consenso e a imposição de uma ordem social, conseqüentemente, mantendo o *status quo*.

Para Kucinski, “devido ao grau de analfabetismo e ao baixo poder aquisitivo da população, a percepção política e da sociedade provém principalmente dos meios eletrônicos de comunicação, o rádio e a TV e, em menor escala, da leitura de jornais e revistas, os poucos objetos de leitura popular regular” (KUCINSKI, 1998, p.16). Na sua avaliação, cada veículo desempenha um papel de reforço da ideologia dominante no Brasil.

O rádio, segundo o autor, é o veículo mais democrático dentre os meios de comunicação de massa por ser mais diversificado e heterogêneo, permitindo uma pluralidade de vozes, apesar da política de permutas para se obter concessões. Já as revistas são voltadas para públicos específicos e atuam determinando a agenda dos assuntos a serem mais

importantes na sociedade, bem como reforçam a ideologia atribuída às classes médias. Os jornais impressos já desempenham o papel de condutores dos programas de rádio e de TV, gerando pautas, mantendo-se nas mãos de poucas famílias que partilham ideologias em comum.

Neste cenário, Kucinski conclui que a mídia no Brasil desempenha papel mais ideológico do que informativo.

(...) mais voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados, e, em menor escala, à difusão de proposições de grupos de pressão empresariais. Essa função de controle é facilitada pelo monopólio da propriedade pelas elites e por uma cultura jornalística autoritária e acrítica. (KUCINSKI, 1998, p. 17)

Como sugere Foucault (1969), as formações discursivas institucionalizam-se em práticas sociais. Para o autor, os discursos criados pelas palavras instituem objetos e coisas, que só passam a existir quando são constituídos por práticas na sociedade. Neste sentido, a mídia potencializa determinados discursos, que passam a ser legitimados socialmente – os meios de comunicação representam uma instituição relevante na contemporaneidade para a naturalização de saberes e de comportamentos.

A mídia opera um discurso que cria certo efeito de realidade sobre a sociedade, na medida em que prioriza determinados saberes (religiosos, estéticos, científicos) que prevalecem nas coberturas jornalísticas e são legitimados por entrevistas com uma série de especialistas em cada uma das áreas. Com isso, determinados conceitos e comportamentos são naturalizados e passam a ser assimilados discursivamente no dia a dia, através de estratégias discursivas como a escolha das fontes "autorizadas", modo de apresentação e tradução discursiva da ciência em conteúdo midiático. Desta forma, a sociedade assimila determinados paradigmas discursivos e, conseqüentemente, remodela hábitos, conceitos, comportamentos.

A formação de sentidos sobre o mundo do trabalho não foge à regra: o discurso construído pelos meios massivos confirma perspectivas da ideologia dominante para legitimar a atual forma de acumulação capitalista, introduzindo mecanismos de ajustes dos (as) trabalhadores (as) neste cenário, sempre na tentativa de amenizar ou barrar as pressões da classe trabalhadora. Trabalho em equipe, liderança, produtividade, constante capacitação e multifuncionalidade são algumas das categorias discursivas que fazem apologia desta nova fase do capitalismo.

Por outro lado, a imprensa sindical, apesar do número reduzido de exemplares se comparada à grande mídia e seu poder de penetração, opera com públicos-alvos mais direcionados. A falta de maior alcance em termos de público, por se tratar de edições com exemplares numericamente menores do que os grandes veículos massivos, é compensada pela proximidade: pelo menos em teoria, elas pode se posicionar mais próxima da realidade destes segmentos, o que faz com que seu poder possa ser significativo, se forem adequadamente construídos os seus discursos. Mas estes jornais sindicais são trabalhados com lógicas distintas destes modelos dos veículos massivos?

A mídia sindical teria a capacidade de apostar em formas de comunicação que mostrassem outros lados desta reconfiguração do capitalismo e destas relações capital e trabalho. Disso decorre a importância de se pensar em como potencializar a capacidade de a mídia sindical alcançar seus públicos: com efetividade comunicacional, seria viável revelar percepções de sentido do mundo do trabalho de forma coerente com a organização e luta dos (as) trabalhadores (as) e constituir-se esta imprensa num *locus* fundamental para o resgate das noções de coletivo, solidariedade e igualdade de oportunidades.

Portanto, a mídia sindical assume um importante papel de resistência à lógica do capitalismo atual e oferece ferramentas fundamentais para permitir uma maior aproximação dos (as) trabalhadores (as) com suas instituições representativas (que, por sua vez, são

aparatos de mediação indispensáveis para que o discurso dos meios de comunicação de massa encontre filtragem).

Jesús Martín-Barbero (2007) é um dos autores que enfatizam a necessidade de perceber como as instituições, e não apenas a mídia massiva, operam processos mediadores, o que representa um deslocamento da análise do poder dos meios de comunicação para uma posição mais ativa do pólo da recepção. O pesquisador relembra que as mediações culturais constituem-se com base em trocas e, neste processo comunicacional em que se fazem presentes as vivências sociais, ampliam o repertório dos indivíduos para interpretar e dar sentido à realidade.

Logo, como contraponto à mídia massiva, a imprensa sindical deveria constituir-se como espaço de mediação social. Se as mediações institucionais tradicionais (como igreja, família, escola e trabalho) estabelecem filtros a levarem as audiências a distintos processos de percepção da realidade, ajudam a criar formas igualmente diferenciadas de posicionamento e atuação social. É neste cenário que emerge a disputa midiática (massivo x popular) como uma arena na qual se travam lutas políticas sobre o significado de ser trabalhador (a) e todas as repercussões identitárias engendradas pela discussão.

Se o processo de socialização se dá através do mundo do trabalho, o cotidiano dos homens e mulheres trabalhadores redesenha novas concepções de pertencimento, deslocamentos sociais, mobilizações e questionamentos sociais. A mídia sindical tem o poder de fazer com estes discursos existam socialmente, representando um efetivo contraponto ao poder dos meios massivos. Ofertar discursos contra-hegemônicos de combate à exclusão é uma de suas missões, que, se cumprida, produziria ganhos para a sociedade.

O desafio da teoria e prática das democracias contemporâneas é, assim por um lado, reconhecer que os indivíduos, são posicionados de formas múltiplas, em termos de marcadores identitários “minoritários” como raça, o gênero, a idade, ou a cultura, e, por outro, desenvolver formas de lidar com os processos de exclusão gerados pela concentração de poder e pela impossibilidade de acesso a formas de participação na

vida coletiva que tenha justamente em conta essas diferenças. (SILVEIRINHA, 2005, p.41)

Raquel Paiva (2005) afirma que o tecido social é construído com base nestas mediações sociais, que emergem na época atual novas formas sociais e formatos de relacionamentos dos indivíduos com o mundo, o que exige um esforço para entendimento deste novo cenário.

E esse esforço deve deter-se necessariamente no entendimento do lugar que a mídia assume, um papel de tamanha envergadura, capaz de, se não substituir, definir de maneira cabal, todas as antigas mediações sociais. Em síntese, a mídia responsabiliza-se hoje por todas as mediações sociais, é ela que regula a relação do indivíduo com o mundo e com seus pares. (PAIVA, 2005, p. 16)

Esta reflexão de Raquel Paiva parte da concepção da força da mídia na política das minorias que implodem na contemporaneidade: deste modo, ela também remete ao debate sobre a classe trabalhadora, compreendida num ambiente em que os (as) trabalhadores (as) não são apenas trabalhadores (as), mas cidadãos (ãs) portadores (as) de muitas outras identidades – muitas delas não explicáveis sem a análise da recepção de conteúdo midiático.

Oswaldo Trigueiro (2005) aponta que os estudos em comunicação não permitem mais dissociar cultura da mídia e da cultura popular, uma vez que o vínculo entre ambas estabelece as relações sociais presentes no cotidiano dos indivíduos.

Na realidade, o que interessa é saber como a sociedade contemporânea faz uso das múltiplas formas de comunicação e das culturas ofertadas pelas redes midiáticas e os seus cruzamentos com as redes de comunicação interpessoais que operam nas práticas da vida cotidiana. (TRIGUEIRO, 2005, p.1)

Diante deste cenário, a classe trabalhadora também reflete as realidades diversas que emergem na contemporaneidade, criando novos sentidos de pertencimento em diferentes esferas de atuação identitária dos homens e mulheres trabalhadores. A mídia sindical aparece, então, como uma instância mediadora alternativa que pode estabelecer estas negociações e

renegociações identitárias, ofertando uma leitura diferenciada do sentido do trabalho, em oposição à visão da mídia massiva.

Trigueiro (2005) aponta que o conceito de mediação é a operação de negociação entre duas ou mais partes do processo de comunicação, necessitando de diferentes níveis de interações sociais. O autor cita Muniz Sodré para refletir sobre as instituições, como os sindicatos, neste processo de mediação.

Para inscrever-se na ordem social, a mediação precisa de bases materiais, que se consubstanciam em instituições ou formas reguladoras do relacionamento em sociedade. As variadas formas da linguagem e as muitas instituições mediadoras (família, escola, sindicato, partido, etc) investem-se de valores (orientações práticas de conduta) mobilizadores da consciência individual e coletiva. Valores e normas institucionalizados legitimam e outorgam sentido social às mediações. (SODRÉ, apud TRIGUEIRO, 2005, p. 3)

Para Barbero (2003), os sujeitos sociais têm uma posição ativa no entendimento dos sentidos que são criados pela mídia massiva e não são meros depositários passivos dos seus discursos, enfatizando as inter-relações que se estabelecem entre emissores e receptores e todo o processo destas relações de apropriação e resignificação de sentidos. Com isso, permite-se a reflexão de que existirá um espaço simbólico de mediação, de troca de sentidos, quanto mais instituições importantes no cotidiano dos homens e mulheres trabalhadores, como os sindicatos, forem efetivos na capacidade de representação.

Neste processo, as entidades sindicais, dentre inúmeras outras instâncias mediadoras, mostram-se também, através dos discursos de suas mídias, não tão definidores, mas importantes direcionadores ideológicos. Denis de Oliveira (1995), em uma análise sobre o discurso do Sindicato dos Químicos de Guarulhos, revela que a “consciência revolucionária da classe operária não nasce espontaneamente dentro dos seus movimentos e, sim da mediação entre a teoria revolucionária desta classe e sua ação enquanto classe em si” (OLIVEIRA, 1995, p.113)

Mas a imprensa sindical, tal como hoje majoritariamente articulada, vem permitindo esse processo de conscientização de classe (o que implica, antes, produzir processos de identificação entre os distintos homens e mulheres trabalhadores e, com isso, a consolidação de uma identidade coletiva)? Alguns estudiosos do tema, como Tony André Scharlau Vieira (2004), afirmam que, na maioria das vezes, tais publicações acabam deixando arestas no que diz respeito à participação e ao envolvimento dos (as) trabalhadores (as) de base em suas produções de conteúdo, criando publicações com determinados vícios estilísticos e enfoques de conteúdos que acabam desvirtuando-as.

### 3.3 DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO SINDICAL: OS PROBLEMAS DA CENTRALIZAÇÃO DIRETIVA, DO ECONOMICISMO E DA VISÃO UNICISTA DA IDENTIDADE DO (A) TRABALHADOR (A)

De acordo com dados do Anuário do Trabalhador (2009), do Ministério do Trabalho, existem atualmente 7.743 sindicatos de trabalhadores urbanos (empregados, profissionais liberais, autônomos e avulsos) e 3.911 sindicatos de trabalhadores rurais, resultando um total de 11.354 entidades. Dos urbanos, são registrados 10.391.687 sindicalizados e 9.136.624 associados aos sindicatos rurais, totalizando 19.528.311 trabalhadores filiados em entidades sindicais.

Não existem indicadores recentes que definam o número de publicações impressas próprias produzidas por estas entidades de trabalhadores, mas consideramos tratar-se de um número significativo, pela proporção dos números de sindicatos e de sindicalizados. Maria Nazareth Ferreira (1995) afirmava no final da década de 90, que a imprensa sindical editava uma média mensal de 10 milhões de exemplares, o que nos leva a acreditar que estes índices tenham aumentado na última década. No entanto, atualmente, não existem registros destes

números que nos permite avaliar a quantidade de títulos. A ausência de tais dados estatísticos já traz indicativos das poucas pesquisas nesta área.

Com efeito, dado este alcance a natureza de seus objetivos, as mídias sindicais se inserem no contexto de comunicação de movimentos populares, uma vez que, ao realizarem uma leitura crítica dos fenômenos sociais, buscam a construção de mecanismos de resistência e mobilização, visando às transformações e à politização dos homens e mulheres trabalhadores, como sujeitos sociais ativos.

Cicília Peruzzo (1999) afirma que a comunicação é mais do que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma dinâmica de organização e mobilização social. Para a autora, o processo comunicação das classes populares está “imbuído de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa, abrindo a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo” (PERUZZO, 1999, p.132).

Mas esta participação está efetivamente ocorrendo no modelo mais frequentemente presente na atual imprensa sindical brasileira? Discutir a eficácia da comunicação sindical nos dias atuais implica colocar em xeque a noção de modelos prontos, que talvez já não possam mais surtir efeitos junto a seus públicos-alvos. Isso sugere que é preciso ampliar as discussões sobre participação popular, cidadania, direitos à comunicação e fortalecimento político dos trabalhadores (mais do que mera luta salarial):

Do ponto de vista do conteúdo, cabe analisar a primazia do fator econômico sobre o político: o forte dos jornais são sempre as reivindicações econômicas, as campanhas salariais. Geralmente, as campanhas de sindicalização têm por base a segurança material e não o fortalecimento político dos trabalhadores. (FERREIRA, 1988, p.59)

Cláudia Santiago e Vito Giannotti (1997) reforçam que o desafio da comunicação sindical, atualmente, é o de responder às demandas de milhares de trabalhadores (as) que são estimulados (as) a todo momento, pelos meios comerciais massivos e pela ideologia

neoliberal, a vestir a camisa da empresa, permutando seus direitos por participação nos lucros ou por outras parcerias com os empregadores.

Além disso, há uma nova realidade identitária: no contexto atual, os (as) trabalhadores (as) desempenham papéis múltiplos e diferenciados como atores sociais, o que sugere a hipótese de que provavelmente necessitariam de novos discursos de suas mídias sindicais para forçar uma maior identificação deles com suas entidades representativas:

Esse jornal precisa ser muito bom, muito bonito, trazer assuntos bem interessantes, ligados à vida real do trabalhador. Caso contrário, seu destino será a lata de lixo. (...) o jornal do sindicato só vai ser lido se sua capa trazer a garantia de informações que interessem ao leitor. (...) E também precisa ter características para estimular a leitura dos que não estão lá tão acostumados a manusear jornais. (...) A especificidade do jornal sindical está ligada, particularmente, ao fato de que todo artigo, toda notícia deve dizer respeito aos trabalhadores. Deve interessar diretamente, mexer com sua vida. (...) Isto não significa que o jornal sindical vai tratar apenas de salário ou condições de trabalho. Deve falar de livros, cinema, teatro, música, poesia. Dar dicas de locais baratos e gratuitos para o lazer. Precisa ter matérias que dialoguem sobre educação, saúde e meio ambiente. Todos esses assuntos devem ser tratados sob a ótica dos interesses dos trabalhadores, que são seu público leitor. (SANTIAGO; GIANOTTI, 1997, pp. 45- 47).

É lícito supor, portanto, que o jornalismo sindical repercutirá entre as categorias de forma tanto mais eficiente quanto mais buscar uma presença significativa dos (as) trabalhadores (as) das bases no processo de produção e editoração, mesmo que mediados por jornalistas profissionais; uma periodicidade mais efetiva e uma mudança em termos de conteúdos veiculados; e uma construção de discursos que abranja um leque maior de debates relativos ao cotidiano dos (as) trabalhadores (as), principalmente, no que tange à dimensão de seus múltiplos papéis sociais, numa era marcada por numerosas e distintas identidades que convivem num mesmo sujeito.

Em muitos casos, percebe-se que o jornal sindical sai das mãos dos (as) trabalhadores (as) e concentra-se nas mãos de pequenos grupos que se auto-declaram representantes das categorias – direções dos sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais. Maria

Nazareth Ferreira (1995) caracteriza a estrutura sindical brasileira como fortemente burocratizada e autoritária, o que se reflete no seu sistema de comunicação:

(...) a comunicação sindical é vista pelos dirigentes, prioritariamente, como instrumento de mobilização, em detrimento da formação/informação; inexistente uma política de comunicação, o que resulta no não aproveitamento de sua potencialidade como comunicação de resistência das classes subalternas: privilegia-se a quantidade sobre a qualidade; o comunicador é tratado como um funcionário burocrata, o qual passa a ver o dirigente sindical como um empregador: tendência cada vez mais acentuada de seguir os padrões da grande mídia, tanto na forma como no conteúdo (por exemplo, a verticalização do processo de comunicação, tanto na relação dirigentes/comunicadores, como na relação comunicação /receptor). (FERREIRA, 1995, pp.7-11, apud FUSER, 2004, p.319)

Analisando o problema a partir de outro ponto de vista ideológico, mas concordando com a tese de fundo da verticalização apontada por Ferreira, Toni André Scharlau Vieira (2004) também apresenta uma perspectiva crítica à centralização: ele aponta que, do final dos anos 90 em diante, a comunicação sindical tem sido utilizada como instrumento de divulgação dos objetivos políticos e da visão ideológica de grupos que mantêm o poder sindical:

Ao comandar política e administrativamente os sindicatos, federações, confederações, centrais e até mesmo associações de trabalhadores, os dirigentes sindicais acabam atuando de forma autoritária e monolítica, ignorando alguns princípios básicos de convivência democrática. (...) como resultado desse autoritarismo, salvo raras exceções, o que se vê é uma produção de veículos de comunicação recheados de conteúdos inacessíveis para a maioria dos trabalhadores. Via de regra, para acompanhar o conteúdo hermético, a linguagem empregada tem semelhança com os discursos ou teses revolucionárias. Verifica-se, com frequência, o uso de desgastadas palavras de ordem, slogans e chavões de “esquerda” que vão do “trabalhador ou povo unido jamais será vencido”, até os periódicos “não ao plano econômico do governo”, “aumento salarial e melhores condições de trabalho”, “a luta continua”, entre outros. (VIERA, 2004, p. 339).

Algumas publicações excluem, com isso, seu maior trunfo, que é o questionamento da realidade social, política e econômica, transformando-se em veículos que cedem primazia ao jogo de espelho de vaidades de líderes sindicais. Supõe-se, aqui, que quanto mais isso ocorra na imprensa sindical, maior é a dificuldade de gerar identificação entre o (a) trabalhador (a) e a imagem que dele (a) se faz nos conteúdos comunicacionais de determinada instituição (o que implica uma igualmente baixa participação da categoria no sindicato).

Outra questão problemática em numerosas publicações é a ênfase economicista. É fato que a realidade econômica das categorias é um fator fundamental na luta da classe trabalhadora dentro do contexto produtivo, afetando todos os outros campos de atuação do trabalhador no seu cotidiano, como saúde, sexualidade, cultura, educação, habitação, dentre outros, pois sem condições financeiras adequadas todos estes outros itens enumerados acabam sendo dificultados para uma vivência plena dos homens e mulheres trabalhadores e de suas famílias. No entanto, o enfoque praticamente exclusivo nessa questão pode ser prejudicial:

(...) mas há de se evitar dar destaque excessivo aos aspectos sociológicos, políticos ou econômicos, menosprezando ou ignorando outras manifestações do campo existencial e cultural. Mais espaço para o lazer, o deleite e a fantasia poderiam ajudar a conferir maior atratividade aos micromeios, já que fazem parte do mundo dos anseios e dos interesses das pessoas, na busca da felicidade. (PERUZZO, 1999, pág. 152).

A hipótese aqui apresentada, a partir de reflexões como a de Peruzzo, é a de que ampliar, na imprensa sindical, o espaço dedicado a estas outras áreas permitiria tornar o conteúdo destes periódicos mais rico em sentidos para os (as) trabalhadores (as), ampliando sua identificação com suas mídias sindicais e atingindo de forma mais efetiva seus objetivos políticos. Ao invés de tratar somente dos índices de reajuste salarial, por que não mostrar também quais opções de cultura e entretenimento podem ser feitas com parte do salário que se recebe? Ou apresentar dicas de saúde para o (a) trabalhador (a) e sua família? Ou tratar dos direitos da mulher da trabalhadora dentro de uma estrutura machista de trabalho?

Com isso, trabalha-se aqui com o pressuposto – a ser testado nos sindicatos estudados – de que os conteúdos dos jornais sindicais, quanto menos tratarem os (as) trabalhadores (as) como cidadãos (ãs) com outras dimensões identitárias a serem levadas em conta (inseridos em múltiplas realidades e não apenas no cenário produtivo do mundo do trabalho), mais dificuldade terão de gerar identificação. Na posição de cidadãos das classes subalternas, os (as) trabalhadores (as) devem ser vistos (as) de maneira menos simplista e maniqueísta.

Adotando-se a noção de cultura presente em Thompson (1981), que afirma que ela está relacionada com a experiência, percebe-se que novos elos entre sindicatos e trabalhadores (as) deveriam ser construídos na medida em que o contexto de mercado de trabalho e a postura dos indivíduos frente às mudanças conjunturais deste início de século se modificam de forma dinâmica, exigindo adequações constantes e forçando novas experiências.

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (...) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimentos e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco e reciprocidade, como valores ou (...) na área ou nas convicções religiosas. (THOMPSON, 1981, p. 189).

Atualmente, alguns autores destacam que muitos jornais só tornam-se atrativos em períodos de negociações salariais, quebrando-se o elo político com as categorias e o poder de identificação profissional em outros momentos, uma vez que o tom político de resistência e luta só ganha coerência nestes meses em que o confronto patrão versus trabalhador se revela de forma mais marcante. Maria Nazareth Ferreira respalda esta efemeridade da importância deste tipo de mídia quando o foco passa a ser apenas o econômico, tornando os laços entre sindicato e categoria tênues.

A luta econômica, pode trazer resultados imediatos, tem um apelo mais forte, mas seu efeito é efêmero. Uma vez alcançada a vitória, os trabalhadores são desmobilizados, o que dificilmente ocorre na luta de caráter político. Assim, os laços entre o sindicato e sua categoria se esgotam no momento em que são alcançadas as conquistas econômicas, as demais ligações – assistenciais, lazer etc, são acessórias. (FERREIRA, 1995, p. 34)

Outro ponto a ser destacado é que algumas categorias se fecham em problemas inerentes ao próprio ambiente de trabalho daquele grupo profissional, mas não enxergam nem combatem aquilo que o mercado capitalista impõe a todos os (as) trabalhadores (as). Quanto mais as categorias reforçam este corporativismo nos seus discursos, mais fazem o jogo das

classes dominantes, reduzindo seu poder de atuação, de mobilização conjunta e de questionamento da realidade.

Quanto mais fragmentada for a articulação dos (as) trabalhadores (as) por categorias, menor seu poder de politização enquanto cidadãos e sujeitos das classes subalternas. As finalidades específicas, como mobilizações de urgência e campanhas salariais, são necessárias, mas não podem constituir motivação única nem temática única (ou quase onipresente) na imprensa sindical: a percepção do debate das identidades múltiplas na contemporaneidade é requerida aqui.

As mutações no mundo do trabalho e no perfil da classe trabalhadora nem sempre são contempladas por uma estrutura sindical que, majoritariamente, não absorve tais transformações e seus impactos sociais, culturais, econômicos e políticos na relação capital versus trabalho.

Sebastião Geraldo (1995) ratifica esta perspectiva ao destacar que o processo de globalização e mundialização do capital que atingiu os países desenvolvidos num primeiro momento, mas tem impactado os países do Terceiro Mundo (ainda mais aqueles que possuem um parque industrial como o Brasil), ocasionou mudanças no mundo do trabalho e nos organismos sindicais e partidários que precisam ser incorporados na discussão sobre a comunicação sindical.

Ele ressalta a importância da mídia sindical como um componente da ação dos (as) trabalhadores (as) a partir de suas entidades de classe, pressupondo a comunicação como um fenômeno da atividade humana vinculado aos processos culturais, políticos, econômicos e sociais. Ou seja, necessita-se de uma visão mais abrangente e contextualizada:

A compreensão da comunicação sindical passa, portanto, pela compreensão da contradição, do jogo de poder, dos antagonismos presentes no dia a dia das ações sindicais, das formas de organização do movimento sindical, de suas vinculações com o estado. (GERALDO, 1995, p.36)

Considera-se na presente dissertação, deste modo, que seria possível construir um vínculo identitário dos (as) trabalhadores (as), independente da categoria a que pertençam, na medida em que se permitisse, na imprensa sindical, a construção de uma representação social menos simplista e idealizada do que aquela que costuma aparecer numa parcela talvez majoritária dessas publicações.

Se levada em conta a dimensão múltipla do (a) trabalhador (a) contemporâneo (a), cujas identidades não se resumem a uma visão economicista sobre seu papel no mundo do trabalho, alguns questionamentos se fazem necessários. Cabe refletir se imprensa sindical hoje existente propicia identificação com este novo perfil profissional do mercado de trabalho contemporâneo e se as entidades sindicais do país conseguem atingir suas bases com efetividade ou, ao contrário, praticam em seus veículos um jornalismo marcado por uma visão homogeneizada e simplista sobre o (a) trabalhador (a).

Outro questionamento diz respeito à problemática preocupação em atrelar os textos e informações destas mídias meramente aos aspectos econômicos da vida dos (as) trabalhadores (as), em detrimento de outras temáticas do cotidiano que poderiam ser utilizadas nesta construção identitária das categorias.

Até que ponto a noção de que, além de trabalhadores (as), estes indivíduos possuem raízes de pertencimento a outros grupos sociais como família, escola, sexualidade, religião, são refletidos nos conteúdos dos jornais sindicais? Com isso, inúmeros questionamentos apresentam-se neste novo cenário redesenhado pela sociedade e suas mutações precisam ser repensados pelos sindicatos dos trabalhadores.

Diante de tais questionamentos, os próximos capítulos têm como objetivo diagnosticar a eventual aparição de algumas destas problemáticas no conteúdo dos jornais de duas entidades sindicais de Juiz de Fora, bem como analisar como se dá a recepção dos conteúdos

destas publicações pelas suas respectivas categorias, de modo a refletir melhor sobre o panorama da imprensa sindical contemporânea.

Mesmo sabendo-se de antemão que tais estudos pontuais não refletirão de forma definitiva ou universalizante o cenário nacional, considera-se que podem contribuir para pesquisas sobre o assunto (infelizmente pouco numerosas nos círculos acadêmicos). Sendo conhecido que todas as alterações na comunicação passam indubitavelmente pelas transformações históricas da sociedade, faz-se necessário avaliar a imprensa sindical neste momento de profundas mutações sociais, econômicas e políticas, exigindo novos posicionamentos da classe trabalhadora frente às relações entre mídia, poder, estrutura produtiva e mundo do trabalho.

## **4 SINDICATOS E SUAS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS: REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS**

As categorias profissionais criam seus discursos identitários no dia a dia, tendo nas funções que desempenham uma caracterização marcante nesta elaboração discursiva, uma vez que o mundo do trabalho é um dos principais mecanismos de socialização dos indivíduos na sociedade, como discutido nos capítulos anteriores. Como em um sistema de trocas, estas formações discursivas são incorporadas pelos homens e mulheres trabalhadores, bem como pelas entidades que os representam, reforçando determinados paradigmas que se tornam um eixo de pertencimento destes indivíduos às suas categorias.

Por mais caleidoscópica que se torne a sociedade atual, com suas inúmeras fontes identitárias que agregam e excluem indivíduos, em processos cada vez mais velozes e descartáveis, como dissertado nas peculiaridades pós-modernas do mundo globalizado, é na prática cotidiana que estas identidades da classe trabalhadora se fortalecem e se solidificam, através da assimilação discursiva destes inúmeros ícones identitários, tendo nos canais comunicativos das entidades representativas dos trabalhadores uma variável relevante, consubstancializada nas publicações impressas sindicais.

No entanto, em muitos casos, cria-se um paradoxo entre o discurso das lideranças sindicais com o da categoria de base, por falta de ajustes no processo comunicacional. Questões políticas, jogos de poder, estratégias persuasivas, censura, falta de periodicidade, má utilização dos veículos de comunicação disponíveis, ausência de uma política de comunicação, escassez de recursos financeiros para o setor, descrédito das entidades e a avalanche dos discursos neoliberais sobre o mundo do trabalho, despejados pela mídia massiva, tornam-se desafios para a imprensa sindical.

Os meios de comunicação dos sindicatos vêm passando pelas adequações discursivas para que atinjam seus principais objetivos? É preciso não perder de vista que estes objetivos são, fundamentalmente, chegar às mãos dos trabalhadores (as) de base com a proposta de conscientização, mobilização, esclarecimento e a oferta de uma versão contra-hegemônica dos discursos empreendidos pelos grandes conglomerados midiáticos, comprometidos com a vitalidade do capitalismo moderno e suas formas de exploração contra a classe trabalhadora.

Em dois sindicatos que serão analisados a seguir, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Coletivo Urbano, Intermunicipal, Interestadual, Fretamento e Turismo de Juiz de Fora e o Sindicato dos Trabalhadores, Funcionários e Servidores da Administração Direta, Indireta, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Associações Civis da Prefeitura de Juiz de Fora, busca-se verificar quais são as estratégias comunicacionais utilizadas, suas falhas, seus êxitos, as possibilidades de ajustes.

#### 4.1 SINTTRO: NA FRAGMENTAÇÃO DA CATEGORIA, NASCE O SINDICATO

O Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo Urbano, Intermunicipal, Interestadual, Fretamento e Turismo de Juiz de Fora surgiu de uma Associação dos Trabalhadores Rodoviários em 1996, que, por sua vez, originou-se de uma ruptura do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários através de uma luta política de grupos diferenciados pelo poder da entidade. O embate entre vários segmentos desta categoria sempre foi uma constante ao longo da história dos rodoviários em Juiz de Fora, pautado por intervenções judiciais das sedes e até aparato policial devido aos desentendimentos entre os seus membros rivais. Alguns chegaram, inclusive, a serem detidos em 1995, além de fatos isolados de violência física entre os grupos, como invasão à força de sede. Os processos entre as facções acumulam-se na Justiça Criminal e do Trabalho.

Devido a estas intervenções constantes e disputas políticas, foi criada a Associação dos Trabalhadores Rodoviários de Juiz de Fora, tendo como líder José Pedro Franco Ribeiro. A Associação representava os membros descontentes com a então diretoria do Sindicato dos Rodoviários por denúncias de desvio de verbas, lapidação de patrimônio, dentre outros, frutos de processos de investigação que se arrastam até hoje. Com isso, iniciou-se um processo de fragmentação dentro da própria categoria.

A Associação conseguiu, em meados de 1996, trazer para seu quadro de associados cerca de 40 trabalhadores descontentes com a luta e o embate político do Sindicato dos Rodoviários, que, era, segundo os dirigentes atuais, mais político e interno do que de defesa de reivindicações nas relações de trabalho com as empresas de transporte coletivo do município. Em três meses, o número de filiados passou para 300 trabalhadores (as), devido ao forte trabalho de base dos dirigentes da Associação.

Juridicamente, a Associação não tinha o direito de representar legalmente os rodoviários nas negociações salariais e outras demandas junto à classe patronal, no entanto, seduziu este segmento com um assistencialismo através de dentistas, clubes de recreação, Telecurso 2º grau, convênios médicos e laboratoriais. A Associação, com isso, fortaleceu-se no seio da categoria, até que acabou sendo proposto pelos seus diretores um desmembramento do Sindicato dos Rodoviários em dois: o Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Juiz de Fora ficaria responsável pelos motoristas que atuassem em empresas de transporte de cargas, enquanto o novo Sindicato que surgia seria representante dos (as) trabalhadores (as) em transporte coletivo de passageiros.

A manobra foi arquitetada pelo atual vice-presidente da entidade, Paulo Sergio Avezani, que conseguiu com sua diretoria trazer para esta segunda entidade a maioria dos profissionais que atuava neste setor, pois os pertencentes ao quadro do transporte coletivo de passageiros representavam cerca de 80% da categoria. Juridicamente, o desmembramento foi

permitido por se entender que, apesar de rodoviários, eram duas categorias distintas, pois atuavam em setores diferenciados, respeitando assim, a ideia de unicidade sindical prevista por Lei. Nasceu, assim, em 1999, o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Urbano, Intermunicipal, Interestadual, Fretamento e Turismo de Juiz de Fora.

#### 4.1.1 A realidade dos (as) trabalhadores (as) do transporte coletivo no cenário nacional da categoria

Os rodoviários de Juiz de Fora refletem demandas similares de outras regiões do Brasil, como bandeiras de lutas por melhores salários e condições de trabalho, bem como os problemas enfrentados na rotina do exercício da profissão. Doenças ocupacionais, acometidas pelo esforço diário na condução dos veículos, como enfermidades de colunas, artrite e outras de ossos musculares também são similares. Outro destaque é o número de afastamento por distúrbios psicológicos devido ao desgaste com contato diário com o público e ao estresse do trânsito. Não existem dados estatísticos concretos, mas, de acordo com informações do Sinttro, os casos de afastamento e faltas de trabalho, na sua maioria, são decorrentes destas duas doenças: psicológicas ou osso-musculares. Os índices de afastamentos incluem em geral todos estes casos, ficando impossível discriminar os casos de cada doença acometida.

O perfil dos motoristas e cobradores em outros estados é similar. Apesar de não existirem pesquisas oficiais sobre o nível sócio cultural e a renda per capita das famílias, as funções profissionais desempenhadas já determinam características quanto a estes dados, devido aos baixos salários e aos poucos pré-requisitos para o exercício profissional. A faixa salarial de motoristas dos ônibus urbanos em cidades do porte de Juiz de Fora são também parecidas.

Um motorista na cidade de São Paulo tem salário médio de R\$ 1.552,13, de acordo com dados da convenção coletiva da categoria de 2010. Em Curitiba, o salário segue a mesmo nivelamento, sendo o salário médio de R\$ 1.350 para motoristas e de R\$ 810 para cobradores. O salário dos motoristas de ônibus urbanos em Juiz de Fora em 2010 é de R\$ 1.051,00 e o dos cobradores chega a 50% deste valor.

No entanto, o acordo coletivo garante ganhos indiretos através de tíquete alimentação no valor de R\$ 170,00, cesta básica composta de 17 alimentos de primeira necessidade, além de outros itens que buscam conferir à categoria condições de trabalho e de vida melhores, como plano de saúde, seguro de vida, escalas de trabalho com intervalos de descanso, dentre outras. O presidente da entidade, José Pedro Franco Ribeiro, ressalta que a história da categoria sempre foi marcada por muita luta nas ruas e nas mesas de negociação com a classe patronal.

Muitos destes avanços que obtivemos são frutos de nossas vitoriosas campanhas salariais, manifestações e greves que mostraram a força do trabalhador rodoviário de Juiz de Fora. Poucas categorias como a nossa no país tem estas cláusulas sociais, que, de certa forma, incorporam ganhos aos salários. Apesar das disputas políticas dentro da própria categoria, na hora de lutarmos por melhores salários e condições de trabalhos, os rodoviários sempre se mostraram unidos por objetivos únicos, o que é revelado na repercussão de nossas greves em nível estadual e até nacional, como a operação tartaruga que causou um caos ao trânsito de Juiz de Fora este ano. (RIBEIRO. J. Franco. Depoimento. Juiz de Fora, 27 maio 2010. Entrevista concedida a Nelson Toledo Ferreira)

O Sinttro não é mais filiado à Federação dos Trabalhadores em Transportes de Minas Gerais (FETTROMINAS), devido a uma desavença política entre os presidentes das respectivas entidades. No entanto, o bom relacionamento do Sinttro com outros sindicatos dos rodoviários em Minas Gerais é mantido através de trocas de apoios políticos ou informações sobre demandas comuns das categorias, o que faz também um nivelamento das cláusulas dos acordos coletivos e salários.

Os pré-requisitos para o desempenho da função de motorista são a experiência e a carteira de habilitação D, a escolaridade não pesa muito na seleção do trabalho. Para o presidente do Sinttro, José Pedro Franco Ribeiro, a maioria dos trabalhadores no setor tem o ensino fundamental.

Muitos tiveram que abandonar os estudos para começar cedo a trabalhar, e depois de certa estabilidade, acabam retornando os estudos para conseguir concluir o ensino fundamental. Tínhamos uma parceria com a Astransp de oferecer Telecurso 2º grau para os motoristas e cobradores e a demanda revelava esta realidade. (RIBEIRO. J. Franco. Depoimento. Juiz de Fora, 27 maio 2010. Entrevista concedida a Nelson Toledo Ferreira)

Para o vice-presidente da entidade, Paulo Avezani, a maioria da categoria é formada por homens, em uma proporção de 100 para cada uma mulher. Mulheres motoristas são poucas enquanto que na função de cobradora a situação vem se tornando mais comum nos últimos dois anos. Percebe-se que este novo cenário confirma as perspectivas do autor Ricardo Antunes (2005), nos capítulos anteriores, quando analisa as mudanças no perfil da classe trabalhadora e o espaço ocupado pelo sexo feminino em funções denominadas de trabalho intensivo, frequentemente, restrito às áreas rotinizadas. Na categoria, pelo menos, os salários de mulheres ou homens que atuam no setor são os mesmos, não tendo diferenciação.

(...) Terceira tendência: tem-se o aumento expressivo do trabalho feminino no mundo do trabalho, tanto na indústria quanto especialmente no setor de serviço. A classe trabalhadora sempre foi tanto masculina quanto feminina. Só que a proporção está se alterando muito. Na Inglaterra, por exemplo, hoje o número de mulheres que trabalham é maior que o de homens que trabalham. Em vários países europeus, cerca de 40%, e 50% ou mais da força de trabalho é feminina. Inclusive, porque quanto mais se ampliam os trabalhos part time, mais força de trabalho feminina preenche esse universo. (ANTUNES, 2009, p.200)

Outro dado de destaque no próprio acordo coletivo em vigor neste ano de 2010 é uma cláusula que defende o (a) trabalhador (a) com uma faixa etária mais elevada e aquele que está próximo a se aposentar, buscando amenizar a discriminação quanto à idade. Percebe-se

uma preocupação da entidade com este novo segmento do mercado de trabalho, valorizando profissionais mais maduros que começam a ocupar mais espaços neste setor do transporte. Neste sentido, a entidade vem tentando adequar a estas novas demandas do mundo do trabalho que ora se apresentam, buscando compromissos oficiais através de suas convenções coletivas que acompanhem este novo perfil identitário da classe trabalhadora.

Quando da admissão de qualquer empregado, independente de cargo ou função pretendida não será avaliada a idade do (a) candidato (a) evitando-se, assim, qualquer discriminação entre os postulantes do emprego. (...) da mesma forma quando de qualquer promoção serão observados os requisitos acima. (...) Da inobservância ou descumprimento de qualquer requisito desta cláusula, a empresa infratora pagará ao postulante ou empregado uma multa no valor de 01(um) salário do cargo pretendido ou função ocupada, independente das penalidades em Lei. (Acordo Coletivo de Trabalho Sinttro, Juiz de Fora, 2010/2011, Cláusula 44)

Esta tendência também é apontada nos estudos de Ricardo Antunes (2005) sobre o novo perfil da classe trabalhadora, revelando sua preocupação com os (as) trabalhadores (as) de mais de 40 anos que são considerados “velhos” para o mercado de trabalho.

(...) Quinta tendência: há uma exclusão enorme dos jovens e dos “velhos ( no sentido dado pelo capital destrutivo). (...) E os trabalhadores de 40 anos ou mais, considerados “ velhos” pelo capital, uma vez desempregados não voltam mais para o mercado de trabalho. Vão realizar trabalhos informais, trabalhos parciais, part time... (ANTUNES, 2009, p.201)

O que se percebe é que a categoria acaba transitando entre mais de uma das tendências apontadas por Antunes (2009), revelando a força do contexto sócio-econômico no dia a dia das mais diversas profissões.

#### 4.1.2 Sinttro e sua atuação junto à categoria

O referido Sindicato funciona atualmente em uma sede alugada, no centro de Juiz de Fora, mas possui um patrimônio de seis casas em uma colônia de férias em Itaipava, Espírito

Santo. Atualmente, são cerca de 4.800 associados, sendo, aproximadamente 80% deste número composto de trabalhadores (as) que atuam no transporte coletivo urbano, o restante, os percentuais são distribuídos, respectivamente, em ordem decrescente, nas empresas de transporte intermunicipal, interestadual, fretamento e turismo, na área de jurisdição de Juiz de Fora, Minas Gerais.

Há de se ressaltar que, além destes associados, se somarmos os dependentes numa perspectiva média de dois filhos por cada titular, este público alvo chega a mais de 10 mil pessoas, o que seduz políticos em campanha eleitoral, conforme afirmam os diretores da instituição, que sempre são procurados por partidos políticos nestes períodos, pedindo apoio do Sindicato. No entanto, o presidente José Pedro Franco Ribeiro afirma que a entidade é apartidária, que podem existir até apoios políticos diferenciados de seus diretores, mas não posições unificadas do Sindicato.

Na referida sede, a entidade oferece tratamentos odontológicos em gabinetes dentários próprios e montados com equipamentos de última geração. São quatro profissionais que atendem os associados e seus dependentes em dois turnos, o que garante uma rotatividade grande de rodoviários e seus familiares na sede, diariamente. Além dos dentistas, é oferecida uma série de benefícios que também atrai o contato diário dos associados com os diretores sindicais e seus funcionários.

Guias médicas e de exames laboratoriais são repassadas através da entidade, marcação para as férias nas casas da Colônia de Férias em Itaipava, Espírito Santo, são agendadas pessoalmente, e, mais recentemente, em meados de 2009, o Sindicato começou a oferecer um setor de recursos de multa de infração, auxiliando à categoria na defesa junto à Junta Administrativa de Recursos de Infração, órgão ligado à Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito.

Como dispõe a legislação, o Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Coletivo tem um regulamento interno que normatiza todas as suas ações como entidade sindical, bem como diretrizes para o dia a dia de atuação da entidade junto a seus associados e órgãos públicos. Um departamento jurídico, composto de três advogados, mantém este controle, sendo acionado no descumprimento dos acordos coletivos de trabalho, assinados com a classe patronal, além de atendimento aos associados nas áreas cível, criminal e família. A fiscalização de todas as cláusulas dos referidos acordos é feita durante todo o ano.

O Sindicato é filiado à Nova Central Sindical de Trabalhadores, uma entidade surgida em 2005. Em Juiz de Fora, quinze entidades são filiadas e mantêm um sistema de cooperação entre elas em ações políticas, encontros frequentes e apoios a determinadas bandeiras de luta dos (as) trabalhadores (as), em nível nacional. O atual presidente do Sinttro, José Pedro Franco Ribeiro, também é o presidente da Regional da Nova Central Sindical dos Trabalhadores da Zona da Mata e Vertentes. Para José Pedro, as ações desencadeadas pela entidade na região não são vinculadas politicamente a nenhum partido, no entanto, cabe aos próprios sindicatos definirem apoios políticos a determinados candidatos e partidos, mas não existe nenhum vínculo efetivo, o que, em sua opinião, garante a liberdade sindical.

Buscamos não atrelar política sindical da política partidária justamente para que possamos desenvolver nossas ações e projetos com total liberdade, buscando uma gama maior de participação de todos os trabalhadores. A Central se caracteriza pela pluralidade, esta peculiaridade é que faz com que nossos movimentos tenham o apoio de todas as categorias envolvidas, reforçando nossas bandeiras de luta em nível local e nacional. (RIBEIRO. J. Franco. Depoimento. Juiz de Fora, 7 de maio de 2010. Entrevista concedida a Nelson Toledo Ferreira)

No Brasil existem seis centrais sindicais<sup>4</sup> legalmente constituídas através da Lei 11.648, de 31 de março de 2008. Todas estas entidades precisam atender alguns critérios

---

<sup>4</sup> São elas: Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores, Central Geral dos Trabalhadores, Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

estabelecidos pelo Governo Federal que seriam: filiação de no mínimo cem sindicatos distribuídos nas cinco regiões do Brasil; filiação de sindicatos em no mínimo cinco setores de atividade; filiação de no mínimo 5% dos sindicalizados em âmbito nacional no primeiro ano - cerca de 300 mil trabalhadores sindicalizados -, devendo atingir 7% em dois anos. Esta legalização através do atendimento destes critérios permite que as centrais tenham acesso a 10% da contribuição sindical destinada aos sindicatos filiados.

Além disso, com a publicação da Lei 11.648, as centrais sindicais ganharam mais expressividade e poder político legitimando sua representatividade não só junto às categorias profissionais, mas podendo participar de variadas instâncias oficiais que debatem temáticas de interesse da classe trabalhadora. A Nova Central Sindical foi fundada em 29 de julho de 2005. De acordo com dados da NCST, a entidade é composta por 07 confederações, 136 federações, cerca de 3000 sindicatos, representando quase 12 milhões de trabalhadores em todo o país.

#### 4.1.3 História recente de greves e de mobilizações

O Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo Urbano, Intermunicipal, Interestadual, Fretamento e Turismo de Juiz de Fora tem uma história de greves que pararam o trânsito de Juiz de Fora, chegando a 100% de adesão. Por ser considerado serviço essencial à comunidade, existe uma série de exigências legais para que a greve seja deflagrada como aviso prévio em um prazo de 48 horas aos órgãos competentes como Ministério Público do Trabalho, empresários do setor, Prefeitura, Polícia Militar. No entanto, mesmo com estes comunicados prévios, não esvazia a força e muito menos o impacto do movimento. Os (as) trabalhadores (as) ainda desencadeiam com operações relâmpagos, que obstruem o trânsito como a chamada Operação Tartaruga, na qual os ônibus trafegam pelas ruas centrais do município em fila indiana

com uma velocidade reduzida, causando tumultos aos usuários do sistema e tornando trânsito lento.

Mesmo com as brigas entre os membros, inclusive, até mesmo dentro da própria diretoria, além de facções externas que buscam o poder da entidade, quando acontece uma paralisação da categoria, todos se unem, o que resultou em adesões de 100%, como em 2009. Quando os empresários não fazem concessões na mesa de negociações em relação aos índices de reajustes e cláusulas sociais proposto pelo Sindicato, a categoria é acionada para passeatas nas ruas centrais da cidade com faixas e dizeres de ordem reivindicando melhores salários e condições de trabalho.

As palavras de ordem chegam a ironizar os empresários e o tom de deboche acaba seduzindo os (as) trabalhadores (as) a participar, bem como o apoio da comunidade, além dos antigos clichês usados por vários sindicatos: “O patrão de carro novo e eu comendo pão com ovo”, “trabalhador unido jamais será vencido”. Os rodoviários ainda fazem críticas severas ao poder público municipal, responsável pela permissão de exploração do transporte público municipal às empresas de transporte, quando o mesmo não se posiciona nestas negociações e causa entraves da campanha salarial.

Em 2009, a greve de 100% de adesão reforçou a categoria nas várias ações de campanha salarial. Em 2010, a ameaça de se repetir a paralisação histórica do ano anterior foi uma arma contra os empresários na tentativa de aumentar o índice salarial proposto na mesa de negociação, além dos avanços em cláusulas sociais, como intervalos entre jornadas, seguro de vida, plano de saúde, tíquete alimentação, cesta básica, licença remunerada, dentre outras cláusulas que acabam garantindo ganhos indiretos à categoria. Uma bandeira de luta mais recente é a redução da jornada de trabalho da categoria de 7 horas e 20 minutos para 6 horas, ainda não conquistada em 2010, mas que deverá entrar em pauta no próximo ano.

Em 2010, o movimento tomou as ruas de novo, com uma estratégia de mobilização denominada Operação Tartaruga, com a retenção do trânsito em determinados entrocamentos da região central da cidade. As negociações começaram em dezembro de 2009, com troca de minutas

de acordos coletivos de trabalho entre o Sindicato e classe patronal, representada pela Astransp, uma associação que reúne as sete empresas de ônibus urbanos de Juiz de Fora. Mas, devidos aos índices propostos e levados em assembleia, o Sindicato iniciou as mobilizações. Ao contrário do ano anterior, a categoria não apresentava rixas políticas entre os segmentos, o que favoreceu um movimento mais coeso em defesa dos direitos dos (as) trabalhadores (as) e suas demandas de reivindicações.

Várias assembleias foram realizadas e o tom inflamado do discurso nestes encontros era a ferramenta de disparos das mobilizações e passeatas, ocorridas sempre após as reuniões dos (as) trabalhadores (as). A comunicação entre o segmento era feita com boletins, os denominados mosquitinhos, impressos em gráfica rápida, no tamanho A5<sup>5</sup>, preto e branco. Durante a campanha de 2010 foram feitos sete informativos desta natureza, com palavras de ordem e informações básicas sobre local da assembleia, início de manifestações e notícias relativas ao andamento das negociações.

As faixas pintadas com dizeres sobre a campanha salarial e palavras que motivavam o movimento eram dispostas em pontos estratégicos do trânsito: em locais de rendição dos funcionários e portas da garagem de empresas, no tamanho de cinco metros. Ao longo da campanha salarial foram confeccionadas cerca de dez faixas.

#### 4.1.4 O jogo entre a mídia espontânea e a comunicação dirigida

Em 2010, a preocupação de conquistar mídia espontânea era verificada no planejamento das ações políticas. Quando os dirigentes sindicais e os (as) trabalhadores (as) votavam em sair em passeatas ou parar o trânsito de forma surpresa em alguns entrocamentos, os meios de comunicação locais eram avisados com antecedência para garantir as primeiras páginas dos jornais impressos e imagens para os telejornais. Dois dirigentes sindicais concentravam as

---

<sup>5</sup> Tamanho A5 tem as medidas de 14,8 x 21 cm.

informações para repassarem aos jornalistas que cobriam os movimentos, buscando uma coerência nas informações, uma vez que a diretoria nem sempre era coesa no direcionamento político dos fatos.

A comunicação no Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo de Juiz de Fora é considerada importante pelos seus dirigentes, mas não é priorizada entre as ações políticas dos mesmos. Jornais impressos e murais, panfletos, banners, carros de som, faixas são os mecanismos para a entidade se comunicar com seu principal público alvo, os motoristas, cobradores, auxiliares de viagens intermunicipais, interestaduais, fretamentos e turismos, mecânicos, manutenção, além do pessoal administrativo que atua nas empresas do setor.

Percebe-se que este último grupo se trata de um segmento diferenciado, com demandas diferenciadas, apesar de fazerem parte de uma mesma categoria, o que nos leva a refletir sobre alguns aspectos estudados nos capítulos anteriores sobre a fragmentação e dinamismo imposto pelo atual estágio do capitalismo. As categorias profissionais se retalham em inúmeras funções diferenciadas dentro de um mesmo campo de atuação. São motoristas, mas trabalham em setores diferenciados, com realidades diferenciadas e atendem públicos diferenciados que acabam criando identidades profissionais distintas.

O Sinttro conta com um jornalista profissional diplomado que cuida da comunicação e da mediação entre a mídia e seus dirigentes, mas não tem autonomia plena em relação às ações desencadeadas. O jornalista atua no Sindicato como prestador de serviços, não sendo contratado, ficando responsável pela mediação entre dirigentes e imprensa, além da produção do material informativo, inclusive do jornal oficial impresso denominado *Sinttro Notícias*.

Durante todos os meses do ano, o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo mantém um trabalho de comunicação com seus associados através de pequenas ações que buscam fidelizar seu público alvo, mostrando os benefícios de ser filiado à entidade. Os

aniversariantes do mês, por exemplo, recebem em suas residências um cartão desejando felicidades e nas entrelinhas o convidando a conhecer mais seu Sindicato, encerrando com um slogan “ Sinttro, sempre a serviço do trabalhador”. Alguns comunicados sobre pagamentos de contribuições sindicais, negociais ou outras são emitidos também aos associados através de mala direta, sempre finalizado com dizeres ressaltando a importância da organização sindical na luta dos homens e das mulheres trabalhadores.

Na sede da entidade, alguns banners são dependurados na sala principal, onde os rodoviários e seus dependentes aguardam os dentistas ou rescisões de contratos de trabalho para os funcionários com mais de um ano de empresa, para serem atendidos. Um dos banners diz respeito à colônia de férias da categoria em Itaipava, Espírito Santo, com uma foto da praia e das casas que os associados e seus familiares têm o direito de permanecer até sete dias pagando uma taxa de R\$ 100,00. O slogan enfatiza “Colônia do Sinttro, o refúgio de lazer dos rodoviários”. Do outro lado da sala, dois banners são dispostos na parede, um da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e outro do Sindicato, com os dizeres “Sindicalismo moderno e de resultados”.

Na mesma sala, alguns certificados de mérito são dependurados, próximos a um quadro de cortiça que tem fixadas as últimas publicações do Sindicato, bem como alguns cartazes com avisos sobre serviços de advogados, clubes de recreação, datas para marcação de dentistas e consultas, dentre outros. Semanalmente, é afixado um jornal mural de duas páginas tamanho A4<sup>6</sup> com algumas notas informativas sobre o sindicato e suas ações políticas nas empresas e/ou notícias sobre direitos trabalhistas. De acordo com os dirigentes sindicais, no entanto, a periodicidade destes jornais murais não é muito regular, dependendo das notícias que ora emergem no dia a dia.

O diagnóstico do público-alvo, uma ferramenta importante de todo processo comunicativo, traz reflexões que permitem entender o porquê de as publicações impressas não

---

<sup>6</sup> Tamanho A4 tem as medidas de 21 x 29,7 cm.

seduzirem tanto os rodoviários, justamente, pela falta do hábito de leitura e de elementos identificadores. Banners, cartazes e pequenos panfletos, que eles denominam mosquitinho, pela facilidade de circulação de mão e mão, têm um efeito comunicativo mais rápido entre a categoria, no entanto, informam sobre ações políticas, mas não oferecem matérias de cunho social e de serviço como dicas de saúde, cultura, entretenimento, educação ou conscientização sobre cidadania.

As publicações mais densas, com quatro páginas ou oito páginas são editadas em momentos especiais, como resultado de campanhas salariais, críticas políticas ao poder público municipal ou a facções políticas de oposição na categoria. O jornal da entidade chama-se *Sinttro Notícias*. Apesar de não ter uma periodicidade regular, a publicação mantém um padrão de cores e tipos gráficos, buscando uma identidade visual para que possa ser reconhecido como o jornal da categoria.

A cor usada é azul ciano, remetendo a cor do uniforme da categoria dos motoristas e cobradores do urbano. Inclusive, até mesmo o timbrado e a logomarca do Sindicato são da mesma cor. Muitas ilustrações garantem uma leitura mais fácil, com matérias com o máximo de 15 linhas cada notícia. Um painel com notas críticas sobre patrões, condições de trabalho nas empresas e política local também tem sempre seu espaço reservado. Apesar da arrecadação da entidade ser suficiente para manter uma publicação mensal, outros projetos junto aos associados são priorizados, deixando a comunicação em um segundo plano.

Existe uma divergência sobre o tom político destas publicações entre o presidente, José Pedro Franco Ribeiro, e o vice-presidente Paulo Avezani, que revela a diferença de formação de sindicalismo dos dois dirigentes que se refletem na comunicação sindical. O primeiro iniciou sua vida de sindicalista no seio da categoria, mas não tem vínculo com partidos políticos ou movimentos revolucionários. Já, Avezani tem uma trajetória de atuação

em movimentos, de esquerda, mais radicais da década de 70, e sempre exige um tom mais politizado nos jornais, no sentido de jargões mais fortes, títulos irônicos e charges políticas.

José Pedro é mais contido nas críticas e acha que o jornal tem que informar e mobilizar a categoria, mas sem exageros e polêmicas.

O jornal tem o objetivo de mobilizar e esclarecer a categoria, mas sem apelar para ofensas e críticas muito contundentes a políticos ou à Prefeitura. Acho que se começa a descambar para isso perde seu objetivo, enquanto um informativo do Sindicato. Acho que temos que mostrar nossos benefícios e o que estamos fazendo para a categoria. É como se o jornal fosse uma vitrine do melhor que acontece em nossa entidade e do melhor que oferecemos para nossos associados. Essa deve ser a prioridade de nossa publicação, depois podemos fazer nossas críticas políticas a vereadores, prefeito, deputados e seus respectivos partidos. (RIBEIRO. José F. Depoimento. Juiz de Fora, 27 de maio de 2010. Entrevista concedida a Nelson Toledo Ferreira)

Já Paulo Avezani tem uma forma diferenciada de pensar o jornal de um Sindicato, afirmando que sua conotação política deve ser a prioridade do foco das matérias, notas e artigos.

A categoria gosta de um jornal que tenha críticas fortes aos patrões, que deboche dos políticos, que ironizem a situação política da cidade e dos seus dirigentes. Um jornal de sindicato tem que usar jargões fortes, palavras de ordem, para buscar a mobilização e conscientização política da categoria. Não tem como dissociar Sindicato de política, nossas ações no dia a dia são políticas, nossos discursos sempre têm que ser repensados visando atingir determinados objetivos na representatividade do trabalhador rodoviário, bem como para garantir um espaço político para este mesmo segmento no cenário local. (AVEZANI. P. Sergio. Depoimento. Juiz de Fora, 27 de maio de 2010. Entrevista concedida a Nelson Toledo Ferreira)

Diante de todas estas perspectivas enunciadas acima, a comunicação no referido Sindicato assume uma postura mais estratégica para desencadear ações políticas do que ter o papel de construir uma cultura com valores agregados sobre a classe trabalhadora, como noções de pertencimento à categoria, de cidadania, de conscientização sobre política, economia, cultura e outras áreas que constroem os cenários nos quais os homens e mulheres trabalhadores vivem no seu dia a dia.

## 4.2 SINSEPU E OS DESAFIOS DE UNIFICAR UMA CATEGORIA COM PERFIS MULTIDENTITÁRIOS

O Sindicato dos Trabalhadores, Funcionários e Servidores da Administração Direta, Indireta, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Associações Cíveis da Prefeitura de Juiz de Fora foi fundado em 05 de outubro de 1988, sendo um dos primeiros sindicatos de servidores públicos criado após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Já em novembro do mesmo ano, foi realizada a primeira negociação com a Prefeitura de Juiz de Fora, alcançando inúmeros benefícios e conquistas que antes os (as) servidores (as) não tinham devido a não organização sindical que representasse estes (as) trabalhadores (as).

O Sindicato funciona em sede própria e possui departamentos administrativos, imprensa e jurídico. O departamento administrativo é responsável pelo funcionamento da entidade, como realização de convênios médicos e odontológicos, clubes de recreação e a viabilização financeira dos trabalhos e serviços prestados aos cinco mil associados. O setor jurídico presta assistência gratuita aos filiados nas áreas trabalhista, cível e criminal.

O perfil dos (as) associados (as) é muito diferenciado, uma vez que a entidade congrega servidores (as) de níveis culturais e econômicos diversos que atuam nas áreas burocráticas e de serviços essenciais, como limpeza urbana e obra. A entidade não possui uma pesquisa que traça o perfil de seus (as) associados (as), mas os setores que possuem mais sindicalizados são o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (Demlurb) e a Secretaria Municipal de Obras, o que revela duas vertentes.

A primeira, que pode se entendida pelo fato de, segundo o presidente Cosme Ricardo Gomes Nogueira, a maioria dos (as) chamados (as) trabalhadores (as) dos setores administrativo e burocrático não se identificar tanto com o discurso do Sindicato, como os (as) trabalhadores (as) caracterizados (as) pelo desempenho do trabalho mais braçal, como os

(as) varredores (as) de rua e funcionários de obras, cuja qualificação e nível de escolaridade não são exigidos com tanto rigor para desempenho destas funções, ressaltando então a questão sócio-cultural dos (as) sindicalizados (as).

E a segunda vertente que sugere, para Cosme Ricardo Gomes Nogueira, que as outras categorias de profissionais mais qualificados, que atuam na administração pública direta ou indireta, tenham um direcionamento político mais próximo dos seus sindicatos específicos, como o dos professores, médicos, engenheiros dentre outros. No entanto, apesar de a maioria dos filiados serem do Demlurb e da Secretária de Obras, existe um número significativo de servidores (as) dos setores administrativos filiados ao Sinserp.

As mobilizações por melhores salários e condições de trabalho são realizadas em conjunto do Sinserp com os sindicatos específicos. Em período de data base, os índices de reajuste são comuns às categorias, mas quanto às cláusulas sociais específicas de algumas categorias, estas são negociadas diretamente entre os sindicatos profissionais e à Prefeitura, com apoio do Sinserp.

Em uma releitura de Armando Boito Júnior (2004) o sindicalismo do setor público é onde se concentra o sindicalismo de classe média. Nesta concepção, podem-se precisar a ação e as peculiaridades do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juiz de Fora junto aos (as) trabalhadores (as) destes mais diferentes setores da administração municipal, entendendo seus discursos e suas mobilizações junto aos seus filiados.

Enquanto parte do proletariado industrial e de serviços, como mineiros, metalúrgicos, ferroviários e trabalhadores dos portos, teve o seu sindicalismo debilitado em diversos países, assalariados, como professores, médicos, enfermeiros, trabalhadores de escritório e da administração dos sérios públicos, fortaleceram suas entidades associativas e adotaram práticas tipicamente sindicais – greves, manifestações de rua, assinatura de acordos coletivos etc. (JUNIOR, 2004)

Uma discussão sobre o sindicalismo da classe média, representado nesta análise do Sinserp, coloca em foco a questão da ideologia meritocrática, que fragmenta, de acordo com

o autor Boito Junior (2004), os chamados novos proletariados, enfatizando questões como as diferenças entre dons e méritos pessoais, os interesses particulares em detrimento do coletivo, como os (as) trabalhadores (as) que atuam nos serviços públicos municipais, aqui analisados.

Os méritos dos vencedores correspondem aos desméritos dos perdedores. È por isso, que a ideologia meritocrática estigmatiza e segrega o trabalho (e o trabalhador) manual. (...) o meritocratismo é funcional para os interesses da classe média, mas disfuncional para os interesses do operariado. O trabalhador de classe média tira proveito da ideologia meritocrática e tem interesse de professá-la e difundi-la. Já o operário que estiver sob o impacto do meritocratismo, reconhecendo portanto a suposta superioridade do trabalho não manual sobre o trabalho manual, será levado a resignar-se frente a uma hierarquia social e econômica que o prejudica. (JUNIOR, 2004)

O presidente do Sinserp, Cosme Ricardo Gomes Nogueira, reforça esta tese, afirmando que as mobilizações têm o desafio de aglutinar todos os (as) servidores (as), no entanto, os chamados profissionais que têm cargos políticos e comissionados, representando cerca de 30 a 40% do quadro de funcionários, que existem em todas as administrações municipais, acabam não sendo facilmente absorvidos pelos discursos da entidade, uma vez que a função que exercem tem o comprometimento a questões políticas, favorecendo o individualismo e a concorrência entre estes servidores. Diante desta perspectiva, percebe-se bem um cenário desta ideologia meritocrática dentro das repartições públicas municipais.

O Sinserp é filiado à Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), tendo como presidente estadual desta entidade o diretor presidente do Sindicato de Juiz de Fora. A CGTB, nasce como uma divisão de forças dentro da Central Geral dos Trabalhadores, em 1989, na ocasião de um debate acirrado pelo apoio e oposição de grupos diferentes, dentro da entidade, ao governo Collor de Mello. De acordo com Waldo Albuquerque, assessor da CGTB, alguns dirigentes da Confederação registram a CGT como “marca”, ingressam na Justiça e a CGT Central passa a não poder mais utilizar a sigla que trazia desde a sua fundação e sintetizava o

nome de Central Geral dos Trabalhadores. Por muito tempo, até 2004, a CGT era conhecida como CGT Central, passando então a se chamar CGTB.

Cosme Ricardo Gomes Nogueira reforça em seus discursos sobre o Sinserpu, que a opção da diretoria por esta bandeira está relacionada à defesa da CGTB de um Estado forte e contrário à política neoliberal, uma luta que o sindicato encampou, principalmente, na atual administração municipal, que, segundo o presidente da entidade, trabalha com o propósito de privatizar setores essenciais, como saúde e a coleta de lixo. A Prefeitura de Juiz de Fora é comandada por Custódio Mattos, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), tido tradicionalmente como um segmento político máximo de expressão do neoliberalismo como mecanismo de ajuste social, sobretudo a partir da experiência do governo FHC.

O Sindicato ainda é filiado à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, e, atualmente, trabalha na construção e legalização de uma federação estadual de servidores (as) municipais. O presidente do Sinserpu defende que o grande desafio do Sinserpu é conciliar o discurso da entidade para conseguir legitimar todas as demandas de seus associados, que possuem características tão diferentes em relação à função que atuam, níveis de escolaridade e cultural, e, principalmente, demandas distintas.

Nosso discurso faz apologia de um sindicalismo moderno, independente e de resultados, que não seja nem submisso e nem radical, afinal, vivemos uma realidade que nos impõe determinadas características, como ter um presidente que veio da classe trabalhadora. Estamos diante de um governo popular e não podemos ter uma oposição acirrada para não sermos massa de manobra das elites e reforçar seu discurso que este governo Lula não funciona. Trata-se de uma correlação de forças. Mas temos que ter a altivez de apontar as falhas deste governo popular quando vai contra as demandas dos trabalhadores. (NOGUEIRA, Cosme R.G. Depoimento. Juiz de Fora, 27 de agosto de 2010. Entrevista concedida a Nelson Toledo Ferreira)

Uma outra peculiaridade do Sinserpu em relação a outros sindicatos é que o enfrentamento de suas demandas sempre esbarra em questões políticas, pois tudo passa pela Câmara Municipal para aprovação ou rejeição. O presidente da entidade ressalta que os (as) servidores (as) públicos não são amparados legalmente e que esbarram nos chamados cargos

comissionados que sempre dificultam uma mobilização maior das categorias. A bandeira de luta atual é a aprovação da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à proteção do direito de organização e aos processos de fixação das condições de trabalho da função pública, que favorece que a convenção coletiva para servidores públicos passe pelo sindicato representativo.

Na administração pública em Juiz de Fora existem cerca de 16 mil servidores (as), no quadro direto e indireto. As diretrizes do trabalho deste segmento na administração direta seguem um Estatuto, criado pela lei 98710/95, que dispõe sobre nomeação, concurso público, estabilidade, disponibilidade dentre outras normas trabalhistas. A faixa salarial é variada, dependendo do cargo e do nível de instrução.

#### 4.2.1 Dados nacionais sobre a categoria

Em 2009, foram comemorados os cinquenta anos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, que tem como base 38 federações filiadas, que reúnem mais de 1.200 sindicatos vinculados, dentre eles o Sinserpu/JF. Em um livreto comemorativo contando a história da CBSP, é feita uma cronologia das conquistas deste segmento. Em meados de 1950, os (as) servidores (as), até então, eram representados por associações, mas já pleiteavam uma entidade que os representasse e unificasse suas bandeiras de lutas e reivindicações. Em 1952, surgiu a União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP), uma entidade que congregava várias associações, e, posteriormente, culminou na criação da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, em agosto de 1958.

De acordo com dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, de 2009, os servidores públicos municipais representam 3,0% do total da população nacional.

O número de pessoas ocupadas na administração direta e indireta, em 2009, foi de 5 686 393. Considerando que a população estimada do Brasil, em 2009, foi de 191 480 630 habitantes, pode-se afirmar que as administrações públicas municipais foram responsáveis pela ocupação de 3,0% do total da população. A proporção de servidores municipais na administração direta no País, em 2009, representava 94,9% do total e a administração indireta respondia, em 2009, por apenas 5,1% do pessoal das administrações públicas municipais. Os resultados da pesquisa mostram que os recursos humanos na administração direta são compostos, quanto à composição por regime de vínculo empregatício, na sua maioria por estatutários (62,2%), percentual próximo ao de 2008 (63,5%). Apesar do aumento em números absolutos do pessoal ocupado estatutário de 2008 (3 186 773) para 2009 (3 355 848), houve um decréscimo na representatividade dos estatutários com relação ao total do pessoal ocupado da ordem de 1,4%, com relação a 2008. A participação do pessoal sem vínculo permanente que em 2008 foi de 15,4% do total, em 2009 subiu para 16,8%. Já a participação de funcionários sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e a de somente comissionados mantiveram-se praticamente no mesmo patamar nos anos de 2008 (10,7% e 8,9% do total, respectivamente), e 2009 (10,6% e 8,3% do total, respectivamente). (IBGE, 2009, p.34)

Outro destaque em nível nacional é a uma tendência de aumento do pessoal ocupado com vínculo empregatício mais flexível, como estagiários e os sem vínculo permanente. Em 2008, os estagiários e os sem vínculo permanente representavam, respectivamente, 1,9% e 15,1% do total de pessoal da administração direta municipal; em 2009, estes percentuais alcançam 2,1% e 16,8%. Tais dados confirmam algumas mutações neste setor apresentadas nos capítulos anteriores nas discussões teóricas sobre o mundo do trabalho, apresentadas por Ricardo Antunes (2009), sobre estas mutações nas relações dos (as) trabalhadores (as) com seus vínculos empregatícios. Antunes enfatiza que este quadro seria uma das tendências que constrói o cenário atual da classe trabalhadora revelando um aumento do assalariamento e do proletariado precarizado em escala mundial, cujos postos de trabalhos são marcados pela instabilidade, regimes de tempos parciais ou trabalhos temporários.

No levantamento do IBGE foram analisadas algumas características da política de recursos humanos das prefeituras:

Dos 5 565 municípios brasileiros, 2 968 realizaram concurso público nos últimos 24 meses, em 84,4% destes o edital previa vagas para pessoas com deficiência. 94,5% dos municípios do País declararam ter feito contratação de pessoal nos últimos 24 meses e em apenas 40,5% dos municípios possuem na administração direta registro de forma a identificar a quantidade de pessoas com deficiência que compõem o quadro de seus servidores. A participação feminina é grande no comando das

unidades administrativas da administração direta: 96,7% dos municípios informaram ter mulheres na chefia de suas unidades. (IBGE, 2009, p.34)

Maria Aparecida Alberto Assis Souza (2009) enfatiza uma questão refletida em nível nacional pela categoria - a imagem negativa dos (as) servidores (as) públicos e a visão, por alguns segmentos da sociedade, de que muitas vezes não pautam suas condutas em favor da excelência do serviço público, por se sentirem protegidos pela estabilidade, além da desmotivação pela não valorização como profissionais. A autora aponta uma dimensão política na raiz desse problema:

(...) muitas vezes aqueles que estão à frente da administração priorizam o nepotismo e o cabide de empregos, deixando de respeitar a trajetória profissional do servidor, que tem muito que contribuir para a qualidade da administração pública. O servidor público, entretanto, qualquer que seja sua formação ou função desempenhada, é um importante agente na construção do poder social. Ao contrário das pessoas que desempenham cargos políticos, cargos de confiança ou que são servidores contratados – todos estes prestam serviço ao poder público temporariamente – o servidor público estatutário permanece desempenhando sua função ano a ano, tornando-se, portanto, profundo conhecedor da gerência de prestação de serviço à população. (SOUZA, 2009, pp.92-93)

Tais reflexões revelam as características da imagem do (a) servidor (a) público municipal, que muitas vezes é estereotipada, criando um distanciamento entre os chamados cargos políticos comissionados e o (a) servidor (a) efetivo (a). E nesta multiplicidade identitária destes profissionais torna-se cada vez mais importante o conhecimento sobre o papel destes (as) trabalhadores (as) na sociedade atual.

#### 4.2.2 Adesão de 70% dos (as) servidores (as) reforça Campanha salarial 2010

Todos os anos, o Sinserpui realiza campanhas salariais que culminam em manifestações nas ruas de Juiz de Fora, reforçando estas ações com outros sindicatos especializados de profissionais que atuam na administração municipal, conforme citado anteriormente. A data base da categoria é em maio. Em 2010, mais uma vez o Sindicato levou as ruas centenas de servidores, depois de uma paralisação de oito dias. O ponto forte da

paralisação foi a adesão dos (as) trabalhadores (as) do Demlurb, que deixaram o centro da cidade como um cenário de guerra civil, com lixo urbano espalhado pelas ruas e avenidas, mostrando a importância do trabalho destes servidores para a manutenção do dia a dia do município. Trechos do editorial do *Jornal do Sinserpu*, da edição de julho de 2010, enfatizava a campanha.

Com certeza, a maior vitória desta campanha salarial histórica, foi, sem dúvida alguma a unicidade das entidades sindicais em torno de uma única causa. Isso demonstra o elevado grau de politização das lideranças que representam os servidores municipais de Juiz de Fora. Neste sentido, é preciso destacar o apoio das centrais sindicais CUT e CGTB que deram as mãos em prol da união das classes. Um movimento vitorioso, que entrará para a história. Assembleias com milhares de servidores, passeatas pelas ruas do centro da cidade arrastando multidões e interação entre todas as categorias nas portas das garagens, de madrugada conscientizando os trabalhadores a aderirem o movimento. (*Jornal do SINSEPU*, Juiz de Fora, julho/2010, p. 2)

Os (as) servidores (as) conquistaram 11% de reajuste salarial na campanha salarial em 2010, enfatizando que no princípio das negociações, a administração municipal tinha oferecido 7%, o que culminou em todo movimento. Além disso, a categoria teve a garantia de que os dias de paralisação não fossem cortados, mediante reposição. De acordo com informações do Sinserpu, no ano anterior, os (as) trabalhadores (as) não tiveram reajuste salarial, tendo como argumento da Prefeitura, a falta de recursos financeiros, devido à crise deixada pela gestão municipal anterior. Cosme Ricardo afirmou em entrevista no *Jornal do Sinserpu* que se a paralisação tivesse tido o apoio de todos os segmentos, os avanços poderiam ter sido maiores. Apesar disso, o movimento teve adesão de cerca de 70% da categoria.

(...) em tempo de apatia e desinteresse pelas causas coletivas, o movimento dos servidores na cidade revelou uma realidade que começa a se modificar. Demonstrou o quanto de inconformismo e garra ainda há entre os trabalhadores. E o reconhecimento desta mudança de postura veio através da observação de lideranças de todo o país, que acompanharam o movimento pela internet. (*Jornal do Sinserpu*, Juiz de Fora, agosto/2010, p.2)

O calçadão da Rua Halfeld, em Juiz de Fora, era o palco das manifestações, quando uniam-se todos os sindicatos profissionais de trabalhadores (as) que atuavam junto com o

Sinserpu a favor de reajuste salarial e melhores condições de trabalho. Cosme Nogueira explicou que o índice de aumento salarial era uma reivindicação conjunta, mas sobre cláusulas sociais, específicas das inúmeras categorias que pertencem ao quadro de servidores, elas eram discutidas de forma separada com a administração municipal. Outro sindicato de trabalhadores que reforçou o movimento foi o Sindicato dos Professores de Juiz de Fora (Sinpro), que conseguia uma adesão significativa, reforçando as ações de protesto contra a Prefeitura.

Cosme Nogueira faz uma retrospectiva do sindicalismo no país para mostrar os fatores que influenciam as ações dos trabalhadores neste período e as mutações que ocorreram no mundo do trabalho.

Nos anos 60 e 70, o marco foi a luta contra o regime militar, tendo seu principal expoente o movimento estudantil, que teve um papel importante de enfrentamento nesta época. Nos anos 70, a organização sindical tem um apoio importante da igreja progressista através da teoria da libertação, fortalecendo novas lideranças sindicais, como Lula, Medeiros, Menegelli. No início dos anos 80, com a abertura democrática e maior liberdade de expressão, os sindicatos começam a se organizar de uma forma diferenciada, uma vez que ocorrem algumas mudanças com a globalização, o advento de tecnologias mais apuradas, que acabam interferindo na relação capital e trabalho, afetando as características dos sindicatos bem como os trabalhadores. (NOGUEIRA, Cosme R. G. Depoimento. Juiz de Fora, 27 de agosto de 2010. Entrevista concedida a Nelson Toledo Ferreira)

A forma como os (as) trabalhadores (as) lidam com suas entidades representativas não pode ser dissociada destas características históricas com que se redesenha o mundo do trabalho e a relação capital/trabalho. Neste contexto é que as entidades sindicais tendem a buscar caminhos para se legitimarem frente às categorias que representam.

#### 4.2.3 Sinserpu e suas estratégias de comunicação

O Sinserpu realiza o trabalho de comunicação monitorada através de realeses e outras ações comunicativas de acordo com a demanda, além de editar uma publicação denominada *Jornal do Sinserpu* cuja periodicidade é irregular, mas busca-se que seja mensal - de acordo

com informações obtidas junto ao Sinserpu. Além do jornal, é mantido um site, cujo endereço é [www.sinserpu.org.br](http://www.sinserpu.org.br) com notícias e informações sobre a estrutura do sindicato, divulgando convênios e serviços aos associados, além de fotos de campanhas e bandeiras de luta empreendidas nos últimos anos. O setor de comunicação tem uma funcionária, jornalista diplomada, que sistematiza todas as informações obtidas junto aos diretores e as instâncias superiores como a CGTB, alimentando um site e produzindo o jornal mensal.

O jornal é do formato A4 em duas cores, azul e preto, com quatro páginas, apesar da diversidade de assuntos, segue certo padrão na disposição de matérias, entrevistas e colunas. Antes, o Sindicato utilizava a cor vermelha em seu jornal, quando era filiado à Central Única dos Trabalhadores. Após a filiação à CGTB, adotou o azul.

A primeira página segue o padrão destas publicações com fotos e chamadas para a edição. Na logomarca, é descrito que o referido sindicato é filiado à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, à Central Geral dos Trabalhadores no Brasil e à Federação Estadual dos Servidores Públicos. Esta noção de pertencimento às outras entidades representativas da categoria visa reforçar as bandeiras de luta e ideologia seguida pelo Sinserpu. A distribuição de material jornalístico segue esta padronização, às vezes alterada, de acordo com a necessidade de publicação de outras matérias e informações para a categoria. O jornal é enviado por mala direta aos cinco mil associados e exemplares ficam expostos na sede do Sindicato.

O site mantém o padrão das cores branco e azul. Com o slogan, “Sindicato de Luta” dispõe de ícones que permitem uma leitura autônoma dos internautas sobre os temas que os interessam como notícias, fotos, downloads – editais, estatutos etc -, história, dentre outros. O conteúdo é mais voltado para matérias curtas que estão sempre sendo atualizadas, além de uma enquete sobre assuntos ligados diretamente aos servidores, normalmente de cunho político. Segundo estatísticas do Sinserpu, são em média 1500 acessos/mês.

Para Cosme Ricardo, a comunicação é a base para o fortalecimento do discurso sindical, principalmente, frente às novas tecnologias.

Toda esta tecnologia de distribuição de informação gera um certo comodismo às pessoas. Estamos conectados com o mundo todo, o que nos dá a sensação de que não precisamos mais do contato, da interação entre os grupos para nos informar, refletir e discutir sobre temas que nos afligem, isso acaba gerando uma falha na politização dos indivíduos. O discurso massivo acaba moldando comportamento, gerando um consumismo exagerado, orientando ações e restringindo um senso crítico. Com isso, grupos religiosos e políticos acabam se sobressaindo. É necessário a democratização da comunicação, que permita instrumentos de criticar este discurso passado todos os dias pelas telenovelas, telejornais, programas de entretenimentos dos grandes meios massivos. ((NOGUEIRA. Cosme R.G. Depoimento. Juiz de Fora, 27 de agosto de 2010. Entrevista concedida a Nelson Toledo Ferreira)

Como outros sindicatos, o Sinserpu também abusa dos carros de som para chamadas urgentes de mobilização, além dos panfletos de distribuição rápida. Durante a campanha salarial de 2010 era uma rotina assistir o presidente da entidade em cima de caminhões de som buscando, através de discursos inflamados, conscientizar a categoria e buscar apoio da comunidade para o movimento.

## **5 O CONTEÚDO DOS JORNAIS SINDICAIS ANALISADOS: NOTAS METODOLÓGICAS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DOS PERIÓDICOS**

A realidade contemporânea (sobretudo a grande transformação no mundo do trabalho) apresenta numerosos desafios para o sindicalismo – e, portanto, também para a imprensa sindical. Cada vez mais as instituições representativas dos (as) trabalhadores (as) precisam desenvolver estratégias capazes de criar condições para que elas continuem sendo capazes de se manterem próximas de suas bases, agregando-as e mobilizando-as.

Trata-se, conseqüentemente, de garantir que existam mecanismos de identificação suficientemente robustos para que se assegure não apenas a legitimidade dos sindicatos, mas também a capacidade de consolidar uma identidade comum da classe trabalhadora ou, pelo menos, de determinada categoria específica. É nesse sentido que a imprensa sindical tem uma função crucial: ela, se bem executada, cumpriria a tarefa de criar as bases discursivas no sentido de adensar a proximidade entre sindicato e base, produzindo efeitos identitários.

É nesta busca contínua pela legitimidade de “fazer-se” ouvir pelas bases e de representá-la que se ancoram todas as narrativas legitimadoras da imprensa sindical. Contudo, é óbvio que outros interesses conjunturais (políticos e econômicos) podem estar subjacentes à produção objetiva presente, no caso de veículos sindicais impressos, num artigo, numa nota, numa charge ou numa matéria jornalística.

A presença de um profissional da comunicação na condução deste processo, que não é um membro da categoria, também interfere no conteúdo produzido e veiculado. Mas é preciso ressaltar que os jornalistas profissionais que atuam em sindicatos como assessores de imprensa, majoritariamente, apenas fazem um tratamento das informações e pautas que a diretoria destas entidades julgam necessárias divulgar – de modo geral, raramente há

autonomia plena na escolha de temas a serem trabalhados e na produção intelectual dos textos.

Como não é o objetivo desta dissertação discutir a profissionalização da mídia sindical e o comprometimento ou não dos profissionais do jornalismo com o trabalho que realizam como assessores de imprensa, o foco do presente capítulo centra-se na análise do resultado deste tipo de jornalismo – ou seja, o produto jornalístico –, mesmo sabendo que trata-se de um reflexo de toda uma conjuntura política e social envolvidos no processo de comunicação das entidades sindicais.

Busca-se, neste momento, exatamente inferir, por meio de análise de conteúdo do material impresso do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo Urbano, Intermunicipal, Interestadual, Fretamento e Turismo de Juiz de Fora e do Sindicato dos Trabalhadores, Funcionários e Servidores da Administração Direta, Indireta, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Associações Cíveis da Prefeitura de Juiz de Fora, no período de setembro de 2009 a setembro de 2010, as temáticas predominantes.

O material analisado foi de publicações tidas como oficiais destes referidos sindicatos, mesmo sem periodicidade definida, mas que diferem dos chamados informativos de urgência e boletins rápidos, que ambas as entidades abusam, principalmente, em época de campanha salarial. O objetivo é evidenciar quais foram as escolhas jornalísticas das publicações (desde questões de linguagem até opções temáticas), de modo a, adiante, avaliar suas repercussões sobre a projeção de narrativas sobre a identidade do (a) trabalhador (a) e suas repercussões junto às respectivas bases.

Optou-se pela metodologia de análise de conteúdo, visando à realização de uma investigação através de uma categorização de elementos, que permitissem captar nestes materiais jornalísticos os marcadores identitários destes (as) trabalhadores (as), que pudessem aproximá-los(as) ou afastá-los(as) de suas entidades representativas e dos discursos que

difundem em seus periódicos impressos. Neste confronto entre o real e o ideal, desenvolve-se paralelamente a contextualização de peculiaridades que redesenham o cenário da classe trabalhadora, suas demandas, as mutações do mundo do trabalho, bem como a estrutura sindical nos dias atuais.

Mesmo cientes de que se trata de um universo pequeno frente ao número significativo de publicações que são editadas todos os anos pelas entidades sindicais dos (as) trabalhadores (as), busca-se apontar o que efetivamente foi feito nas publicações e, a partir disso, refletir sobre alguns elementos que poderiam ser utilizados para potencializar uma identificação maior com seus públicos-alvos, principalmente neste contexto multidentitário e de tantas indefinições do mundo do trabalho (que criam deslocamentos contínuos do perfil dos indivíduos na sociedade, enquanto cidadãos e trabalhadores). Com base em apontamentos anteriores da literatura sobre o tema, portanto, objetiva-se:

- 1) Verificar se os jornais sindicais apresentam-se mais como instrumentos de valorização política de seus dirigentes do que de informação voltada à formação (social, cultural e política) do(a) trabalhador(a), o que dificultaria uma identificação dos mesmos(as) com os discursos. Indícios desse problema, já diagnosticados em trabalhos pregressos, seriam a ênfase desproporcional das publicações em ações desencadeadas pela diretoria, ou a presença do presidente da entidade sempre como fonte oficial e prioritária.
- 2) Avaliar a produção textual dos veículos, para apontar se eles difundem valores que denotam narrativas idealizadas sobre o perfil dos trabalhadores (as) (que, nessa hipótese, seriam tratados como grupo homogêneo, sem que se leve em conta a grande diversidade identitária - ou seja, uma perspectiva na contramão da percepção da pluralidade de identidades que marca a contemporaneidade); um indício disso seria

uma produção jornalística que não levasse em conta nem mesmo fenômenos como a fragmentação profissional dentro das próprias categorias.

- 3) Averiguar se, como descrito por autores já citados, como Maria Nazareth Ferreira (1995, p.32) e Vito Giannotti e Claudia Santiago (1997, p.14), que a imprensa sindical apela majoritariamente para o viés econômico (salários, reajustes e condições de trabalho) como foco de suas publicações, deixando em segundo plano ou mesmo ignorando completamente as perspectivas social, política e cultural (por exemplo, temas como identidade, noção de coletivo, preocupação com a sociedade, cidadania). É óbvio que muitas questões relacionadas à cultura, ao entretenimento, à saúde, à educação passam pelo o viés econômico, pois, sem recursos financeiros, estas outras áreas acabam sendo dificultadas. Contudo, uma ênfase exagerada apenas na questão econômica levaria estas publicações a negligenciarem temas que são importantes no dia a dia da classe trabalhadora e que cumpririam papel relevante no fortalecimento de processos de identificação.

Como Bardin (2010) considera que os textos são uma manifestação que contém índices que a análise vai fazer falar, propõem-se aqui como unidades de registros palavras e temas, que irão formar categorias de análise, e, como indicadores, a frequência ou ausência das mesmas nos textos jornalísticas e nos títulos. Estes referidos elementos serão utilizados no estudo dos dois jornais dos sindicatos mencionados.

## 5.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO: VALIDAÇÃO CIENTÍFICA ENTRE O OBJETIVO E O SUBJETIVO

A análise de conteúdo oferece uma série de ferramentas que permitem fazer uma segunda leitura de algum *corpus*, cabendo ao pesquisador mostrar paralelos e definir categorizações que possibilitem agrupar temáticas, ideologias, elementos discursivos, de formas quantitativa e qualitativa. Esses instrumentos estabelecem um rigor de análise no entrelaçamento entre o objetivo e o subjetivo expostos no objeto estudado.

Como mecanismo metodológico de validação científica, tem múltiplas aplicações, dependendo da finalidade a que se pretende, mas tendo como características marcantes regras sistematizadas específicas que possibilitam analisar as mensagens e suas relações com o público a que se destina. Para Bardin (2010), a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores do conteúdo das mensagens, indicadores ( quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 2010, p.44)

O campo de aplicação das análises de conteúdo é vasto e a técnica não é rigorosamente a mesma em todos os estudos, variando conforme o foco em que quer se aprofundar. No entanto, qualquer veículo de comunicação que procede a uma série de significados entre emissor e receptor permite este detalhamento, buscando quebrar esta inocente leitura inicial, desviando o olhar para um segundo plano, ativando significados que estão ocultados na mensagem.

(...) tudo que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo. (...) Qualquer análise de conteúdo visa, não o estudo da língua ou da linguagem, mas sim a determinação mais ou menos parcial do que chamaremos as

condições de produção dos textos, que são seu objeto. O que tentamos caracterizar são estas condições de produção e não os próprios textos. O conjunto de condições de produção constitui o campo das determinações dos textos. (HENRY e MOSCOVICI, 1968, p.2 apud BARDIN, 2010, p.42)

Bardin (2010) revela que a análise de conteúdo busca uma correspondência entre as estruturas semânticas e linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas. Esta relação é feita através de indicadores que tentam ultrapassar a superficialidade da compreensão habitual da leitura da mensagem, mas buscando outra significação, permitindo o acesso a conteúdos implícitos ou não em um texto. Berelson (1952) enfatiza a importância desta investigação nos níveis descritivo e sistemático.

(...) uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesta das comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações. (...) a análise de conteúdo parte de uma literatura de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado: aquele que ultrapassa os significados manifestos. Para isso, a análise de conteúdo em termos gerais relaciona estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados. Articula a superfície dos textos descrita e analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção de mensagem. (BERELSON, 1952, apud OLIVEIRA, 2008, p.570)

A análise de conteúdo é utilizada por estudiosos no mundo inteiro há cerca de mais de meio século, sendo aperfeiçoadas suas técnicas de acordo com a evolução tecnológica e os procedimentos empregados nas mais diversas áreas das pesquisas em ciências humanas, principalmente, pela interrelação com outras disciplinas afins. A proposta é desvendar através de um rigor técnico um discurso oculto, geralmente polissêmico e simbólico das comunicações.

Bardin (2010) lembra que a interpretação de textos parte também de outras formas metodológicas que datam de século como a hermenêutica, a arte de interpretar textos sagrados e misteriosos; a retórica, que estuda as modalidades de expressão persuasivas de discursos; e a lógica, que busca determinar através do estudo dos enunciados de um discurso e o seu encadeamento, as regras formais do raciocínio correto.

A autora ainda cita alguns trabalhos que revelam uma pré-existência da análise de conteúdo, como uma pesquisa de autenticidade feita na Suécia em meados de 1640 sobre hinos religiosos, quando foram analisados 90 hinos e suas temáticas religiosas, seus valores, suas modalidades de aparição como favoráveis ou não e sua complexidade estilística. O objetivo deste estudo era saber se estes hinos poderiam ter efeitos nefastos aos Luteranos, na época.

A análise de conteúdo toma corpo a partir do princípio do século XX, desenvolvendo-se nos Estados Unidos no campo da Comunicação. De acordo com Bardin (2010), a Escola de Jornalismo de Columbia inicia estudos quantitativos dos jornais, seguindo a evolução da imprensa, desencadeando uma preocupação com contagem e medidas, como superfície dos artigos, tamanho dos títulos, localização na página. Outro fator que é importante para o desenvolvimento da análise de conteúdo é o estudo da propaganda política, na época das duas grandes guerras mundiais. H. Lassweel foi um dos pioneiros, ao editar em 1927 *Propaganda Technique in the Word War*.

Bardin (2010) divide a história da análise de conteúdo em cinco fases. Entre 1940 e 1950, nos Estados Unidos, quando ficou marcada a investigação política através das análises empíricas de jornais e periódicos suspeitos de propaganda subversiva. O Governo americano queria que os analistas desmascarassem estas publicações através de pesquisas como referenciação de temas favoráveis aos inimigos e percentagem destes em relação ao conjunto dos temas ou por meio de análise lexical a partir de uma lista de palavras consideradas palavras-chave da política e propaganda nazistas, aplicadas à mesma publicação.

Entre 1950 a 1960, Bardin aponta uma nova fase caracterizada pela expansão das aplicações da técnica e novas reflexões metodológicas. O pós-guerra faz com que aconteça uma desilusão dos pesquisadores, mas nos anos 50 ocorre um novo estímulo a este tipo de

estudo, tendo como marco novas contribuições oriundas da etnologia, história, psiquiatria, sociologia, ciências políticas, jornalismo, questionando técnicas e propondo novos métodos.

Entre 1960 a 1970, a análise de conteúdo é afetada pelo recurso do computador, pelo interesse dos estudiosos em relação à comunicação não verbal e inviabilidade dos trabalhos lingüísticos. E, finalmente, da década de 70 até os dias atuais, em que os computadores domésticos e os novos programas que ora se apresentam ampliam estas possibilidades informatizadas de análise do conteúdo, e, conseqüentemente, marcam um amplo campo de estudo da comunicação, como análises de conversação, documentação, bases de dados, enunciação linguística, dentre outros.

De acordo com Bardin (2010), as fases da análise de conteúdo organizam-se na pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise é a etapa de sistematizar as ideias e organizar o esquema de desenvolvimento, como um plano para fazer a escolha dos documentos a serem submetidos ao estudo, à formulação de hipóteses e de objetivos e a elaboração de indicadores, que fundamentem a interpretação final. A exploração do material consiste em operações de codificação, decomposição ou enumeração em função de regras formuladas.

E, por fim, o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação, buscando tornar “significativos e válidos” os dados brutos obtidos, como atesta a própria Bardin. Na medida em que o pesquisador tem estes resultados poderá propor inferências e realizar interpretações conforme os propósitos de seus objetivos.

A codificação é uma etapa importante para propor a análise do que se pretende, sendo nada mais do que uma transformação dos dados brutos do texto em elementos que permitam atingir uma representação do conteúdo. São elas: o recorte, que seria a escolha das unidades; a enumeração, que é a escolha das regras de contagem; e a classificação e a agregação, a escolha das categorias.

Para este presente estudo, buscamos como unidades de registro de ordem semântica os principais temas que nos chamam atenção nesta discussão sobre as publicações sindicais: social, político, econômico e cultural. Optamos por outros elementos como recortes linguísticos, palavras-chave que, pela presença, ausência e frequência com que aparecem nas matérias destes jornais, permitirão a produção de inferências. Buscam-se, a princípio, palavras que refletem, majoritariamente, ideias e temáticas utilizadas tradicionalmente nos discursos dos sindicatos e, em contrapartida, vocábulos apropriados por teóricos quando analisam as novas demandas e configurações do mundo do trabalho, carreira profissional e perfil do (a) trabalhador (a) na contemporaneidade.

Além disso, elenca-se uma categorização para fazer uma análise de valores que são difundidos por este tipo de impressos sindicais: valores fisiológicos (alimentação, sexo, repouso, saúde, segurança e conforto); sociais (amizade, solidariedade, cidadania, companheirismo, família, amor), relativos à carreira profissional (independência, merecimento, reconhecimento, promoção, trabalho, desempenho); cognitivos (conhecimento); expressão criativa (arte, cultura, entretenimento, beleza). Esta categorização visa determinar alguns marcadores identitários das categorias presentes ou não nestas publicações, avaliando as possibilidades de se tecer um sentimento de pertencimento ou não dos (as) trabalhadores (as) a estas entidades analisadas.

## 5.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DO *SINTTRO NOTÍCIAS*

O jornal do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo Urbano, Intermunicipal, Intermunicipal, Fretamento e Turismo de Juiz de Fora tem a logomarca de *Sinttro Notícias*. A referida publicação não tem uma periodicidade e nem recursos no orçamento da entidade voltado a uma política de comunicação. De setembro de 2009 a setembro de 2010 foram publicadas apenas cinco edições, tendo como disparador da produção

deste material jornalístico temas ligados à campanha salarial ou assuntos de mais urgência que necessitavam de uma mobilização da categoria.

Há de se fazer a ressalva de que a entidade tem um outro canal de comunicação: um cartaz, em tamanho A3,<sup>7</sup> que é afixado nas garagens das empresas de ônibus com pequenas notas sobre as ações, projetos e bandeiras de luta da categoria, editado mensalmente. Pelo baixo custo, optou-se por este canal comunicativo, mas cuja abrangência e penetrabilidade na categoria são reduzidas se comparados ao jornal impresso.

*Sinttro notícias* mantém um padrão de layout: a cor azul claro é predominante no jornal com várias nuances, referindo-se a cor dos uniformes dos motoristas e cobradores que atuam nos coletivos urbanos e que representam a base do Sindicato, uma vez que cerca de 80% dos sindicalizados são do setor urbano, sendo o restante trabalhadores (as) de empresas intermunicipais, interestaduais, fretamento e turismo, como já mencionado anteriormente. Em uma primeira leitura analítica desta publicação, percebemos que o jornal possui quatro páginas, tendo apenas uma coluna fixa, um artigo em formato de editorial redigido pelo presidente da entidade, José Pedro Franco Ribeiro.

A página 03 sempre destaca o assunto principal da edição e a 04 com pequenas notas ou divulgação de vantagens e serviços oferecidos pelo Sindicato, além de campanhas de sindicalização. No entanto, este formato padrão sofre uma variação com uma edição feita em página dupla, frente e verso, tendo como tema o resultado da campanha salarial da categoria com os índices de reajustes obtidos e agradecimentos à luta empreendida por todos os rodoviários, dentre as cinco edições analisadas para estudo. Conforme informações do presidente da entidade, José Pedro Franco Ribeiro, é um formato que sai mais barato e eficaz quando não se tem muitas informações importantes para divulgar à categoria.

O viés econômico é característico nesta publicação. Das cinco edições analisadas, as manchetes foram as seguintes: “Assembleia” (11/2009); “Rodoviários ganham às ruas”

---

<sup>7</sup> Tamanho A3 tem as medidas de 29,7 x 42 cm.

(03/2009)“; “Campanha salarial vitoriosa” (04/2010); Encontro discute papel dos trabalhadores na sociedade” (08/2010); ); “Projeto prevê descanso de 15 minutos no quadro de horário” (09/2010). Percebe-se que, dos cinco temas de manchetes, três deles referem-se ao quesito econômico, sendo os outros de condições de trabalho e de um evento realizado pela Nova Central Sindical de Trabalhadores, entidade a que o Sinttro é filiado, em Juiz de Fora, discutindo como os (as) trabalhadores (as) devem enfrentar as mudanças no mundo do trabalho e a repercussão destas alterações no poder de organização dos sindicatos.

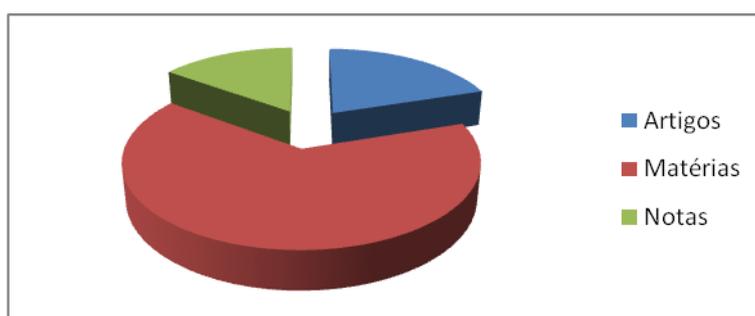
O jornal utiliza muitas fotos e ilustrações, poucas charges com conotação política, como majoritariamente publicações do gênero o fazem. Uma característica do *Sinttro Notícias* é que as matérias são bem curtas e o planejamento gráfico oferece muitos espaços em branco, tornando a diagramação bem leve e muito didática. Como descrito nos capítulos anteriores, o índice cultural da categoria exige um texto mais didático com palavras mais próximas do dia a dia e do grau de instrução dos trabalhadores (as) para que estabeleça um *feedback*, uma vez que a maioria tem apenas o ensino fundamental e pouco hábito de leitura (seja pelo cotidiano dos motoristas e cobradores com escalas de trabalho duplas, desgastantes; seja pelos baixos salários, como apontado anteriormente, dificultando o retorno aos estudos, muitas vezes interrompido para a inserção cedo no mercado de trabalho, como informado pelo presidente da entidade em entrevistas anteriores no corpo deste estudo).

Das cinco edições analisadas, os gêneros jornalísticos se dividem em notícias, com o máximo de 15 a 20 linhas, notas com informações mais rápidas, além dos artigos da página 02, que funcionam como um editorial.

### 5.2.1 Análises categoriais: temáticas mais utilizadas nas publicações por gêneros jornalísticos

Para analisarmos tematicamente o texto, dividimos em três categorias, com respectivas subdivisões, palavras-chaves que nos nortearão o enfoque das matérias. Das cinco edições analisadas, o conteúdo pode ser assim dividido: 65% matérias<sup>8</sup>, 20% artigos<sup>9</sup> e 15% de notas<sup>10</sup>, conforme gráfico abaixo. A referida publicação não possui enquetes e entrevistas rápidas com trabalhadores (as).

Gráfico 1 – Conteúdo do *Sinttro Notícias* dividido em gêneros jornalísticos



Baseado nesta distribuição de gêneros jornalísticos, será analisado como cada um destes textos encaixa-se nas categorias social, política, cultural e econômica, verificando qual o foco maior desta publicação. Para isso, as categorias passaram por subdivisões com palavras-chaves que caracterizam estes segmentos discursivos, no entanto, percebe-se que estas temáticas se misturam, na medida em que os direitos (social) muitas vezes são resultados de lutas e mobilizações (político) e se referem a questões de reajuste, adicional de salário e até benefícios que representam salários indiretos, como cartões de compra (econômico). O que se buscou com esta caracterização abaixo foi distinguir formas do conteúdo nas quais os elementos discursivos aparecem de forma mais relevante e predominante.

Tabela 1 – Análise de conteúdo do *Sinttro Notícias*: categorização temática

<sup>8</sup> Matérias são textos informativos em forma de notícias.

<sup>9</sup> Artigos são textos opinativos sobre determinados assuntos do dia a dia, normalmente, utiliza-se a primeira pessoa.

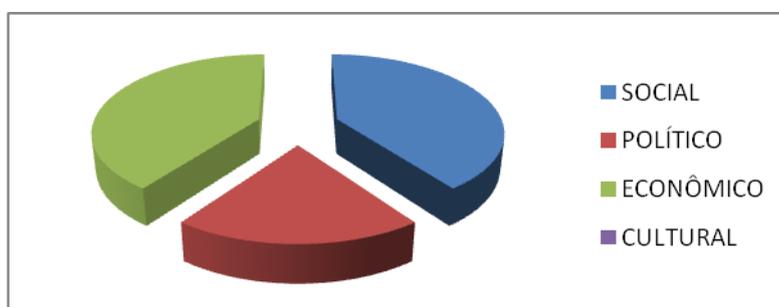
<sup>10</sup> Notas são textos curtos informativos, que dizem respeito a algum fato noticioso.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Manchetes</b>	<b>Artigos</b>	<b>Matérias</b>	<b>Notas</b>
<b>Social</b>	Sociedade/cidadão/direitos Família/dependentes Amizade/companheiros Grupos/coletivo	2	0	3	2
<b>Político</b>	Mobilização/paralisação Conscientização/precarização União/classe social Luta/greve/força	1	1	3	0
<b>Econômico</b>	Salário/dinheiro Reajuste/ Índices Adicionais/Reposição	2	3	6	0

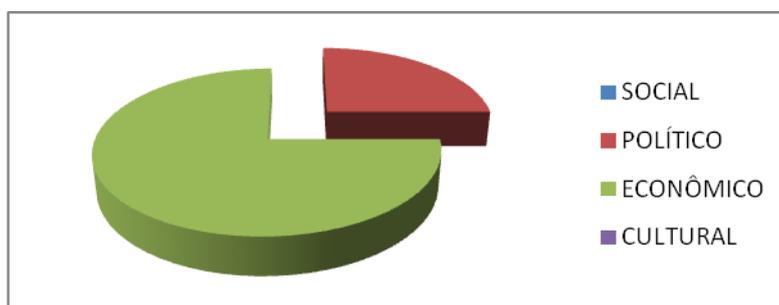
Seguem abaixo os gráficos com a distribuição do conteúdo dos jornais dentro da categorização temática proposta: social, político, econômico e cultural, respectivamente.

Gráficos 2 – *Sinttro Notícias*: categorização temática

#### Manchetes



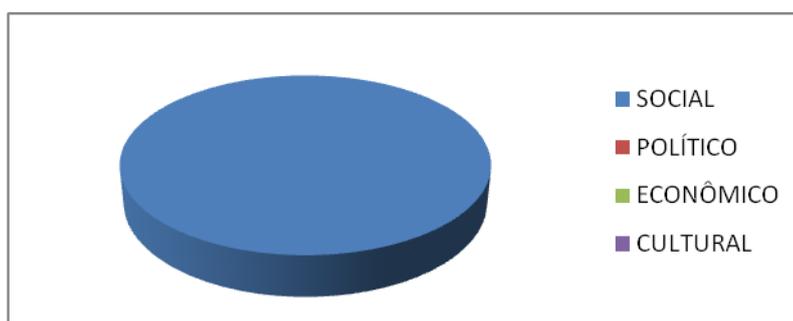
#### Artigos



### Matérias



### Notas



Pelos gráficos acima, percebe-se que *Sinttro Notícias* utiliza o mesmo peso das manchetes com conotações econômica e social, ambas as temáticas aparecem com 40%, enquanto o político aponta 20% das manchetes e o cultural não faz nenhuma matéria de abertura da edição. Muitos assuntos mesclam estas classificações, com uma tênue fronteira entre estes assuntos, o que nos fez optar pelos elementos que aparecem de forma mais relevante no quesito econômico, social ou político, definindo assim a temática.

Nos artigos, o foco do *Sinttro Notícias* é predominante econômico, aparecendo com a temática com 75%, utilizado pela entidade para mobilizar a categoria, utilizando de reivindicações em relação a reajustes, campanha salarial, adicionais, dentre outros temas, no qual o quesito financeiro aparece como elemento chave disparador da mobilização.

Nas matérias do *Sinttro Notícias* também o tema econômico é predominante com 46% do conteúdo das edições analisadas, seguido por 23% de assuntos políticos e sociais, e apenas

8% para temas culturais. Nas notas, que são informações mais rápidas e sem muitas argumentações textuais, o social aparece com 100%, referindo-se mais a serviços prestados pelo Sindicato, como forma de orientação aos associados sobre seus direitos como associados.

Cabe a ressalva sobre a diferença social, cultural e econômica das duas categorias analisadas no corpo deste trabalho, rodoviários e servidores públicos, que acaba por determinar os fatores que desencadeiam este sentimento de mobilização e conscientização política a partir de critérios diferenciados, de acordo com o público-alvo a ser trabalhado. Nesta primeira análise, percebe-se que o *Sinttro Notícias* utiliza a questão econômica como vitrine para chamar a atenção de sua categoria para a mobilização e união de propósitos dos trabalhadores (as) nas bandeiras de luta empreendidas pelo Sindicato.

Maria Nazareth Ferreira (1995, p.32) já afirmava, na década passada, que a questão da segurança material sempre era a base destas publicações e não o fortalecimento político dos trabalhadores. Pela problemática da falta de periodicidade, os jornais sindicais, majoritariamente, são mais utilizados como ferramentas de divulgação política nestes períodos de data-base, fazendo com que o foco econômico se torne predominante. Apesar destas análises não serem universalizantes e definidoras, revela-se que nestas edições analisadas durante o período 2009/2010, o foco nas campanhas salariais é o principal motivo destes jornais serem impressos.

Vitor Giannotti e Claudia Santiago (1997, p. 47) sugerem que os impressos sindicais devem buscar algo que interesse à categoria, o que significa não ficarem focados apenas em lutas salariais, pois existem outros assuntos de seu interesse e de sua família. Há de se considerar ainda que a presença da mídia massiva na sociedade está cada vez forte, e o jornalismo vem exigindo uma segmentação de público de acordo com os assuntos e temáticas abordados, buscando novos nichos de mercado, tornando-se cada vez mais direcionados a

determinados públicos – talvez esse seja um forte indutor a que o jornalismo sindical priorize o viés econômico para os (as) trabalhadores (as).

Por outro lado, os conteúdos de massa não têm a aproximação com os temas mais cotidianos de determinados públicos, com enfoque mais local, mais presente no dia a dia, gerando esta atratividade e o sentimento de pertencimento, como as chamadas mídias populares e alternativas, em que incluímos os jornais dos sindicatos dos trabalhadores, poderiam ter. Como afirma Vito Giannotti e Claudia Santiago (1997, p.45), se o jornal não for atrativo ele vai para o lixo.

Como comentado nos capítulos anteriores, Pierre Bourdier (1997, p.28) afirma que o jornalismo atualmente é responsável pela construção da realidade, reforçando o enquadramento de determinados fatos e fenômenos sociais. Diante desta prerrogativa fica o questionamento de qual o papel das pequenas mídias nesta construção social? Se o que legitima este tipo de jornalismo é o fato de ser feita pelos trabalhadores (as) e para os trabalhadores (as) a partir do enfrentamento das ideologias reforçadas pelos grandes conglomerados de comunicação, buscando uma leitura com a ótica que estimule uma conscientização política e uma postura mais ideológica da classe trabalhadora, como esse tipo de mídia poderia ser potencializada?

Se o foco são só lutas salariais e, conseqüentemente, segurança material, como buscar novos sentidos e significados para o papel do trabalho na formação identitária dos indivíduos, bem como mostrar alternativas para que a classe trabalhadora possa lidar melhor e enfrentar de forma digna os ditames de uma sociedade capitalista, que visa ao lucro como prioridade acima das relações e da dignidade humanas? Maria Nazareth Ferreira (1995) discorre sobre esta importância da comunicação sindical como um espaço ainda a ser conquistado.

(...) o que significa um passo importante no sentido de conquista das classes subalternas frente aos monopólios da comunicação de massa, que têm cometido uma série de abusos, representando um verdadeiro atentado à liberdade de expressão

e opinião. A comunicação sindical poderia funcionar como um dos poucos espaços efetivos para manifestação da grande massa de marginalizados política e economicamente. Poderia se constituir na principal via de expressão dos trabalhadores, dada a concentração dos meios de comunicação de massa e a restrição que tem sido imposta às propostas políticas alternativas para a sociedade. (FERREIRA, 1995, p.53)

### 5.2.2 Análise das palavras plenas e suas ocorrências

Outra análise realizada diz respeito à utilização de terminadas palavras nos textos dos jornais sindicais, como unidades de registro. De acordo com Bardin (2010), todas as palavras de um texto podem ser levadas em consideração, tornando-se elementos chave que permitem significações. O número total de palavras presentes ou suas ocorrências em espaços e gêneros específicos irão direcionar a análise no sentido de verificar a importância que este tipo de mídia sindical dá a terminados valores e como se constroem – ou não – estes marcadores identitários que redesenham o perfil dos (as) trabalhadores (as) nos dias atuais, buscando formular esta noção de pertencimento em relação à entidade, que procura ser representativa de seus anseios e suas demandas.

Na construção textual das matérias, artigos, notas e até nas manchetes verifica-se a difusão de determinadas características que acabam elencando certos substantivos, adjetivos e verbos, portadores de sentidos, denominadas por Bardin (2010) como palavras plenas. Sabe-se, que na comunicação, a utilização da linguagem do receptor é o principal trunfo para se fazer entender e buscar um feedback, forçando uma identificação.

Com isso, escolheram-se 15 palavras, historicamente muito utilizadas nos textos e jargões de entidades sindicais, com seus respectivos variantes e sinônimos. São elas: união/unir; trabalhador(a), classe/categoria; luta/lutar; resistência/resistir; mobilização/mobilizar; conscientização/conscientizar/consciência; exploração/explorar; reivindicação/reivindicar; salários/ajustes/salarial; trabalho/companheiros; sindicato/sindical; força; assembléia/reunião.

Buscaram-ses também outras 15 palavras muito utilizadas nos textos teóricos sobre as novas demandas do mundo do trabalho e sobre o perfil do (a) trabalhador (a) contemporâneo (a) frente a um contexto marcado por características de pós-modernidade, neoliberalismo, globalização, dentre outros, sobre os quais se teceram considerações na primeira parte deste trabalho. São elas: globalização/globalizado; mercado; qualificação/qualificar; conhecimento; jornada; pós-modernidade; serviços; neoliberalismo, carreira, individualismo, equipe/turmas, produtividade; terceirização; metas/processos; competitividade.

Tabela 2 – Análise de conteúdo do *Sinttro Notícias*: categorização de palavras plenas

<b>Palavras</b>	<b>Artigos</b>	<b>Manchetes</b>	<b>Notas</b>	<b>Matérias</b>
União/unir	5	1	0	6
Trabalhador (a)	6	1	1	29
Classe/categoria	5	0	1	20
Luta/lutar	0	0	0	3
Resistência/resistir	0	0	0	2
Mobilização/ Mobilizar	1	0	0	2
Conscientização/ conscientizar/ consciência	0	0	0	0
Exploração/ Explorar	0	0	0	0
Reivindicação/ Reivindicar	0	0	0	2
Salários/Reajuste salarial	3	3	0	15
Trabalho	2	0	0	8
Companheiros	3	0	0	2
Sindicato/sindical	7	4	5	32
Força	4	0	0	1
Assembleia/reunião	1	2	1	7
Globalização/	1	0	0	1

Globalizado				
Mercado	0	0	0	0
Qualificação/ qualificar	0	0	0	0
Conhecimento	0	0	0	0
Jornada	0	0	0	2
Pós-modernidade	0	0	0	0
Serviços	0	0	2	0
Neoliberalismo	1	0	0	0
Carreira	0	0	0	0
Individualismo	2	0	0	0
Equipe/turmas	0	0	0	0
Produtividade	0	0	0	0
Terceirização	0	0	0	0
Metas/processos	0	0	0	0
Competitividade	1	0	0	0

Diante das ocorrências das palavras acima, apontam-se algumas considerações no que diz respeito ao papel institucional que caracteriza este tipo de publicação. Os termos mais citados são relativos à própria instituição sindical em questão (mais do que aos (às) trabalhadores (as) que a compõem), com 32 ocorrências – e a presença constante dos dirigentes nos jornais sugere a razoabilidade da hipótese de que é comum a imprensa sindical se tornar uma vitrine política para suas lideranças.

Outra inferência de destaque são as outras duas palavras que aparecem em termos estatísticos como mais citadas no conteúdo do *Sinttro Notícias* que são trabalhador (a)/trabalhadores (as) com 29 ocorrências, seguidas de classe/categoria, com 20, e

reajustes/salários com 15. Percebe-se que a ideia de trabalhadores (as) e categorias/classe surgem definidas, em grande medida, pela questão salarial – e não por outros marcadores identitários que poderiam ser mobilizados.

Por outro lado, os dados demonstram que o sindicato percebe ser fundamental reforçar a noção de pertencimento da categoria dentro de um segmento social diferenciado para que o trabalho da diretoria seja legitimado e receba aprovação. Com isso, a instituição divulga seu papel importante na condução de defesa dos interesses deste público, revelando-se como o principal mecanismo de enfrentamento frente às demandas da classe patronal e do sistema, saindo em defesa dos trabalhadores (as).

Nesta perspectiva, é típico e normal observar que um jornal produzido por um sindicato de trabalhadores louve e defenda sua administração e sua forma de condução política da entidade junto ao seu público alvo, afinal, são estes (as) trabalhadores (as) que sustentam e mantêm a entidade funcionando e arrecadando recursos, sendo necessário dar uma satisfação de suas ações.

A sindicalização é livre e espontânea, necessitando de uma sedução para que o associado tenha este vínculo com sua entidade representativa. Falar bem e reforçar o quanto o sindicato é importante para o dia a dia e as bandeiras de luta dos trabalhadores (as) é essencial. No entanto, como na publicidade dos dias atuais, o agregar valor em demasia acaba por criar uma resistência natural ao cidadão. Quando se aplaude sempre e se elencam apenas as vantagens e os pontos positivos, acaba-se criando uma redoma de vidro que distancia os (as) trabalhadores (as) dos problemas que a entidade enfrenta e de suas falhas na condução de determinados projetos e demandas da categoria.

Sebastião Geraldo (1995) afirma que o distanciamento das direções sindicais de suas bases revela-se como uma característica cupulista e autoritária do movimento sindical, que acaba impondo restrições à participação da maioria. “A burocracia instalada nas direções

sindicais comungam dos mesmos vícios dos veículos de comunicação de massa colocados a serviço de setores da classe dominante” (GERALDO, 1995, p. 56).

Pelos dados expostos na tabela há de conferir também poucas abordagens no que se refere às mutações do mundo do trabalho e novas configurações discursivas que se fazem cada vez mais presentes na vida dos (as) trabalhadores (as), como um todo, independente da categoria a que pertençam. Palavras como qualificação, mercado de trabalho, conhecimento não são ao menos citadas nas matérias, manchetes, notas e artigos analisados, o que demonstra ainda um arraigado modelo discursivo dos sindicatos da década de 70, que pode não seduzir mais os trabalhadores (as) à medida que não discute os efetivos problemas que os afligem.

### 5.2.3 Análise dos valores difundidos pelo *Sinttro Notícias*

Valores são as normas, princípios ou padrões sociais aceitos ou mantidos pelos indivíduos ou grupos sociais. A partir desta conceituação, buscamos na análise de conteúdo das matérias e artigos do *Sinttro Notícias* quais os tipos de valores que são difundidos pela entidade, buscando a reflexão sobre as hipóteses apresentadas.

Segundo a categorização proposta por Bardin (2010) elaboramos uma tabela de identificação de temas com valores, dividindo-os em subcategorias. A proposta é avaliar quais os elementos chave que determinam as várias angulações das matérias e dos artigos que serão analisados. Devido à mescla de assuntos de alguns textos destas publicações, que misturam econômico, político e social, na maioria das vezes, optou-se pelo apontamento da temática predominante para realizar tal análise, como nos estudos de conteúdo anteriores.

Dentre os valores abaixo elencados: fisiológicos, sociais, profissionais, cognitivos e de expressão criativa, buscamos apontar algumas caracterizações. Os valores relacionados ao item fisiológico referem-se a necessidades básicas dos indivíduos como repouso, alimentação,

sexo, saúde, conforto e segurança, que utilizamos como subcategorias. Os sociais partem da relação e do processo de interação com grupos e pessoas nos quais o indivíduo mantém contato e desenvolve determinados sentimentos, subcategorizados em família, amor, companheirismo, solidariedade, cidadania e amizade.

Já os profissionais referem-se a questões como independência, merecimento, reconhecimento, promoção, trabalho e desempenho, também elencados como subcategorias desta análise como itens presentes no cotidiano do mundo do trabalho. Cognitivos, como o próprio nome indica são valores determinados pela presença de elementos que aprimoram o conhecimento e qualificação do indivíduo como profissional e como pessoa na sociedade. Por último, os valores de expressão criativa são voltados para o entretenimento, atividades culturais, arte e beleza, o lado lúdico que compõe parte do dia a dia das pessoas. Excluíram-se os políticos, como as ideias de enfrentamento, mobilização, união, por tratarem de questões que são normalmente difundidas neste tipo de mídia, como características marcantes, como foi demonstrado anteriormente.

A proposta é verificar quais outros elementos foram difundidos nesta marcação identitária do (a) trabalhador (a) pelos discursos destes jornais, que têm um papel fundamental na luta contra-hegemônica dos valores impostos pela mídia massiva, num processo contínuo de dicotomia entre massivo e alternativo. Optou-se pela inclusão apenas dos artigos e das matérias (por se tratarem de textos potencialmente mais elaborados e mais reflexivos).

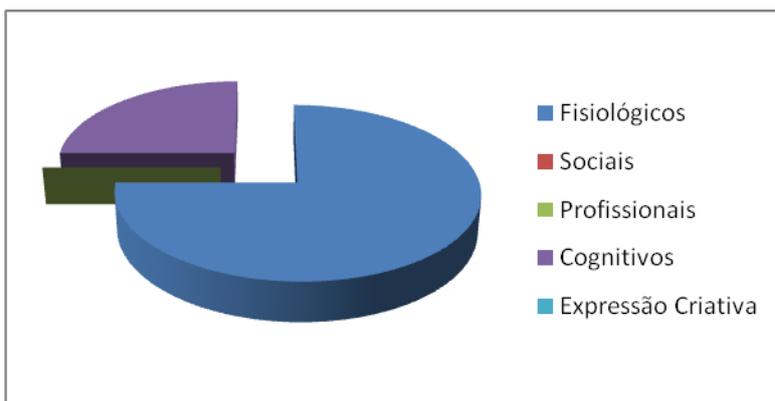
Tabela 3 – Análise de conteúdo do *Sinttro Notícias*: categorização de valores difundidos

<b>Valores</b>	<b>Temáticas co-relacionadas</b>	<b>Artigos</b>	<b>Matérias</b>
Fisiológicos	Alimentação, sexo, segurança, repouso, saúde, conforto	3	10

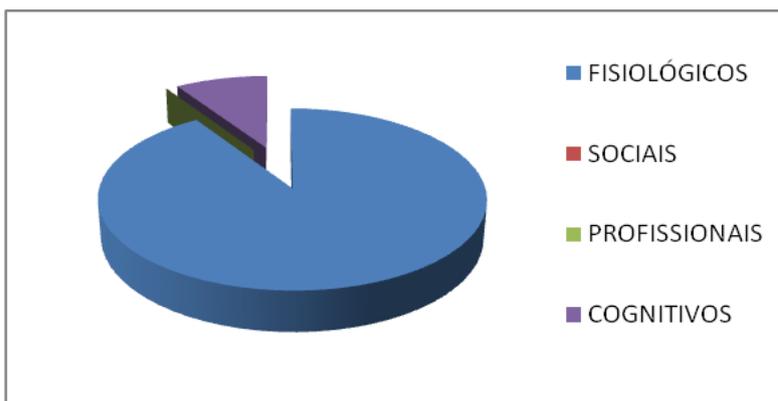
Sociais	Amizade, solidariedade, cidadania, companheirismo, família, amor	0	0
Profissionais	Independência, merecimento, reconhecimento, promoção, trabalho, desempenho	0	0
Cognitivo	conhecimento, qualificação	1	1
Expressão criativa	arte, cultura, entretenimento, beleza	0	0

Gráficos 3 – *Sinttro Notícias*: categorização dos valores difundidos

#### Artigos



#### Matérias



Em termos de valores difundidos, percebe-se com os dados acima que os valores fisiológicos apontam 10 ocorrências nas matérias, representando 91% do conteúdo (nos artigos, o mesmo valor aparece com três ocorrências, um total de 75% do conteúdo deste gênero), justificando a discussão sobre o papel dos sindicatos na apologia da segurança material como foco de seus propósitos. Nestas temáticas incluem-se preocupações com alimentação - no formato de tíquetes e cestas básicas-, horários de repouso e alimentação, além das lutas salariais.

O Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo demonstra-se mais preocupado com a questão econômica como base para elencar seus projetos e ações. No Sinttro, a base é composta pelos trabalhadores (as) que atuam em funções similares, os (as) que trabalham em escritórios nestas empresas de transporte representam uma fatia muito pequena na categoria se comparados com os que atuam diretamente nas ruas, conduzindo os coletivos. Nisso, justifica-se o apelo mais centrado na questão da segurança material do que em questões como carreira, qualificação profissional, dentre outros.

Sebastião Geraldo (1995) aponta que estas mudanças no mundo do trabalho acabam por exigir que estas novas técnicas de gestão do trabalho e de estrutura produtiva precisam ser melhor digeridas e estudadas, uma vez que resultaram em um forte impacto no movimento sindical, que caiu da defensiva em seus projetos e ações, e a comunicação sindical deveria refletir estas modificações na estrutura sindical neste momento de mutações. No entanto, apesar de o autor ressaltar que estes processos são irreversíveis, não são incontroláveis ou inquestionáveis.

Se o movimento sindical mantiver sua postura tradicionalmente cupulista, autoritária e despolitizada, a comunicação sindical e as relações estabelecidas na sua produção também serão unidirecionais e autoritárias e despolitizadas. A democratização da comunicação sindical é inerente a democratização da estrutura e das relações sindicais, e isso só é possível com o envolvimento dos trabalhadores, enquanto sujeitos ativos deste processo. (GERALDO, 1995, p.51)

Diante desta perspectiva, os valores difundidos pelo *Sinttro Notícias* revelam esta posição defensiva/reactiva (e não pró-ativa) do Sindicato frente à precarização das condições de trabalho e salários baixos, elencando estes elementos discursivos sobre segurança material como foco de suas publicações. No entanto, fica evidente que se trata de uma comunicação verticalizada, sem uma troca, pois os assuntos aparecem como meramente informativos e não reflexivos, não permitindo uma resposta da categoria sobre os temas. Tal fato é demonstrado, principalmente, por não existir, como no *Jornal do Sinserp*, que analisaremos a seguir, um espaço para que o (a) trabalhador (a) exponha suas demandas e reivindicações, e nem que participe da elaboração dos assuntos em pauta nas edições do jornal.

Pelas considerações teóricas e pelos estudos empíricos analisados, percebe-se neste cenário que a comunicação sindical é reflexo de uma estrutura sindical tradicional que se perpetua nos moldes de um sindicalismo de anos 70, sem oxigenar as relações com suas bases e com os temas contemporâneos. Um exemplo peculiar é que muitos sindicatos atualmente funcionam como empresas, preocupados com receitas e despesas, inclusive mantendo um cargo de presidente e uma diretoria em formatos tradicionais, direcionando os destinos das ações da entidade, sem abrir a participação efetiva de suas bases.

Neste contexto burocratizado, as entidades acabam por transformar seus jornais em instrumento para manter-se como representante legítima de uma categoria, mais focados na manutenção de status quo do que na oferta de reflexões e embates discursivos sobre o dia a dia dos trabalhadores (as) ou sobre os temas contemporâneos que ora redesenham o mundo do trabalho, no qual eles estão inseridos. Nisso, os valores difundidos acabam por ter uma primazia economicista (mesmo nos temas fisiológicos ou sociais), revelada no foco em segurança material e a defesa dos direitos e de melhores condições de trabalho e melhores salários.

### 5.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DO *JORNAL DO SINSERPU*

O *Jornal do Sinsperpu* é uma publicação projetada como mensal, mas, no entanto, não cumpre esta determinação. No período de setembro de 2009 a setembro de 2010 foram publicadas nove edições. Trata-se de um jornal de quatro páginas, com colunas fixas e padronização do layout, reforçando características comuns do jornalismo que buscam um didatismo de leitura e uma identidade gráfica para seu público alvo. As nove edições no período analisado representam até um número significativo se comparadas com a realidade de outros sindicatos que não conseguem publicar com esta frequência jornais impressos pelos altos custos gráficos.

Em uma primeira leitura dos documentos a serem analisados, percebe-se que os jornais do Sinsperpu têm como manchetes questões pertinentes à campanha salarial e aos direitos do (a) trabalhador (a). As fotos de abertura destas nove edições têm, em sua maioria, os (as) trabalhadores (as) reunidos em assembleias e algumas charges ironizando a Prefeitura no tratamento das questões relacionadas às condições de trabalho e aos salários. A coluna opinião, sempre na página dois, reproduz o formato dos jornais de comunicação de massa, no entanto, tendo o espaço principal superior da página sempre um artigo assinado pelo presidente da entidade. No espaço inferior, os servidores dão suas opiniões em enquetes, com frases curtas. A simples posição das falas na referida página já denota uma hierarquia de poderes, reforçando ainda o espaço que o presidente – representante da categoria- tem e os servidores não têm.

Destas nove edições, as manchetes foram as seguintes: “Comissão de cidadania quer achar saída digna para AMAC (09/2009); “Precariedade no serviço de ambulâncias causa danos ao trabalhador” (11/2009); “Sindicato pressiona contra a privatização do DEMLURB” (12/2009); “Centro de apoio: um caldeirão prestes a explodir”(01/2010); “Sinsperpu negocia

15% de reajuste salarial” (04/2010); “Adesão de servidores definirá rumo de campanha salarial” (05/2010); “Mobilização garante reposição de perdas salariais”(07/2010); “PJF tenta aprovar emenda sem aval dos servidores da urgência e emergência” (08/2010); “Servidores da urgência e emergência vencem batalha pelo adicional” (09/2010).

Diante destes títulos principais das edições percebe-se que três edições são claramente referentes a questões econômicas da campanha salarial, sendo o restante vinculado diretamente às condições de trabalho e direitos. No entanto, os leads das outras matérias que falam sobre trabalho e direitos apontados como manchetes esbarram em questões econômicas. As matérias “Servidores da urgência e emergência vencem batalha pelo adicional” e “PJF tenta aprovar emenda sem aval dos servidores da urgência e emergência” acabam refletindo a um ganho no salário dos mesmos.

Em relação à manchete da “Comissão de cidadania quer achar saída digna para AMAC” e “Sindicato pressiona contra a privatização do DEMLURB”, também entra em cena o fator econômico, uma vez que neste período a discussão foi sobre a legalidade dos cargos funcionais na AMAC, uma vez que os muitos servidores não são concursados e denuncia-se um clientelismo político na ocupação destes empregos; e a privatização do Demlurb, também esbarra no debate sobre a terceirização dos serviços do órgão, buscando otimização dos recursos para administrar o setor.

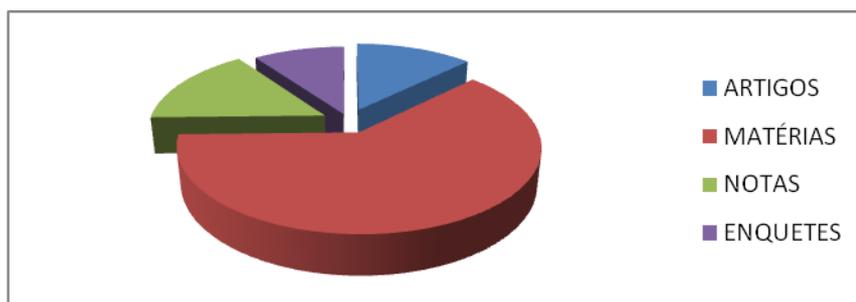
Na página 03, sempre uma notícia diferente de destaque, dividindo o canto superior da página com uma matéria de perfil de algum servidor. Uma pequena matéria sempre é disposta no canto inferior esquerdo. Na última página, o espaço é destinado à manchete da edição. Os temas que aparecem na capa do jornal refletem as notícias nas últimas páginas priorizando também o fator econômico, relacionado a salários e reajustes: “Comissão Cidadania busca novas alternativas”(09/2009); “Deficiência em ambulâncias prejudica servidor” (11/2009); “Sinserpu condena privatização do Demlurb” (12/2009); “Varrição sofre com pressão

psicológica”(01/2010); “Sinserpu negociará 15% de reajuste”(04/2010); “Sem reajuste digno, categoria paralisa atividades”(05/2010); “Movimento recupera perdas salariais” (07/2010); “Tentativa de aprovar mensagem gera transtornos” (08/2010); “Câmara rejeita mensagem do Executivo”(09/2010);

### 5.3.1 Análises categoriais: temáticas mais utilizadas nas publicações por gêneros jornalísticos

Para analisarem-se tematicamente os textos, a princípio, eles foram divididos em quatro categorias de gêneros jornalísticos. Das nove edições analisadas foram 62% matérias (reportagens/notícias), 13% artigos e 15% de notas, 10% enquetes<sup>11</sup>, que representam o conteúdo do jornal, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Conteúdo do *Jornal do Sinserpu* dividido em gêneros jornalísticos



Com base nesta distribuição de gêneros jornalísticos, passou-se à análise de como cada um destes textos distribuídos reflete as categorias temáticas (social, política, cultural e econômica), verificando qual o foco foi priorizado. Para isso, as categorias passaram por subdivisões com palavras-chaves que caracterizam estes segmentos de discursos. No entanto, como na análise anterior, do *Sinttro Notícias*, existe uma dificuldade inicial em elencar alguns textos entre as categorias social, político e econômico.

<sup>11</sup> Enquetes são pequenas declarações de pessoas sobre determinados assuntos específicos.

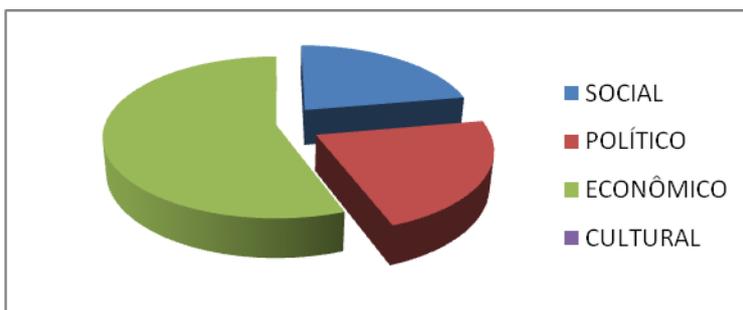
Tabela 4 – Análise de conteúdo do *Jornal do Sinserpu*: categorização temática

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Manchetes</b>	<b>Artigos</b>	<b>Matérias</b>	<b>Notas</b>
<b>Social</b>	Sociedade/cidadão/direitos Família/dependentes Amizade/companheiros Grupos/coletivo	2	0	19	0
<b>Político</b>	Mobilização/paralisação Conscientização/precarização União/classe social Luta/greve/força	2	8	6	0
<b>Econômico</b>	Salário/dinheiro Reajuste/ Índices Adicionais Reposição	5	1	8	5
<b>Cultural</b>	Cultura/Costumes Literatura/Música Entretenimento Educação/cursos	0	0	9	<b>6</b>

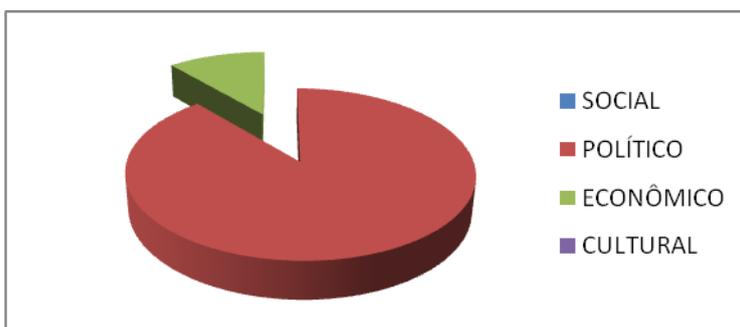
Seguem abaixo os gráficos com a distribuição do conteúdo dos jornais dentro das categorizações temáticas propostas: social, político, econômico e cultural, respectivamente.

Gráficos 5- *Jornal do Sinserpu*: categorização temática

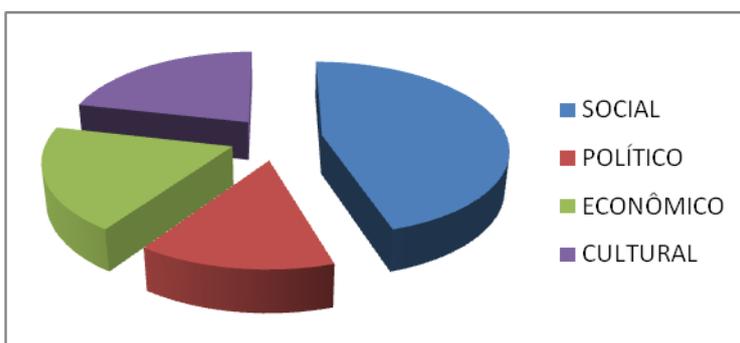
#### Manchetes



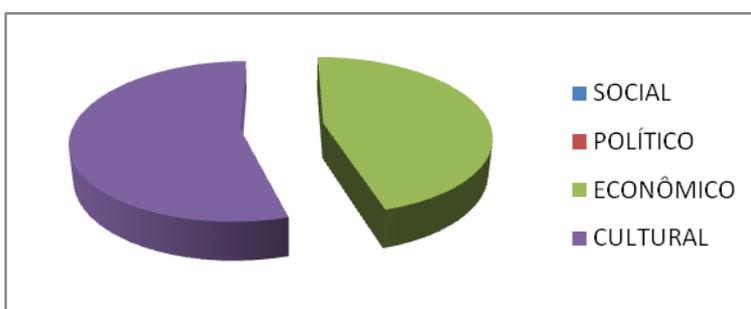
### Artigos



### Matérias



### Notas



Nas manchetes, percebe-se que 56% dos títulos que abrem as edições do *Jornal do Sinserp* referem-se a questões de ordem econômica, sendo seguidos por 22% de cunho social e 22% político. A temática cultural não foi manchete em nenhuma destas edições analisadas. Percebe-se que direitos, mobilizações e salários se misturam, mas prioriza-se nas palavras e termos utilizados a questão econômica. Nos artigos, 89% dos temas escolhidos para reflexão dos servidores reforçam a questão política, enquanto 11% referem-se diretamente a questões

econômicas. Nas matérias, o foco temático é o social, dentro da nossa perspectiva de estudos, envolvendo direitos, cidadania, sociedade e outros assuntos relacionados, com 45% de ocorrências, enquanto o cultural aparece com 21%, o econômico com 19% e o político com 14%. As notas aparecem com 55% de ocorrências culturais contra 45% com temática de economia, enquanto social e política não aparecem nesta contagem.

Diante deste quadro, é possível considerar que as manchetes, por serem o cartão de visita das publicações, apelam para o econômico como chamariz para a edição, uma vez que elas refletem o imediatismo de algumas preocupações dos (as) servidores (as) em relação ao seu contexto profissional, no qual a questão salarial é um dos pilares da relação capital/trabalho. O paradoxal é que, apesar de os títulos das manchetes apresentarem o fator econômico como os apelos principais das edições, as matérias dos jornais analisados apresentam o foco principal no social com 45% de ocorrência, reiterando discussões sobre direitos dos trabalhadores e suas demandas.

Existe a ressalva de que quando se fala em direitos eles são muito atrelados ao contexto profissional dos (as) servidores (as), sem amplas discussões sobre direitos sociais, políticos e econômicos enquanto cidadãos, mas estreitos na relação servidor /autarquias/Prefeitura. No entanto, a preocupação da entidade revela-se com a mobilização política dos servidores, pois os artigos, sempre redigidos pelo presidente do Sindicato, Cosme Nogueira, reforçam esta tendência em conscientizar e mostrar a busca pelos direitos como uma forma legítima de luta e mobilização, aparecendo o político como tema central em 89% dos textos.

As notas, por serem considerados textos apenas meramente informativos e sem necessidades de desdobramento e interpretação, contêm numerosas notícias culturais, como lançamento de livros, datas comemorativas, entretenimento em clubes e assuntos do gênero, que não exigem muita reflexão e detalhes.

Diante destas perspectivas, pode-se apontar que uma estratégia discursiva deste jornal é chamar a atenção do servidor para a leitura da edição escolhendo para as manchetes de abertura temas com ligação direta à segurança material, como temas sobre salários, adicionais, reajustes, mas o objetivo no corpo das matérias revela-se que o político e o seu desdobramento social são os pilares para a consolidação das lutas da categoria. Daí, esta alternância temática entre os gêneros jornalísticos como estratégia persuasiva na leitura e absorção das mensagens emitidas.

Há de se considerar ainda a questão da falta de periodicidade quando se analisa a temática dos impressos sindicais, uma vez que por conta deste problema, que sempre esbarra no aspecto financeiro de se manter mensalmente um jornal, os assuntos ora escolhidos acabam priorizando temas ditos mais urgentes na relação capital/trabalho. Nisso, decorre que assuntos mais leves e menos factuais como dicas de saúde, educação, cultura são considerados dispensáveis, priorizando abordagens mais diretas no dia a dia do trabalhador e suas funções.

Considera-se que estes fatores se explicam racionalmente em termos de praticidade na utilização dos espaços gráficos das edições, mas geram o questionamento em termos de identificação dos (as) trabalhadores (as) no contato com estes impressos. Será que este tipo de publicação consegue seduzir todos servidores ou apenas os que já estão associados e acompanhando os movimentos políticos da entidade? O jornal consegue ampliar continuamente seu alcance em termos de público-alvo? Que tipo de marcadores identitários do (a) servidor (a) público municipal o jornal consegue reforçar? Até que ponto este tipo de publicação é produzida para informar/formar o (a) servidor (a) ou para prestar conta das ações políticas do Sindicato, enquanto seu representante?

Como já citada na análise de conteúdo do *Sinttro Notícias*, Maria Nazareth Ferreira (1995, p.32), já apontava para esta predominância do econômico sobre o político no conteúdo

dos impressos das entidades, que, ao mesmo tempo em que tratam de questões imediatas de interesse dos (as) trabalhadores (as), perdem em atratividade, principalmente, para aqueles indivíduos que não se envolvem ideologicamente com as lutas de suas categorias. Com isso, afastam-se cada vez mais de suas entidades representativas por não existirem elementos identificadores relacionados com sua vida prática e suas múltiplas identidades como ator social, além de seu desempenho como servidor público.

Cicília Peruzzo (1999, p.152) ressalta que estas publicações deveriam deixar mais espaços para o lúdico, sendo uma forma de garantir mais atratividade para este tipo de imprensa, que ela denomina de “micromeios”. Thompson (1981, p.189) reforça esta visão sobre estes jornais em que predominam os aspectos políticos e econômicos, revelando que as experiências vividas pelos trabalhadores não têm o suporte único do instinto proletário, mas através de sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares, reciprocidade de valores, religiosidade, dentre outros.

Será que a absorção destes elementos discursivos não implicaria uma reflexão maior sobre o papel da comunicação sindical na formação do (a) trabalhador (a) enquanto cidadão (ã) e participante de um contexto histórico, sem estreitar os discursos desta pequena imprensa, em meras lutas salariais? Há de considerar que vivemos numa nova realidade identitária, na qual os trabalhadores desempenham identidades múltiplas como atores sociais, o que pode sugerir a necessidade de uma reelaboração discursiva das mídias sindicais na tentativa de ampliar a identificação com seus sindicatos.

Cláudia Santiago e Vitor Gianotti (1997, p.47) também fazem estas ressalvas, tal como apontado nos capítulos anteriores, quando analisam a necessidade de os jornais sindicais aparecerem de forma mais atrativa para os trabalhadores (as). Os autores enfatizam que o que caracteriza este tipo de impresso é que todo o conteúdo deve ser focado na classe trabalhadora, no entanto, ele deveria usar elementos que a fizessem se interessar diretamente,

mexendo com seu dia a dia e não apenas focar em salários ou condições de trabalho – seria produtiva a utilização de temáticas como cinema, teatro, música e poesia ou matérias que dialoguem sobre educação e saúde, sempre com a ótica do (a) trabalhador (a).

### 5.3.2 Análise de palavras plenas e suas ocorrências

Conforme a análise anterior do jornal *Sinttro Notícias*, elencaram-se as mesmas palavras que, majoritariamente, em uma primeira leitura aparecem neste tipo de publicação, bem como outros termos utilizados neste novo cenário do mundo do trabalho que ora se apresenta.

Tabela 5 – Análise de conteúdo do *Jornal do Sinserpu*: categorização de palavras plenas

<b>Palavras</b>	<b>Artigos</b>	<b>Manchetes</b>	<b>Notas</b>	<b>Matérias</b>
União/unir	2	0	0	0
Trabalhador (a)	8	1	3	29
Classe/categoria	5		2	27
Luta/lutar	10	1	0	0
Resistência/resistir	4	0	0	0
Mobilização/ Mobilizar	4	1		6
Conscientização/ conscientizar/ consciência	3	0	0	0
Exploração/ Explorar	0	0	0	0
Reivindicação/ Reivindicar	1	0	0	7
Salários/Reajuste salarial	7	3	0	27
Trabalho	2	0	1	18
Companheiros	2	0	0	2

Sindicato/sindical	6	1	10	111
Força	2	0	0	1
Assembleia/reunião	3	0	0	18
Globalização/ Globalizado	0	0	0	0
Mercado	0	0	0	0
Qualificação/ qualificar	0	0	0	0
Conhecimento	0	0	0	0
Jornada	0	0	0	2
Pós-modernidade	0	0	0	0
Serviços	1	1	0	0
Neoliberalismo	0	0	0	0
Carreira	0	0	0	0
Individualismo	0	0	0	0
Equipe/turmas	0	0	0	0
Produtividade	0	0	0	0
Terceirização	0	0	1	6
Metas/processos	0	0	0	4
Competitividade	0	0	0	0

Diante de tais dados, além de resultados absolutamente óbvios - como o fato de que o nome do Sinserpui é o termo mais utilizado nos textos, com 111 ocorrências; ou a significativa proporção de termos como trabalhadores (as), com 29 aparições; categoria/classe, com 27; assembleia/reuniões com 18; trabalho, com 18 -, chama a atenção o destaque nas matérias para as falas do presidente da entidade, Cosme Nogueira.

Em alguns casos, usa-se o artifício da informação pela própria entidade como fonte, como por exemplo: “Para o Sinserpu e a comissão, o QVR não favorece os funcionários mais antigos” (Sinserpu, 09/2010, p. 03); “ Atualmente, a direção do Sinserpu se envolve na pauta específica.” (Sinserpu, 07/2010, p.04) . Esta estratégia de citação de fontes revela ainda a baixa participação de servidores como fontes, apenas na coluna perfil e, algumas poucas vezes, como entrevistados dando depoimentos sobre determinados temas.

Este dado põe um peso maior na hipótese de o jornal ser utilizado como uma vitrine política do presidente e da entidade, como um todo, pois se o número de vezes que determinados nomes próprios e vocábulos aparecem nos textos confirmam a importância que se dá a estes significantes na elaboração discursiva, há de se considerar que a palavra e a figura do presidente configuram-se como principais elementos das prioridades nesta publicação.

As 15 primeiras palavras escolhidas para análise utilizadas nestes jargões e discursos sindicais aparecem em uma proporção muito superior às outras relativas ao novo mundo do trabalho e ao novo perfil do trabalhador diante de um cenário globalizado e multidentitário - o que sugere a possibilidade de, em outros momentos, pesquisas futuras perscrutarem a existência de alguma correlação entre isso e os motivos que levam os trabalhadores com mais de 30 anos a aderirem mais às suas entidades do que os mais jovens, como apontado nos capítulos anteriores, de acordo com estudos do IBGE, e que refletem um panorama nacional em todas as entidades sindicais de trabalhadores (ANEXO 1).

O percentual de trabalhadores e de trabalhadoras jovens, entre 18 e 29 anos sindicalizados, é inferior aos de trabalhadores mais velhos, o que pode confirmar certa rejeição e desinteresse quanto à forma com que suas entidades representativas apresentam as demandas da categoria nestas publicações sindicais. O estudo do IBGE revela que os associados a sindicatos por faixa etária de 18 a 29 anos representam apenas 15% do número

de trabalhadores sindicalizados no meio urbano em 2009. Uma das causas apontadas para esse fenômeno de crescente distanciamento dos trabalhadores de seus sindicatos é a excessiva burocratização das instituições (e, logo, seu afastamento das bases).

Maria Nazaré Ferreira (1995) confirma esta noção burocrática dos conteúdos dos jornais que acabam reproduzindo o modelo massivo, numa relação verticalizada entre os dirigentes/bases e comunicador/receptor sem que a comunicação se torne uma via de mão dupla, permitindo um diálogo. Percebe-se pelas análises acima que os trabalhadores (a) possuem pouco espaço destinado a dar suas opiniões nestes jornais.

Desde a década passada, Ferreira (1995, p.59) já apontava para a inexistência de uma política de comunicação que utilizasse sua potencialidade para atingir seu público-alvo e conferisse a intergação das categorias representadas. Nesta problemática, o (a) trabalhador (a) pode passar a ver o dirigente sindical como o empregador, em uma distância que torna os laços de pertencimento da categoria fragmentados. Pelas análises acima, indicativos nos mostram que este cenário não se modificou nas publicações dos sindicatos nesta primeira década do século XXI.

Tony André Scharlau Vieira (2004, p. 339) também revela esta perspectiva crítica em relação aos conteúdos, como mostramos nos capítulos anteriores, indicando que muitas elites sindicais apoderam-se do conteúdo dos jornais para divulgação dos objetivos e visões ideológicas de seus grupos – no caso de facções à esquerda, utilizando termos marcadamente mais próximos de teses revolucionárias clássicas do que daquelas expressões mais utilizadas para a compreensão do atual estágio do capitalismo e da relação capital/trabalho: esta ausência revelou-se também no jornal estudado, que praticamente não tratou de temáticas sobre a contemporaneidade nem mesmo para marcar posição contrária.

### 5.2.3 Análise dos valores difundidos pelo *Jornal do Sinserpu*

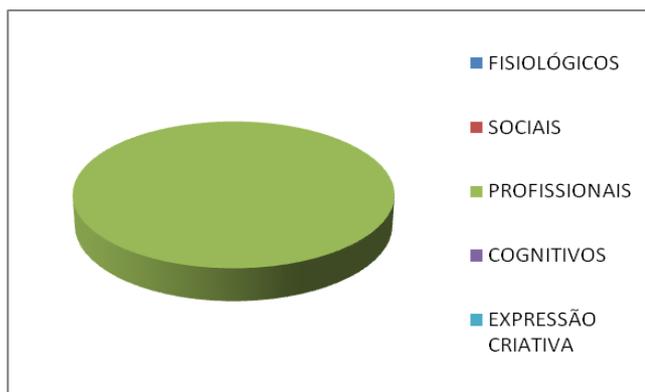
Segundo a categorização proposta por Bardin (2010) elaboramos uma tabela de identificação de temas com valores, dividindo-os em subcategorias, idêntica a realizada na análise do *Sinttro Notícias*. A proposta também é conferir quais os elementos chave que determinam as várias angulações das matérias e dos artigos que serão analisados.

Tabela 6 – Análise de conteúdo do *Jornal Sinserpu*: categorização de valores difundidos

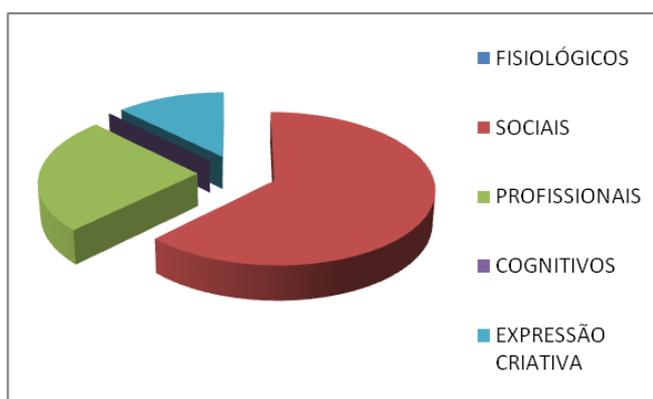
<b>Valores</b>	<b>Temáticas co-relacionadas</b>	<b>Artigos</b>	<b>Matérias</b>
Fisiológicos	Alimentação, sexo, segurança, repouso, saúde, conforto	0	0
Sociais	Amizade, solidariedade, cidadania, companheirismo, família, amor	0	5
Profissionais	Independência, merecimento, reconhecimento, promoção, trabalho, desempenho	2	2
Cognitivos	conhecimento, qualificação	0	0
Expressão criativa	arte, cultura, entretenimento, beleza	0	1

Gráficos 6 - *Jornal Sinserpu*: categorização dos valores difundidos

### Artigo



### Matérias



Pelos dados acima, é possível considerar que os valores ligados ao social aparecem com mais destaque em cinco temáticas de matérias (com 100%), todos vinculados na coluna perfil, que reforça ideias de amizade, companheirismo, solidariedade, na medida em que narra a história de alguns (mas) trabalhadores (as). Dos nove personagens escolhidos para as matérias, cinco são dirigentes sindicais e quatro são servidores (as) comuns. Já os textos que tratam de valores relativos à carreira profissional (com 25%) esbarram no assunto planos de cargos e salários, que pela demonstração nas análises de conteúdo anteriores é uma bandeira de luta do Sinserpu. Apenas uma matéria trata de valores de expressão artística (com 13%) quando aborda o lançamento de um livro de um sindicalista, Gilson Reis, cuja temática é sobre os desafios dos sindicatos, hoje em dia.

Já nos artigos, apenas dois textos são relativos às questões profissionais, com os títulos “Vontade Política” (*Jornal do Sinserpu*, 05/2010, p.02) e “Dia do Servidor” (*Jornal do*

*Sinserpu*, 08/2009, p.02): ambos ressaltam a valorização do profissional servidor público com mais reconhecimento da sua importância dentro do contexto de funcionamento da administração municipal, tendo como base melhores salários. “(...) Qual a razão da resistência em valorizar o servidor com um salário digno, mesmo quando há condições para isso? É do conhecimento de todos que um trabalhador bem remunerado, adocece menos, porque se alimenta melhor e satisfeito, produz mais”. (*Jornal do Sinserpu*, 08/2009, p.02). Ou seja, tal como apontado anteriormente, a ênfase econômica continua sendo a abordagem central.

Mas a questão premente, depois de analisados os conteúdos dos jornais, é outra: como as bases os recebem? De que modo este material implica um processo de auto-reconhecimento, por parte dos trabalhadores, ou, ao contrário, um processo de alienação (de si próprios e de suas entidades representativas)? Para responder a esta questão, capítulo seguinte apresenta os resultados de uma pesquisa de recepção realizada com 100 membros de cada categoria.

## **6 PESQUISA DE RECEPÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS E SENTIDOS NOS JORNAIS SINDICAIS**

Os estudos de recepção vêm sendo desenvolvidos com vários objetivos, desde aqueles que enfatizam os efeitos dos meios de comunicação na sociedade até os que têm como preocupação central as relações sociais e culturais envolvidas no processo comunicacional. Em todos, contudo, há um evidente deslocamento de foco metodológico, do objeto comunicacional em direção ao sujeito que com ele trava contato. Com isso, nessa tradição, percebe-se o receptor como um agente ativo diante das mensagens que chegam dos meios massivos, ao contrário dos paradigmas funcionalistas ou frankfurtianos (majoritários na pesquisa de comunicação da primeira metade do século XX), que viam o receptor como passivo e facilmente manipulável.

Diante desta perspectiva, a proposta desse capítulo é verificar como as categorias analisadas no *corpus* deste trabalho, provenientes da produção jornalística impressa dos dois sindicatos, são percebidas por suas bases – noutras, palavras, como os receptores constroem a significação das mensagens elaboradas e difundidas pelos jornais de suas organizações sindicais.

O referencial dos Estudos Culturais, que privilegiam o lugar do receptor na comunicação, constitui base fundamental, à medida que jogam luzes sobre os processos de negociação simbólica presentes nas relações comunicacionais. Pretende-se, aqui, portanto, diagnosticar como estes (as) trabalhadores (as) destas duas categorias, servidores(as) públicos(as) municipais e funcionários(as) do transporte coletivo, incorporam e negociam em suas práticas sociais significados e valores pautados nos impressos dos sindicatos, tendo como cerne da discussão a questão identitária e os laços de pertencimento a estas entidades representativas.

As enunciações dos Estudos Culturais advêm originalmente de autores vinculados à Universidade de Birmingham, na Inglaterra. Sobretudo a partir das décadas de 1950 e 1960, começaram a ser produzidos pesquisas com foco na diversidade de recepção (o que trouxe à tona questões de classe, de gênero, étnicas etc, e relacionadas aos movimentos sociais das minorias). Apontava-se como os distintos repertórios culturais dos receptores implicavam distintas apropriações e decodificações das mensagens provenientes dos meios de comunicação no seu cotidiano, nas suas relações sociais, profissionais e afetivas.

O papel do vínculo de pertencimento dos indivíduos (portanto, trazendo à tona o problema das identidades) também começou a se mostrar relevante nestas negociações de significados, revelando uma estreita relação entre construção identitária, cultura contemporânea e sociedade do consumo – inclusive de bens comunicacionais.

Um marco referencial desta abordagem foi o modelo, proposto por Stuart Hall (1980), de *encoding/decoding*, questionando esta linearidade do modelo emissor/mensagem/receptor, publicado na década de 80. De acordo com Porto (2003), para o modelo de Hall, o ato de codificar e decodificar são processos autônomos; no entanto, o momento da codificação, mesmo que induza a um determinado “significado preferencial”, não determina uma leitura unívoca no momento da decodificação.

As diferentes áreas da vida social parecem estar mapeadas em domínios discursivos que são organizados hierarquicamente em significados preferidos ou dominantes (...) Falamos em dominantes, e não “determinados”, porque sempre é possível ordenar, classificar e decodificar um evento de acordo com mais de um “mapeamento”, mas dizemos “dominantes” porque existe um padrão de leituras preferenciais. (HALL, 1980 apud PORTO, 2003)

Diante desta perspectiva, altera-se o processo do foco da intencionalidade e determinação das mensagens por parte do emissor, uma vez que o ato de recepção tem sua forma autônoma de negociar significados, pois estas duas fases do processo comunicativo

(emissão e recepção) têm suas lógicas diferenciadas, uma não garante e nem antecipa a outra, mesmo que estejam obviamente interrelacionadas.

Porto (2003) lembra que apesar dos significados preferenciais inscritos no texto, não existe uma correspondência necessária entre os momentos da codificação e decodificação, citando Hall em sua classificação sobre identificação dos receptores com os conteúdos midiáticos no momento de decodificação:

Posição dominante hegemônica, quando o telespectador interpreta o significado do programa de televisão de forma direta e completa, operando “dentro do código dominante”; posição negociada, quando o telespectador reconhece a legitimidade das definições hegemônicas em abstrato, ao mesmo tempo em que, em um nível mais restrito, desenvolve uma posição crítica sobre temas específicos; posição oposicional, quando o telespectador decodifica a mensagem de uma maneira completamente contrária ao significado preferencial. (HALL, 1980 apud PORTO, 2003)

De acordo com Porto (2003), este modelo *ecoding/deconding* desenvolvido por Hall é um dos enfoques mais importantes no estudo das audiências da mídia a partir da década de 80, apesar de algumas limitações, abrindo uma nova fase nas pesquisas, na qual foram sendo incorporados elementos, numa abordagem integrada entre as pesquisas de recepção e o estudo dos efeitos. Como exemplo, o autor cita a utilização de procedimentos metodológicos nas pesquisas de audiência que combinem análises quantitativas e qualitativas, de acordo com o objetivo dos estudos a serem realizadas. Os efeitos dos meios massivos na sociedade passam a ter a mesma importância do que o papel da recepção/decodificação neste processo comunicativo, a partir desta abordagem culturalológica.

Um dos expoentes desta inversão do foco de estudo do emissor para o receptor na América Latina, que traduz uma tendência das pesquisas em comunicação atuais, de acordo com vários autores nesta linha de abordagem, é Jesús Martín-Barbero (2003), que parte dos estudos das articulações comunicacionais, que ele denomina como “mediações”. De acordo com Nilda Jacks (1996) esta proposta nasce do entendimento das mudanças na sociedade, nas

quais as camadas populares passam a negociar sentidos neste cenário entre subdesenvolvimento e modernização, pautada, principalmente, pelas novas tecnologias de comunicação, que resultam novas identidades e novos sujeitos sociais.

Em termos da pesquisa de comunicação traz várias implicações, entre elas, o deslocamento do eixo que se estabelecia na produção para o âmbito do consumo, no intuito de verificar o uso que os receptores fazem dos conteúdos massivos na relação com suas práticas cotidianas. Os 'usos', portanto, são inalienáveis da situação sócio-cultural dos receptores, que reelaboram, ressignificam, ressemantizam os conteúdos massivos conforme sua experiência cultural, suporte das apropriações. (JACKS, 1996)

Nesta perspectiva, o cotidiano dos receptores passa a ser um fator importante a ser pesquisado, uma vez que ele interfere nesta produção de sentidos das mensagens que consomem através destes canais comunicativos. O conceito de mediações proposto por Barbero (2003) se contrapõe à mera intencionalidade dos meios, fragmentando a ideia dos receptores como meros depositários passivos destes conteúdos propagados pelos meios de comunicação de massa, resgatando a cultura popular como um fator imprescindível no entendimento dos processos comunicativos na atualidade.

Pensar os processos de comunicação neste sentido, a partir da cultura, significa deixar de pensá-los a partir das disciplinas e dos meios. Significa romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação e das tecnologias. Significa romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias. (MARTÍN-BARBERO, 2003, p.297)

Barbero (2003) revela uma visão mais dinâmica da cultura, apesar de não ignorar as tradicionais teorias da recepção na visão frankfurtiana, mostrando que os meios de comunicação e, conseqüentemente, a indústria cultural, interferem tanto na esfera individual como na vida coletiva. Mas o autor enfatiza o receptor como um sujeito importante no processo de comunicação na medida em que interpreta o conteúdo e negocia sentidos de acordo com a cadeia de valores individuais e da classe social que pertencem.

José Guibson Dantas (2009) faz uma análise da forma bilateral com que o conceito de hegemonia de Gramsci, ou seja, a liderança cultural ideológica de uma classe sobre as outras, dá um aporte às discussões sobre estas mediações propostas por Barbero, na medida em que mostra que “o dominado” passa a desenvolver mecanismos de resistência e diálogo com esta problemática.

O aporte gramsciano, ao entender a hegemonia como um processo vivido pelos sujeitos sociais fez com que Martín-Barbero, para compreender o processo de comunicação, investigasse não só as peripécias do dominador, mas também os elementos que no dominado trabalham a favor do dominador, ou seja, a cumplicidade inconsciente de sua parte e a sedução que se produz entre ambos. (DANTAS, 2009)

Nesta discussão, a cadeia de valores dos indivíduos em contato com as mensagens dos meios de comunicação que chegam até eles acaba passando por um processo de filtragem, que estabelece novos mecanismos de apreensão e incorporação dos seus discursos, interferindo, inclusive, na questão da construção da identidade dos atores sociais, como discutido nos capítulos anteriores.

Luiz Claudio Martino (2010) faz uma comparação entre as convergências, divergências e críticas de três autores de destaque na corrente dos estudos culturais latino-americanos: Jesús Martín-Barbero, Canclini e Orozco. Na sua análise, Barbero revela a importância de se estudar recepção/consumidores, para entender as identidades, enquanto Canclini entende que o público receptor parte de uma perspectiva mais ampla do que as pesquisas quantitativas demonstravam, pois envolvem questões econômicas, educativas, hábitos de consumo culturais, ainda mais em sociedades cada vez mais complexas que se mesclam tradições cultas, populares e massivas.

Martino ainda cita Orozco, por meio da designação do termo “televidência”, como a interação entre os indivíduos com a televisão, que embora pareça um processo individualizado, é culturalizado, conectando com outros membros da audiência para formar

comunidade de apropriação e interpretação dos referentes televisivos. Todas estas abordagens teóricas permitem-nos considerar que o processo comunicacional é dialógico e não tão definitivo no conteúdo difundido por parte do emissor.

A própria ideia do termo “processo” mostra a complexidade dos elementos envolvidos, que não se estreitam a um paradigma centrado apenas no emissor, no canal, na mensagem ou no receptor, mas vai mais além, pois o que se dá depois da incorporação destes conteúdos dos meios de comunicação nas práticas sociais dos indivíduos é tão importante como qualquer outra variável da comunicação.

Martino (2010) ainda aponta a convergência dos três autores citados acima sobre as mediações que se dão no processo comunicativo. Barbero defende que o debate deve se deslocar dos meios para as mediações, apostando nas matrizes culturais, nos espaços sociais e nas operações comunicacionais dos diferentes atores do processo. Canclini demonstra que a circulação de sentidos é polissêmica e não linear, disso decorre a necessidade de investigar os processos de mediação. E, finalmente, Orozco defende a importância deste trinômio cultura, meio de comunicação e sociedade.

A importância que se dá às pesquisas atuais sobre a decodificação da mensagem permeia uma série de elementos presentes nas práticas sociais dos indivíduos contemporâneos, revelando complexidade de alguns estudos de audiência, na medida em que os temas específicos analisados resultam em contribuições fundamentais para as reflexões acerca da relação meios de comunicação de massa e recepção, jamais se tornando resultados definidores, mas contribuindo para a abertura de novas visões a respeito do processo comunicativo dos meios massivos e seus impactos na sociedade atual.

Estas pesquisas ajudam também a legitimar a preocupação com o papel dos veículos alternativos, das chamadas pequenas mídias, neste processo de codificação e decodificação das mensagens que os meios de comunicação passam aos seus públicos-alvo. É o caso dos

jornais sindicais, quando constroem representações sobre os (as) trabalhadores (as): de que modo estes discursos são apropriados por eles (as)? É o que se discute a seguir.

## 6.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o estudo de recepção de como os (as) trabalhadores (as) das duas categorias analisadas incorporam os significados dos conteúdos dos impressos de suas entidades, passou-se um questionário, com 10 perguntas fechadas e uma aberta, para avaliar a relação entre o conteúdo dos periódicos e suas abordagens jornalísticas, a representação ali feita sobre os (as) trabalhadores (as) e a eventual identificação das leituras com estes discursos emitidos pelos jornais analisados.

Foram 100 entrevistados (as) de cada grupo, escolhidos de forma aleatória, independente de serem sindicalizados ou não, de modo a assegurar amostras mais representativas de toda a categoria (e não apenas da fração vinculada ao sindicato), uma vez que estes respectivos jornais, de ambas as categorias, são distribuídos para todos (as) trabalhadores (as), não necessariamente aos associados. De acordo com Mauro Porto (2003), a mistura dos métodos quantitativos e qualitativos aparece como estratégia necessária de método de análise das audiências da mídia, o que nos levou a registrar uma pergunta aberta ao final do questionário para que o (a) entrevistado (a) pudesse ter uma maneira de expressar suas expectativas sem o controle das respostas fechadas pré-estabelecidas dos questionários.

Um ponto relevante que afirma a importância deste conceito de recepção/mediação pela ótica culturológica é a relação diferenciada das duas categorias com os questionários aplicados. Apesar dos níveis cultural e educacional serem díspares, percebeu-se uma resistência de ambas as categorias em responder tais questões sobre seus sindicatos representativos, além de relativa despreocupação com o tema – dado que reforça a inferência

de desmobilização, despolitização e contínuo afastamento destes segmentos em relação às suas entidades, como demonstrado nas pesquisas do IBGE, nos capítulos anteriores.

Um dos dados mais relevantes refere-se ao desconhecimento, por parte de muitos respondentes, de que existem os jornais dos sindicatos analisados, o que mostra uma falha de distribuição dos mesmos junto às categorias analisadas e um completo desinteresse em relação à existência da entidade que os representa. Alguns questionários ainda tiveram que ser invalidados pelo preenchimento incorreto de mais de uma resposta por questão e pela não enumeração da questão 10, quando sugerimos que optassem por ordem crescente de importância os sete temas que poderiam ser melhor explorados por este tipo de publicação. Muitos marcaram como opções que poderiam conter estes jornais e não fizeram a numeração. Nestes casos, julgou-se melhor anular estas folhas de respostas para não interferir na tabulação geral do questionário.

Os questionários foram numerados de 1 a 100 em cada categoria, para que permitissem uma identificação dos mesmos quando citadas algumas respostas dos (as) servidores(as) e trabalhadores(as) do transporte coletivo nas questões abertas, mas garantindo-se o anonimato dos respondentes. Segue abaixo o espelho do questionário aplicado, sendo o mesmo para as duas categorias.

### **Análise de recepção – Comunicação Sindical**

Nº \_\_\_\_\_

#### **1) Você se vê representado pelo jornal de seu Sindicato?**

sim  não  às vezes

#### **2) Quando você lê um jornal do seu Sindicato qual o tipo de matéria procura primeiro?**

salário  condições de trabalho  direitos da categoria  cidadania  dicas de como viver melhor  críticas políticas

#### **3) As matérias que você lê no jornal de seu sindicato abordam mais:**

problemas dos trabalhadores  ações dos líderes sindicais  críticas ao Governo e aos patrões  lazer e entretenimento

**4) As informações que você tem acesso pelo jornal do seu Sindicato você discute com seus companheiros no trabalho e causam reflexão sobre determinados temas?**

sim  não  às vezes

**5) Você acredita no que lê nestes jornais do Sindicato?**

sim  não  às vezes

**6) Você acredita que os trabalhadores de sua categoria são tratados pelas matérias no jornal do seu sindicato da mesma maneira, com o mesmo perfil como pessoa dentro da sociedade?**

sim  não  às vezes

**7) Você acha que o jornal consegue atingir da mesma maneira você e seus companheiros, independente da função que atuam dentro do seu ambiente trabalho, em relação a sua vida e seus desafios no dia a dia?**

sim  não  às vezes

**8) Qual a função dos jornais de Sindicato?**

mobilização  conscientização política  crítica aos patrões e ao Governo  
 reivindicar direitos da categoria  educação e cidadania  dicas de como viver melhor

**9) Você participa da elaboração do jornal do seu sindicato, enviando sugestões e dicas de matérias?**

sim  não  às vezes

**10) Em termos de conteúdo do jornal quais os assuntos seriam mais interessantes? Numere-os por ordem de importância**

- Salários e condições de trabalho da categoria
- Polítização e conscientização da classe trabalhadora, enquanto segmento social
- Cidadania e participação popular
- Direitos e deveres dos trabalhadores
- Denúncias e reivindicações em relação à classe patronal
- Centrais Sindicais e suas bandeiras de lutas
- Carreira profissional e qualificação profissional

11) Na sua opinião, enquanto membro de sua categoria, qual a importância do jornal de seu sindicato representativo?

---

---

---

---

---

---

## 6.2 ANÁLISE DE RECEPÇÃO MUDIÁTICA PELOS (AS) TRABALHADORES (AS) EM RELAÇÃO AO *SINTTRO NOTÍCIAS*

A análise de recepção dos (as) trabalhadores (as) do transporte coletivo foi feita com base na aplicação do mesmo questionário fechado com 10 perguntas, além de uma aberta para que eles colocassem de forma mais livre o que pensam sobre a importância deste tipo de publicação para suas vidas, bem como para o desempenho de suas funções no ambiente de trabalho.

Esta categoria teve uma resistência maior em responder ao questionário do que os (as) servidores(as) públicos, o que nos levou a considerar a falta do hábito de leitura e entendimento quanto às questões ora apresentadas no levantamento (associadas ao desinteresse por este tipo de publicação, já que os dados revelam uma desconfiança em relação à entidade que os representa e sua forma de condução da organização de seus interesses) foi um fator relevante para isso.

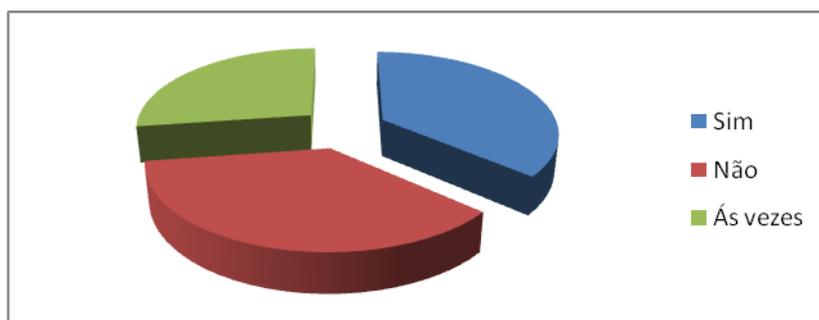
O referido questionário foi aplicado na sede do Sindicato, onde existe uma rotatividade significativa dos (as) trabalhadores (as) e seus dependentes, devido aos tratamentos odontológicos, bem como a expedição de guias médicas e outros serviços; e ainda em pontos de rendição, pontos de ônibus, onde os (as) trabalhadores (as) trocam as jornadas de trabalho com companheiros (as).

Em Juiz de Fora, são oito empresas de transporte coletivo urbano com pontos espalhados em toda a região central do município. Os (as) funcionários (as) que atuam no transporte intermunicipal, fretamento e turismo de Juiz de Fora foram entrevistados nos guichês do Terminal Rodoviário Miguel Mansur ou quando iam à sede da entidade. Ao todo foram distribuídos e aplicados 100 questionários, sendo 05 invalidados por não respeitarem a metodologia, como várias respostas assinaladas na mesma pergunta e outras frases no

questionário afirmando que “não lêem” e “não têm acesso”, sem contribuir para a tabulação final dos dados.

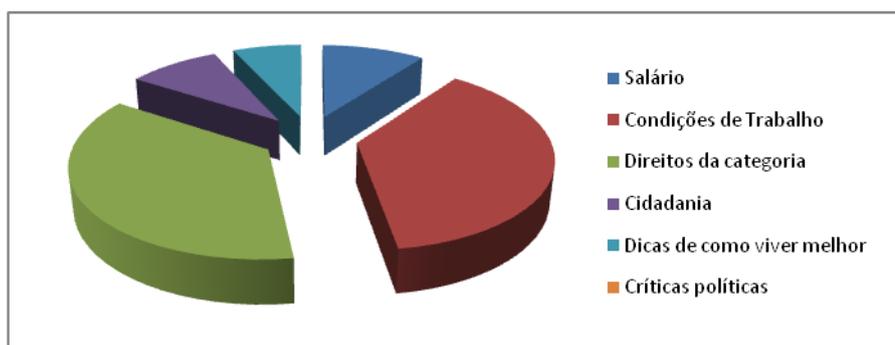
### Gráficos 7 – Análise de recepção *Sinttro Notícias*

#### 1) Você se vê representado pelo jornal de seu Sindicato?



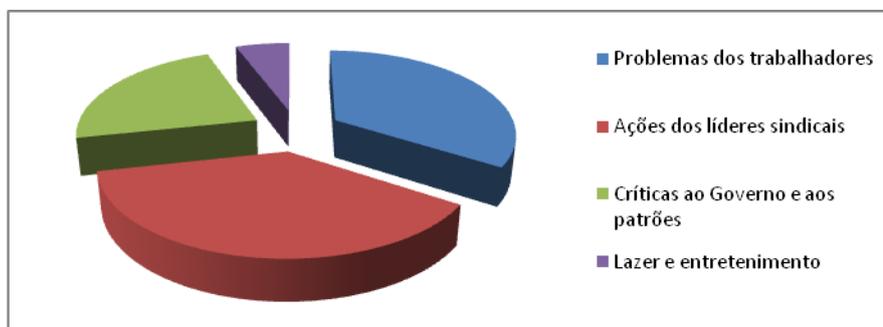
Quanto à questão se os (as) trabalhadores (as) se sentiam representados pelo *Sinttro Notícias* percebe-se certa dúvida em relação à resposta, uma vez que os percentuais estatísticos demonstram-se iguais entre as respostas sim e não, com 36% dos entrevistados, seguidos de 27% que acham que às vezes são representados. Há de se observar o contexto conjuntural desta entidade, como descrito no capítulo 3, que revela uma briga política entre duas facções para tomada do poder, o que acabou criando uma fragmentação entre a própria categoria dividida. Este dado é relevante quando se analisa a desconfiança quanto à forma de condução dos interesses dos (as) trabalhadores (as) do setor pela atual gestão do Sinttro, apesar do número crescente de novos associados a cada ano. De acordo com dados da Secretaria do Sinttro, cerca de 20 novas filiações são registradas mensalmente.

## 2) Quando você lê um jornal do seu Sindicato qual o tipo de matéria procura primeiro?



O tipo de matéria que o (a) trabalhador (a) procura ao ter acesso ao *Sinttro Notícias* é sobre condições de trabalho com 38% das opiniões, seguido de 36% sobre direitos da categoria, 10% sobre salário, 9% referente à cidadania, 7% optaram por dicas como viver e críticas políticas não pontuou. Os dados demonstram uma expectativa prévia do que deve conter um jornal de sindicato, mas mostrando que a questão do viés econômico fica em terceiro lugar nesta classificação, não sendo o ponto chave de atratividade das edições, apesar da ressalva que na análise de conteúdo o *Sinttro Notícias* utiliza o mesmo peso das manchetes similar à temática social e econômica nos títulos para abertura das edições.

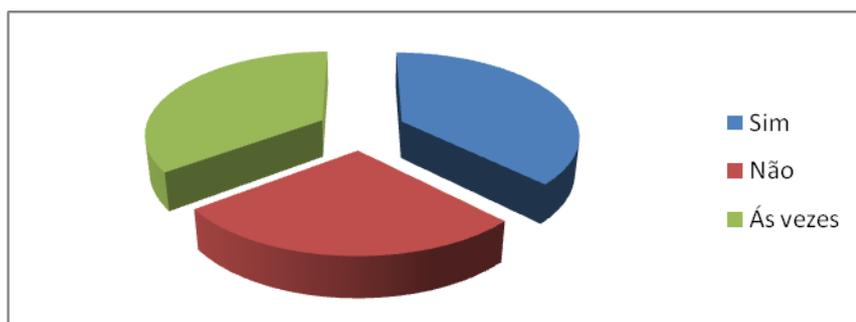
## 3) As matérias que você lê no jornal de seu sindicato abordam mais:



Entre o tipo de matéria que procuram e o que o jornal realmente oferece, na opinião deste segmento, a resposta foi 38% opinaram que a publicação explora mais as ações dos líderes sindicais, seguido de 34% sobre problemas dos (as) trabalhadores (as); 23% de críticas ao Governo e aos patrões e 6% de entretenimento e lazer. Mais uma vez os dados revelam

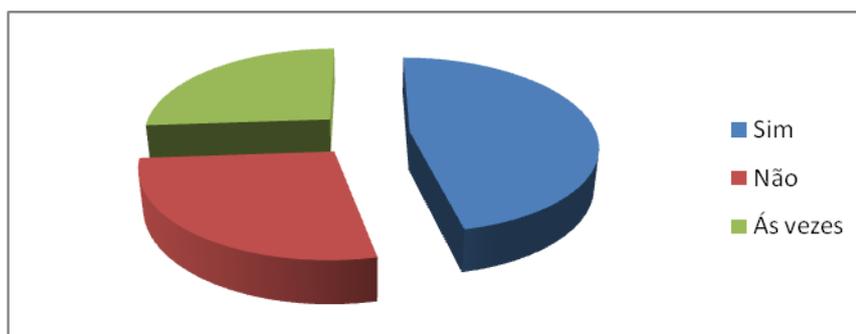
uma crítica em relação ao jornal e à forma como é produzido, sugerindo que este serve mais para divulgação das ações dos dirigentes sindicais do que informações de interesse geral da categoria.

**4) As informações que você tem acesso pelo jornal do seu Sindicato você discute com seus companheiros no trabalho e causam reflexão sobre determinados temas?**



A questão relacionada a se discutem o que leem com seus (as) companheiros (as) e se causam reflexões sobre determinadas temáticas, 38% afirmaram que os assuntos são alvo de debate com outros (as) funcionários(as); seguido 35% que optaram pela resposta às vezes, e 27% que disseram não.

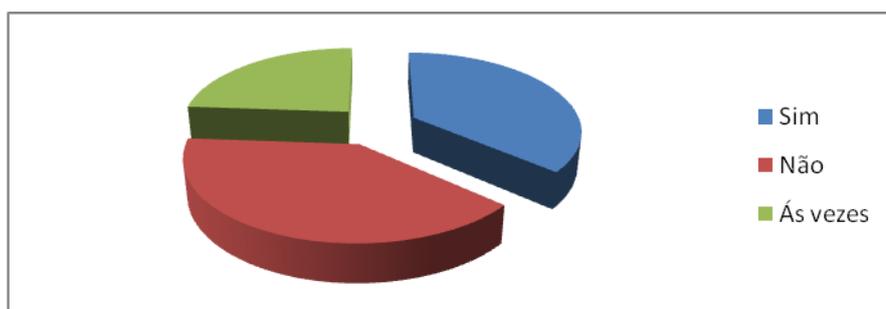
**5) Você acredita no que lê nestes jornais do Sindicato?**



Quanto ao item veracidade e confiabilidade no conteúdo do jornal *Sinttro Notícias*, as respostas legitimam as questões anteriores. 47% acreditam nas informações a que têm acesso, contra 27% que não acreditam e 26% são mais flexíveis, julgando que, às vezes, o conteúdo é

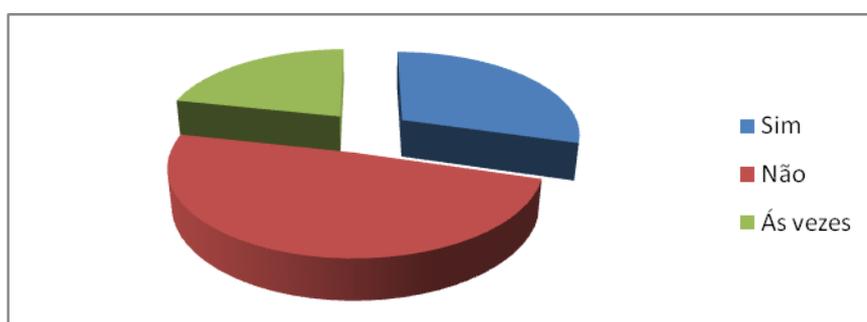
confiável. A estatística demonstra que apesar das brigas políticas no interior da categoria, o trabalho do Sindicato ainda é respaldado pela maior fração dos respondentes.

**6) Você acredita que os trabalhadores de sua categoria são tratados pelas matérias no jornal do seu sindicato da mesma maneira, com o mesmo perfil como pessoa dentro da sociedade?**



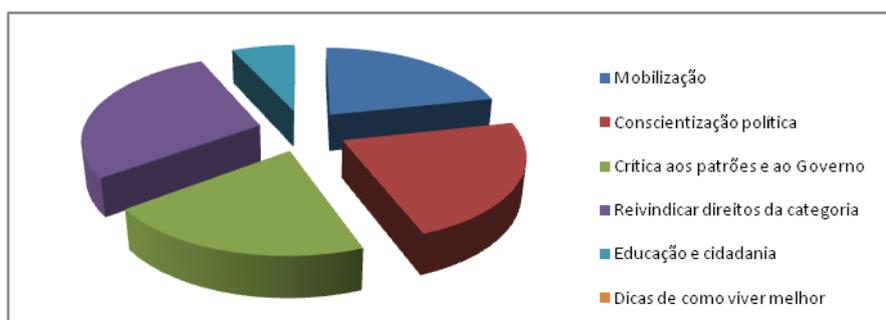
Sobre a noção que os (as) funcionários (as) têm dos perfis diferenciados, o resultado mostra que 40% acreditam que o jornal não trata os (as) trabalhadores (as) como o mesmo perfil, ou seja, eles (as) têm uma noção que são diferentes, independente da função em que atuam dentro do mercado de trabalho; 36% acreditam que as matérias tratam a categoria da mesma forma, sem diferenciação entre os indivíduos, e 24% acham que às vezes, mostrando dúvida. Mas é interessante observar que este segmento já tem uma visão embrionária da pluralidade identitária no mundo contemporâneo.

**7) Você acha que o jornal consegue atingir da mesma maneira você e seus companheiros, independente da função que atuam dentro do seu ambiente trabalho, em relação a sua vida e seus desafios no dia a dia?**



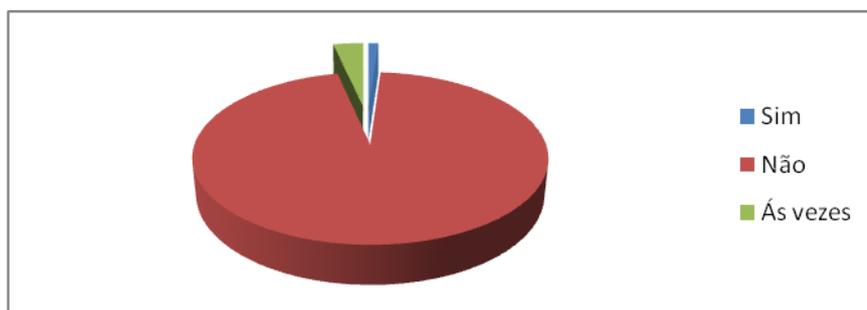
Sobre o impacto dos conteúdos do jornal no dia a dia da categoria, avaliando se os (as) entrevistados (as) acreditam que as informações atingem da mesma maneira todos os trabalhadores, 49% afirmaram que não atingem da mesma maneira, 30% acreditam que os conteúdos atingem todos os (as) trabalhadores (as) independente do trabalho que realizam e 22% optaram pela dúvida, às vezes atingem, às vezes não conseguem este objetivo. É interessante observar que mesmo a categoria tendo como característica básica a função homogênea, pois a maioria é formada por motoristas e cobradores de coletivos, eles não acreditam que as informações veiculadas têm o mesmo impacto para todos, que cada qual assimila o que leu de uma forma diferenciada.

#### 8) Qual a função dos jornais de Sindicato?



Para os (as) entrevistados as, a função do jornal do Sindicato é reivindicar os direitos da categoria com 28%, seguido de 23% que optaram pela importância da conscientização política, 22% seria para mobilização e 7% para educação e cidadania. Percebe-se através destes percentuais a ideia paternalista do sindicato em defesa dos interesses, mais do que a importância de conscientizar politicamente a categoria quanto aos seus direitos e formas de enfrentamento de suas demandas. As perguntas fechadas acabam por limitar outras opções de resposta, mas a noção de “defensor dos direitos dos (as) trabalhadores (as)” é muito arraigada na concepção de entidade sindical, excluindo questões como politização, ideia de coletivo, solidariedade, cidadania.

**9) Você participa da elaboração do jornal do seu sindicato, enviando sugestões e dicas de matérias?**



Em relação ao envolvimento dos (as) trabalhadores (as) na produção do jornal, os índices são expressivos: 95% dos entrevistados (as) afirmam que não participam, contra 3% que afirmaram que às vezes participam e apenas 1% que se envolve na elaboração do jornal. Os percentuais confirmam a discussão sobre a comunicação verticalizada realizada pelos sindicatos, que não dão voz às bases na discussão dos problemas da categoria. Mas, por outro lado, o demonstrado pela pesquisa é que os (as) próprios (as) trabalhadores (as) não buscam este envolvimento, tornando-se passivos em relação ao que acontece dentro da entidade, apenas aceitando ou rejeitando os trabalhos, projetos e ações desencadeadas pelos dirigentes sindicais.

**10) Em termos de conteúdo do jornal quais os assuntos seriam mais interessantes? Numere-os por ordem de importância**

Esta pergunta gerou 95 combinações diferentes de classificação, o que no impossibilita representar graficamente, nos moldes das perguntas anteriores, o resultado. No entanto, em termos de conteúdo que devem conter um jornal de Sindicato, em ordem de importância, os (as) trabalhadores (as) do setor de transporte coletivo fizeram as seguintes escolhas: carreira profissional e qualificação profissional (23 respondentes optaram como o principal conteúdo); direitos e deveres dos trabalhadores (25); salários e condições de trabalho (17), politização e conscientização da classe trabalhadora (17), denúncias e reivindicação em

relação à classe patronal (23), cidadania e participação popular (23), e, por último, centrais sindicais e bandeiras de luta. (49). Observa-se que o número de respondentes é variado de acordo com as combinações, não sendo indicado o maior ou menor número obtido de acordo com a importância, mas representando de uma forma geral a ordem classificatória resultante.

Diante do exposto, considera-se que os (as) trabalhadores (as) do setor se preocupam mais com uma ascensão profissional, daí a opção por conteúdos nos jornais sindicais que abrangessem mais carreira profissional e qualificação. E o fato de as centrais sindicais e bandeiras de luta registrarem o último lugar nesta classificação confirma a desmobilização e o descrédito político em relação a algumas bandeiras de luta da categoria, bem como uma crítica à burocratização dos processos de reivindicação em outras instâncias sindicais, como centrais, federações e confederações.

A questão aberta sobre a importância do jornal do Sindicato trouxe uma série de discursos que demonstram desconfiança de alguns em relação à entidade e ao papel desempenhado pelos seus dirigentes sindicais, mas, também um grau de confiança em relação à importância do trabalho deste sindicato na defesa dos direitos e no enfrentamento da classe patronal. Buscamos agrupá-las nas seguintes categorias para melhor entender as opiniões dos respondentes.

**a) Em relação à veracidade e à confiabilidade:**

“ Eu acredito que eles maqueiam a informação de acordo com os interesses deles” [1]

“ Acho que os sindicalistas tem o compromisso com a verdade no que se refere os assuntos de interesse da categoria, pois eles lutam pela gente” [37]

“ Apesar de saber que o jornal existe para nos ajudar, não acredito que seu trabalho seja voltado para isso, com certeza, existem interesses próprios” [62]

**b) Em relação a estímulos profissionais e integração da categoria:**

“É importante quando oferece assuntos sobre como melhorar a qualificação profissional, quando denuncia, fiscaliza as condições de trabalho da categoria, até mesmo dando dicas de como conviver melhor dentro do ambiente de trabalho” [3]

“Passar as informações da categoria e avançar em negociações com os patrões. Falar e esclarecer sobre direitos que temos” [32]

“Manter viva a ideia de coletividade, categoria” [33]

**c) Quanto à sua importância para os (as) trabalhadores (as):**

“Não vejo importância” [25]

“Informar, entreter e divulgar direitos” [11]

“É importante se defende nossos interesses e serve como porta-voz de nossas necessidades, infelizmente, isso nem sempre acontece.” [45]

“Nenhuma, as informações são sempre duvidosas, pois refletem o que quer os diretores do Sindicato e não os trabalhadores” [63]

“Perde sua importância na medida em que reforça um grupinho no poder não sendo democrático” [69]

**d) Quanto ao acesso à publicação e ao interesse:**

“ Não sou sindicalizada, porém já li algumas vezes este jornalzinho. Mas não é sempre que tenho acesso” . [51]

“ Não tenho acesso ao jornal sindical” [34]

“Deveriam ser mais interessantes as notícias, pois focam bastante em salário e brigas com os patrões” [72]

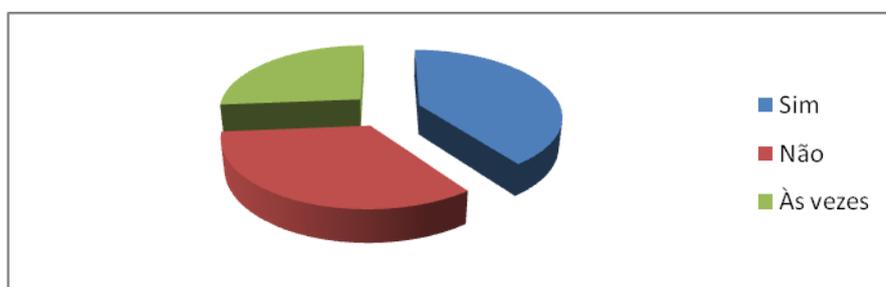
### 6.3 ANÁLISE DE RECEPÇÃO PELOS (AS) SERVIDORES(AS) EM RELAÇÃO AO *JORNAL DO SINSERPU*

Uma estratégia utilizada na distribuição dos questionários foi dividir os 100 questionários entre várias repartições públicas da Prefeitura e as autarquias, buscando uma amostragem diferenciada dos (as) servidores (as). O material foi, então, aplicado nas secretarias de Saúde, de Educação, Assistência Social, Obras e Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), nas quais se concentra um número significativo de funcionários da administração direta e indireta.

Como esperado, em muitas destas repartições o número de questionários enviado não era o mesmo em sua devolução, muitos se perdiam neste processo, revelando desinteresse dos servidores (as) pelo tema ou até mesmo resistência por desconfiarem do destino das respostas que seriam dadas, mesmo sem a identificação com nomes ou setores nas folhas de respostas.

Gráficos 8 – Análise de recepção *Jornal do Sinsperpu*

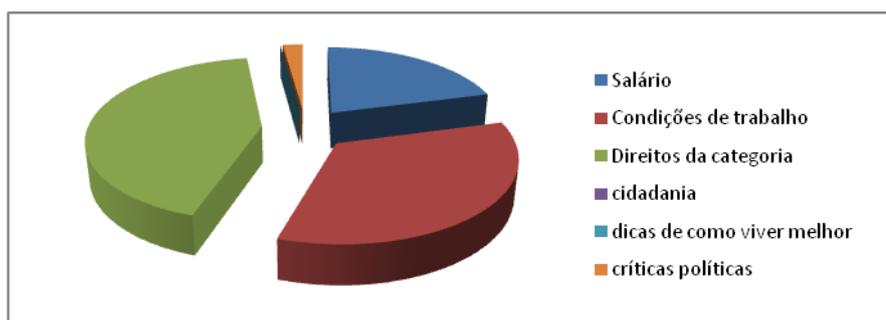
#### 1) Você se vê representado pelo jornal de seu Sindicato?



Na pergunta um, em relação ao se sentir representado pelo jornal do sindicato representativo, 40% afirmaram que sim, 34% que não e 26% consideraram que às vezes se sentiam representado nas páginas da publicação. Tais dados apontam quase um empate percentual entre os (as) entrevistados (as) que acreditam-se representados por este tipo de

publicação e os que não acreditam, demonstrando entre o segmento pesquisado uma dúvida quanto a este item que pode ser explicado pela pluralidade do perfil destes (as) trabalhadores (as), como já mencionado anteriormente. Esta heterogeneidade se faz presente também nestas questões.

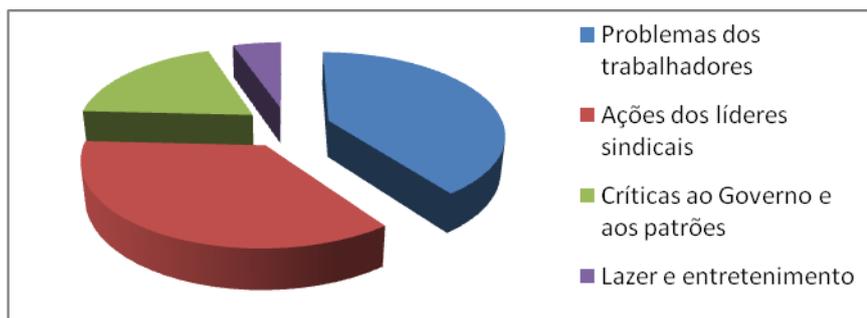
## 2) Quando você lê um jornal do seu Sindicato qual o tipo de matéria procura primeiro?



O tipo de matéria que o público leitor procura ao ter contato com este jornal foi 43% sobre direitos da categoria, seguido de 34% sobre condições de trabalho, 21% salários, 2% sobre críticas políticas e o item cidadania não pontuou. A expectativa com o tipo de informação veiculada no jornal *Sinserpu* revela-se uma preocupação mais sobre direitos dos(as) servidores(as) e condições de trabalho do que necessariamente o fator econômico e de segurança material, registrado como o terceiro item escolhido no panorama geral.

Isso induz à reflexão sobre a predominância do viés econômico nas manchetes, como detectado na análise de conteúdo, revelando que a temática não é o gancho que os (as) servidores (as) procuram neste primeiro contato com o jornal. No entanto, cabe a ressalva que, nas análises de conteúdo, o social aparece como principal elemento nas matérias. Diante deste paradoxo, se o *Jornal do Sinserpu* apelasse para suas matérias de capa das edições em manchetes sobre direitos e condições de trabalho, a atratividade se faria de forma mais efetiva.

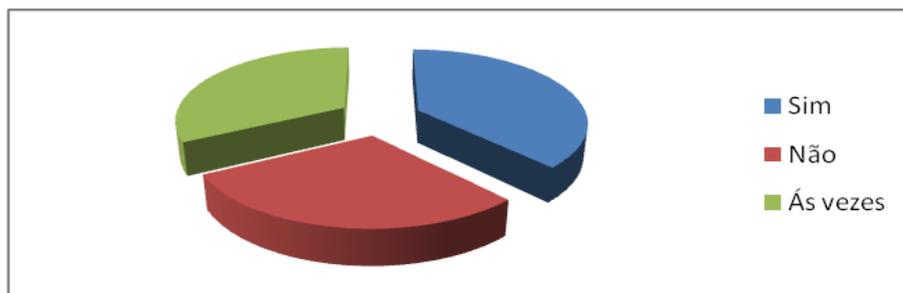
### 3) As matérias que você lê no jornal de seu sindicato abordam mais:



Em relação à análise que os próprios leitores fazem sobre o conteúdo predominantemente abordado por estas edições, os problemas enfrentados pelos trabalhadores aparecem com 40% das respostas, seguidos por 36% das ações dos líderes sindicais, 19% de críticas ao Governo e aos patrões e apenas 5% de matérias que tratam sobre lazer e entretenimento. Apesar de a maioria afirmar que os problemas dos (as) trabalhadores (as) são o foco de conteúdo destas matérias do *Jornal do Sinserpu*, um número significativo dos (as) entrevistados (as) fez uma crítica ao conteúdo que explora a apologia política de seus dirigentes sindicais, revelando que, na opinião destes (as) trabalhadores (as), a publicação serve mais para os interesses destes sindicalistas do que para a categoria.

Fica a ressalva também da ideia pré-concebida que muitos têm sobre o que é um jornal sindical e o que deve abordar, pelos formatos e padrões deste tipo de mídia a que sempre tiveram acesso, reforçando um estereótipo de que uma mídia desta natureza existe apenas para enfrentar a classe patronal e apontar problemas na relação capital/trabalho, defendendo a categoria. Então, neste pressuposto, muitas respostas parecem adaptar-se a essas expectativas prévias sobre o que deveriam discutir os jornais.

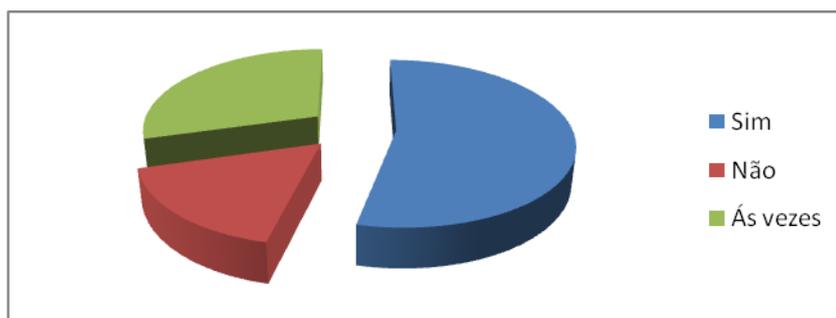
### 4) As informações que você tem acesso pelo jornal do seu Sindicato você discute com seus companheiros no trabalho e causam reflexão sobre determinados temas?



A questão da mediação citada no corpus teórico deste trabalho busca nestas respostas o que os (as) servidores (as) fazem com o conteúdo das matérias que leem, a partir do momento que tenta diagnosticar se as informações obtidas nas edições são alvos de debate com os companheiros de trabalho e levam a reflexões sobre as abordagens apontadas nas matérias. 38% dos entrevistados afirmam que as matérias acabam sendo temas de debates entre os companheiros; já 33% demonstram que nem sempre o conteúdo é interessante ao ponto de discutir com outros (as) funcionários(as) com quem convivem; e 29% revelam desinteresse no conteúdo, na medida em que as informações não são geradoras de análise e nem de troca de opiniões com seus companheiros.

Percebem-se cinco dígitos percentuais que separam os (as) servidores (as) que acreditam no impacto das matérias no cotidiano dos que opinaram não ser tão relevante o conteúdo para a prática de suas funções e suas experiências, demonstrando um equilíbrio deste cenário da utilização das informações na prática funcional deste segmento.

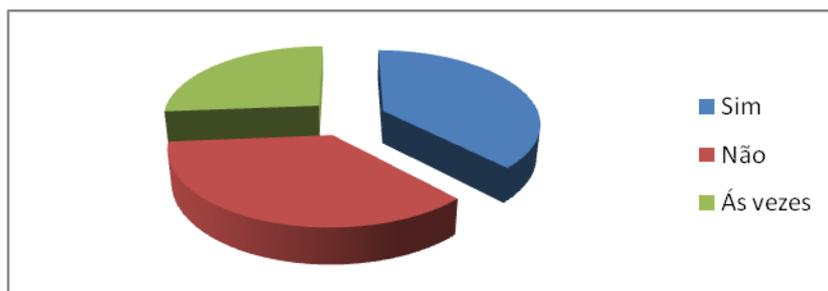
##### 5) Você acredita no que lê nestes jornais do Sindicato?



Quanto à veracidade e credibilidade das matérias publicadas, 54% apontam que acreditam nas informações veiculadas, contra 17% que não acreditam e 29% demonstram que

nem sempre acham confiáveis. Tais dados revelam uma confiança da maioria dos (as) trabalhadores (as) em relação ao Sinserpu, o que traduz um aval político para a forma como vem sendo conduzida a administração do Sindicato dos Servidores.

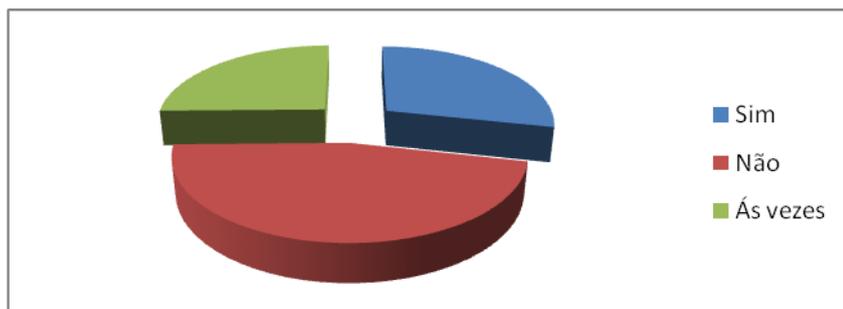
**6) Você acredita que os trabalhadores de sua categoria são tratados pelas matérias no jornal do seu sindicato da mesma maneira, com o mesmo perfil como pessoa dentro da sociedade?**



A sexta pergunta do questionário causou certa dúvida nos (as) entrevistados (as), na medida em que muitos não compreenderam a discussão sobre o perfil multidentitário que buscávamos diagnosticar dentro da categoria – o que, em si, já é sinal de que uma discussão relevante não vem sendo devidamente travada, por exemplo, pelos próprios sindicatos.

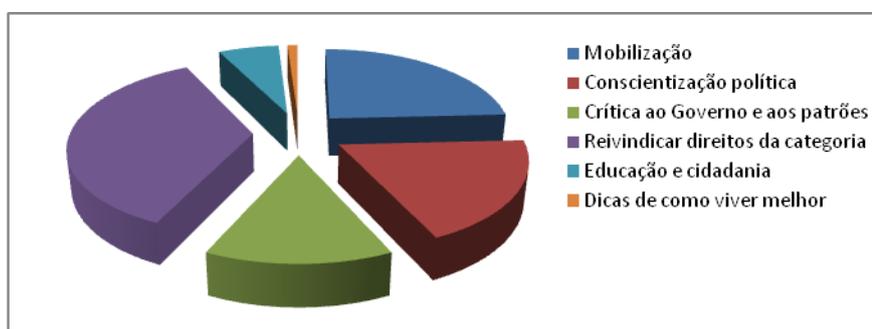
No entanto, demonstraram que existe uma pequena oscilação nesta percepção identitária dos (as) trabalhadores (as) que veem diferença de identidade entre os diversos segmentos que compõem o quadro de servidores, pelos índices percentuais quase similares apontados. 38% acreditam que existe uma diferenciação dos servidores (as) no tratamento das matérias, enquanto 36% acreditam que não existe esta distinção e 26%, acham que às vezes, dependendo das matérias e enfoques abordados.

**7) Você acha que o jornal consegue atingir da mesma maneira você e seus companheiros, independente da função que atuam dentro do seu ambiente trabalho, em relação a sua vida e seus desafios no dia a dia?**



A sétima pergunta é um complemento da anterior, questionando se os (as) entrevistados (as) acreditam que o *Jornal do Sinserpu* consegue atingir a todos os servidores (as) da mesma maneira, reforçando a discussão sobre as identidades diversas que compõem o quadro de servidores (as) públicos. 46% dos (as) entrevistados (as) acreditam que não conseguem atingir da mesma maneira, 28% apontam que atingem da mesma maneira e 25% acreditam que, às vezes, o jornal consegue atingir a todos. Cabe a reflexão de que são os próprios (as) servidores (as) que acham que o jornal não consegue ter espaço para todos, mas que privilegia determinados segmentos em detrimentos de outros.

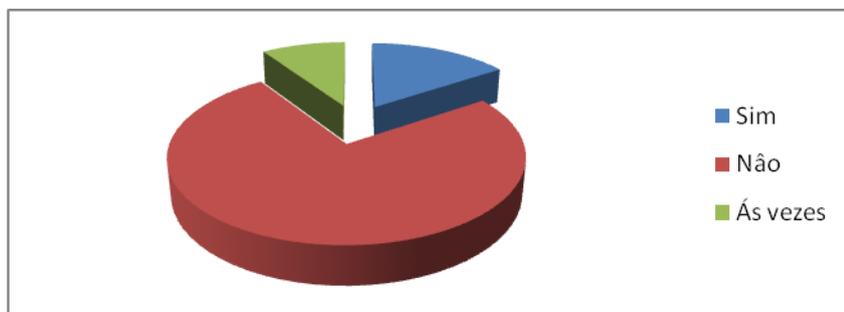
### 8) Qual a função dos jornais de Sindicato?



Na opinião dos (as) trabalhadores (as) a função dos jornais do Sindicato é, primeiramente, a de reivindicar os direitos da categoria (36%), seguido de 24% para mobilização, 19% para conscientização política, 14% para criticar Governo e patrões, 6% para discutir educação e cidadania e 1% para dar dicas de como viver melhor. Os dados estatísticos revelam que a ideia que os (as) servidores (as) têm de um jornal de sindicato é o apelo aos

direitos deles enquanto trabalhadores (as), confirmando a discussão sobre que tipo de matéria este segmento procura nas páginas destas publicações.

**9) Você participa da elaboração do jornal do seu sindicato, enviando sugestões e dicas de matérias?**



A participação ou não destes (as) servidores (as) na produção deste material jornalístico confirma a hipótese de uma comunicação vertical e não dialógica, uma vez que 75% afirmam que não se envolvem na elaboração do jornal de seu Sindicato contra 16% que opinaram que participam e 9%, às vezes. O fato de não se auto-perceberem nas páginas deste tipo de publicação reflete a dificuldade de aproximação com a estrutura sindical, não permitindo que eles (as) possam opinar, debater e oferecer discussões para melhorar o relacionamento entre as partes.

**10) Em termos de conteúdo do jornal quais os assuntos seriam mais interessantes?**

**Numere-os por ordem de importância**

Também como na análise do *Sinttro Notícias*, esta pergunta gerou combinações diferentes, o que impossibilita a apresentação gráfica, nos moldes das anteriores, do resultado. Na questão em que os (as) servidores optam por ordenar a importância das temáticas que deveriam conter um jornal sindical, as respostas foram, por ordem: salários e condições de trabalho (38 respondentes), direitos e deveres dos trabalhadores (29); carreira profissional e

qualificação profissional (19), politização e conscientização da classe trabalhadora (15), enquanto segmento social; cidadania e participação popular (16), denúncias e reivindicações em relação à classe patronal (16) e, por último, centrais sindicais e bandeiras de luta (52).

Confirma-se que salários, condições de trabalho, direitos e deveres dos trabalhadores se repetem como focos destas publicações na opinião do público leitor, seja pelo pressuposto da visão estereotipada deste tipo de publicação sobre o conteúdo que deve levar aos (as) trabalhadores (as), seja pela necessidade que estes têm de buscar nestes jornais este tipo de informação.

Um paradoxo que podemos apontar é que quando, propositalmente, se faz uma junção entre o viés econômico e social em uma resposta, unindo salário e condições de trabalho, estes itens lideram na opinião dos entrevistados como fatores mais importantes a serem discutidos por um jornal de sindicato. Na pergunta número 02, quando avaliado que tipo de matéria, os servidores (as) procuram no primeiro contato com o jornal, a maioria responde que são assuntos sobre direitos da categoria, mas quando questionadas sobre o tema mais importante que deve conter um jornal sindical, os salários e condições de trabalho aparecem como destaque.

Estes dados do questionário, de uma forma geral, conduzem à percepção de que o público leitor deste jornal não tem uma ideia clara do papel social e político que um jornal impresso sindical poderia ter junto à categoria, bem como muitos evidenciam não compreender as abordagens dos discursos deste tipo de publicação. Tais inferências são possíveis com base nas respostas da pergunta aberta: quando questionados (as) sobre a importância do jornal sindical, aparecem sinais de desconfiança em relação aos dirigentes sindicais, sinais de desmobilização política e predomínio de uma visão que não vislumbra o jornal sindical como potencial ferramenta política de conscientização para que ocorram mobilizações. Percebe-se uma visão paternalista dos sindicatos, como aqueles que defendem e

protegem a classe trabalhadora, sem que seja necessário o envolvimento das bases neste processo. Buscamos, como na análise de recepção anterior, do *Sinttro Notícias*, agrupar as declarações da pergunta aberta sobre qual a importância do jornal do sindicato nos seguintes tópicos:

**a) Em relação à veracidade e à confiabilidade:**

“É importante se for um jornal verdadeiro e que diga a verdade para os trabalhadores, não um jornal de sindicato pelego” [01]

“Acredito que, na maioria das vezes, as notícias são parciais, divulgando, o posicionamento da diretoria, muitas vezes tendencioso”. [37]

“Este jornal só puxa o saco do prefeito, não atendendo aos anseios dos sindicalizados”. [50]

**b) Em relação a estímulos profissionais e integração da categoria:**

“Atualizar os profissionais sobre as conquistas e desafios da profissão” [18]

“Manter a união da categoria e trocar informações importantes, alertando sobre o abuso dos patrões.” [33]

“Buscar levar a categoria a uma participação mais ativa e consciente, fornecendo subsídios para a atuação profissional” [49]

**c) Quanto à sua importância para os (as) trabalhadores (as):**

“É importante para esclarecer os trabalhadores de seus direitos e ajudar na mobilização da categoria” [02]

“ O jornal é uma forma que o sindicato em para fazer chegar aos trabalhadores as informações importantes” [25]

“Tornar o trabalhador mais político” [07]

**d) Quanto ao acesso à publicação e interesse:**

“Acredito que, na maioria das vezes, as notícias são parciais, veiculando o posicionamento da diretoria muitas vezes tendenciosa. Por isso, não faço questão de ler este tipo de jornal, não tenho interesse” [37]

“Por não ter acesso ao jornal que representa meu sindicato, não tem como opinar” [48]

## 7 CONCLUSÃO

Em um período marcado por tantas transformações em todos os setores da sociedade e de intensificação da complexidade identitária de todos os sujeitos individuais e coletivos (inclusive a classe trabalhadora), repensar as práticas da mídia impressa sindical e os discursos que por ela reverberam evidencia-se como uma reflexão necessária.

A potencialização dos efeitos das chamadas pequenas mídias ou mídias nanicas é um desafio para todos aqueles que desejam uma sociedade mais igualitária, à medida em que ocorre um embate constante entre estes e os conteúdos dos grandes conglomerados massivos, que induzem a padrões de comportamento e de cultura marcados por uma visão acrítica do atual estágio do capitalismo global.

Oferecer alternativas de resistência e novas leituras da realidade em que vivemos é um dever cidadão para aqueles que ainda pleiteiam uma sociedade mais justa, solidária e democrática. Muniz Sodré (2005) diz que a mídia se tornou o principal território de luta neste século. A mídia sindical pode e deve ser um importante território a ser explorado nessa batalha, já que poderia alavancar uma reelaboração discursiva sobre as naturezas do trabalho e do (a) trabalhador (a) e, em grande medida, oferecer uma reflexão crítica sobre as mutações que se apresentam, de forma veloz, em nossa sociedade.

Dado que as entidades sindicais já sofrem o impacto de uma economia globalizante com regras severas na estrutura produtiva, cabem mecanismos de resistência para que estes efeitos não sejam tão nefastos e perniciosos na vida dos homens e mulheres trabalhadores (as) em todo o mundo e, conseqüentemente, no sentido que criam para suas vidas, suas demandas, seus sonhos e suas formas de organização e cooperação social.

Algumas iniciativas vêm dando uma resposta a este cenário globalizante, como fóruns internacionais de trabalhadores (as) que já começam a surtir efeitos e, até mesmo, greves

internacionais unindo trabalhadores (as) que atuam em multinacionais, em diversos países, mas é fundamental uma reflexão sobre os pilares de conscientização e de politização da classe trabalhadora, que permita a ela transitar entre territórios do mundo do trabalho e da sua própria construção identitária com mais desenvoltura.

Para isto a imprensa sindical deve ser uma ferramenta fundamental de construção de discursos pautados por outras leituras da realidade. Mas, para que isso ocorra, é preciso antes que os veículos sindicais cumpram sua tarefa de falar efetivamente aos (às) trabalhadores (as). E, para fazê-lo, é necessário de antemão ser capaz de aprofundar os mecanismos de identificação com as bases. Boa imprensa sindical pode colaborar no sentido de aproximar trabalhadores (as) e suas instituições representativas. A questão é: ela o vem fazendo de modo suficiente?

Buscou-se ao longo deste texto refletir sobre estas transformações sociais do mundo contemporâneo e o impacto das mesmas na construção identitária dos (das) trabalhadores (as) e como se dá a relação desse processo com a mídia sindical, revelando algumas lacunas que exigem reflexões mais aprofundadas. Sua potencialidade como uma comunicação alternativa e popular só alcançará plenitude quando começarem a, sistematicamente, serem apontados questionamentos sobre os reais efeitos junto aos seus públicos-alvos.

Se a comunicação sindical, por excessivo respeito acrítico às formas tradicionais apenas porque são tradicionais, não se aproximar de seus receptores, corre-se o risco de se corroer ainda mais o grau de representatividade dos sindicatos. Para evitar isso, é indispensável que se garanta, na produção narrativa desta imprensa, discursos capazes de levar os trabalhadores à auto- percepção: é preciso que as bases se reconheçam (e as suas vidas, a sua realidade, os seus problemas) nas matérias, artigos, charges, enquetes e tantos outros gêneros jornalísticos que podem ser utilizados.

Nesta perspectiva, uma imprensa sindical que deixa de refletir sobre as inúmeras mutações do mundo do trabalho contemporâneo (com seus respectivos efeitos sociais, políticos e econômicos, dos quais a complexidade identitária do sujeito é uma das principais características), presta um duplo desserviço: não fala da realidade objetiva dos (as) trabalhadores (as) – e perde a chance de fazer um discurso contra-hegemônico – e não fala sequer sobre os (as) próprios (as) trabalhadores (as) como eles (as) mesmos (as) se vêem: a representação simplista destes sujeitos feita impede o auto-reconhecimento, a identificação e, por lógica, a capacidade de adesão.

Na análise de conteúdo das publicações analisadas, alguns desses problemas foram detectados. É óbvio que a análise de apenas dois jornais sindicais de Juiz de Fora não legitima nenhuma universalização do fenômeno, mas buscou-se apontar, em nível local, peculiaridades que dialogam com observações feitas em outros estudos, relacionados a outras realidades.

Alguns padrões aqui apontados convergem a evidências mais gerais sobre problemas da imprensa sindical: predominância do viés econômico; canais mais focados nas ações e projetos dos líderes sindicais; por vezes, reprodução dos modelos dos meios massivos, noutros momentos repetição de clichês típicos de fases anteriores do sindicalismo. Especificamente quanto à questão do trabalho – a representação do (a) trabalhador (a) numa era de complexificação identitária -, os jornais praticamente não abordaram questões explicativas da conjuntura atual do mundo do trabalho e, menos ainda, demonstraram visões mais multifacetadas sobre os (as) trabalhadores (as).

Na análise de conteúdo dos dois jornais analisados percebemos estratégias discursivas das entidades sindicais de acordo com os seus públicos-alvos, mas ambas convergindo para o predomínio do foco das publicações na segurança material. As manchetes dos dois jornais analisados direcionaram-se para a dimensão econômica como chamariz das edições, sendo reforçada esta temática nas matérias, mesmo quando se usava o subterfúgio da utilização do

cunho social ou político para conduzir a discussão (que, no entanto, sempre aproximava-se das questões de lutas por melhores salários e reajustes, ou seja, a segurança material).

Na categorização de palavras plenas, que permitiram inferir sobre sentidos e significados ocultos no texto, diagnosticou-se um número excessivo de aparições dos nomes dos presidentes dos sindicatos como principais fontes das matérias, confirmando a hipótese de que estas publicações, muitas vezes, se tornam vitrine política – além de reproduzirem os modelos massivos de comunicação, representando diretamente o interesse de um segmento na manutenção do poder e do status quo, ou seja, uma comunicação cada vez mais verticalizada e não dialógica.

Disso decorre que os valores difundidos nestas mídias confirmam o direcionamento do foco para a questão de segurança material, no qual o enfoque dado ao quesito fisiológico aparece com destaque (assuntos como alimentação, segurança, conforto, repouso, dentre outros). Neste cenário, o papel da mídia sindical na conscientização e formação política da classe trabalhadora, no sentido de fazê-la refletir sobre a sua identidade e as problemáticas enfrentadas na contemporaneidade, não se faz presente, deixando uma significativa lacuna.

Na análise de recepção, percebeu-se um distanciamento muito significativo dos (das) trabalhadores em relação às suas entidades representativas, como se evidencia pelos exemplos de frases dos entrevistados: muitos chegaram a afirmar que desconheciam totalmente as publicações de seus sindicatos, outros não as liam e nem se interessavam. Ao mesmo tempo, indicou-se o paradoxo de estes (as) trabalhadores (as) terem uma ideia pré-concebida e, em certo sentido, simplista, sobre o que seria a função de um jornal sindical.

Trata-se de profecia auto-realizável: quanto mais se faz um determinado tipo de jornalismo sindical (muitas vezes pouco aberto a modelos que ultrapassem as meras discussões sobre salário e segurança material), mais os (as) próprios (as) trabalhadores (as) se acostumam a um formato e esperam sempre que aquele padrão e aquele conteúdo se

reproduzam. Poucos se questionam se são efetivos mecanismos de comunicação da classe trabalhadora, sua importância e como poderia ser diferente.

Contudo, se nas respostas sobre a função da imprensa sindical emergem respostas a repetirem o que ela já faz, em outras questões aparecem indicativos de que, para a mudança desse quadro, seria imprescindível, na elaboração deste tipo de jornal, que se produzisse uma comunicação mais dialógica. Se obviamente o aspecto econômico (como salários, adicionais e outras questões) são importantes como matérias, igualmente o são discussões sobre condições de trabalho, qualificação profissional e temáticas as mais variadas, não necessariamente relacionadas apenas à realidade laboral.

O (a) trabalhador (a) não é somente trabalhador (a): é um (a) cidadão (ã) com demandas e interesses complexos que muitas vezes são negligenciados pela imprensa sindical. A não incorporação dessa multiplicidade identitária pode constituir-se numa relevante variável para explicar o atual quadro de desmobilização e desinteresse – sobretudo quando um tipo de informativo que serve apenas para discutir salário e revelar índices de reajustes e de adicionais é produzido sem o envolvimento, sem o debate e sem a participação destes (as) trabalhadores (as).

Como diz o poeta Arnaldo Antunes (1987) a “gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”. Foram justamente estes dois últimos tópicos que ficaram ausentes da produção dos periódicos analisados: os jornais impressos sindicais, que poderiam preencher outras lacunas dos inúmeros universos em que se vive, silenciaram sobre isso.

Uma política de comunicação que oferecesse denominadores comuns para um planejamento mais elaborado dos objetivos e metas a serem cumpridos pelos sindicatos dos trabalhadores também é inexistente, quando muito relegada a um segundo plano. Utiliza-se, nestas entidades, a comunicação como um mecanismo de improviso no trato das questões

trabalhistas, sem esquecer que o próprio conceito de comunicação, de tornar comum, de interagir, de permitir o diálogo, não se faz com o improviso e com resultados a curto prazo.

É preciso, ao contrário, colocar a comunicação como o cerne para quaisquer estratégias de mobilização, de conscientização, de transformação comportamental e cultural da classe trabalhadora frente aos constantes desafios que ora se apresentam no mundo contemporâneo. Enquanto os sindicatos laborais tiverem uma concepção simplista do processo comunicacional, sem resguardar recursos financeiros para este departamento, as ações comunicacionais, como a sua imprensa sindical, não serão potencializadas e nem aprimoradas.

A potencialização destas publicações impressas passa pelo reconhecimento que é necessário adaptar as mudanças que se apresentam na contemporaneidade, pois senão continuarão perdendo em atratividade e, conseqüentemente, não permitindo a mobilização e nem a conscientização política da classe trabalhadora, pois os discursos empreendidos continuaram sendo incapazes de lidar com a efetiva realidade dos (as) trabalhadores (as) – noutras palavras, eles não se auto-percebem nas páginas destes jornais.

Em um mundo marcado pela complexidade multidentitária, no qual o (a) trabalhador (a) negocia suas identidades de acordo com os inúmeros ambientes em que se desloca no seu dia a dia e as inúmeras instituições e grupos sociais a que pertence, a sua identidade como trabalhador (a) se mescla entre dezenas de outras, as quais permitem desempenhar como agentes sociais os mais diversos papéis. É neste cenário que a mídia sindical tem que buscar mecanismos para que estes homens e mulheres trabalhadores resgatem seus laços de pertencimento às suas entidades representativas – o que não será com a simples repetição de fórmulas.

Toda a reflexão sobre problemas e falhas demonstra que é possível imaginar um caminho a percorrer e que é só atravessando este trajeto que novos territórios serão

conquistados pelos bilhões de homens e mulheres trabalhadores (as), através de suas entidades representativas. A imprensa sindical tem um papel fundamental nisso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Arnaldo; BRITTO, Cedeu; FROMER, Marcelo. Comida. Intérprete: Titãs. In: TITÃS. **Jesus não tem dentes no país dos banguelas**. Manaus: WEA, 1987. 1CD. Faixa 2.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho** – 10ª edição, São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>> Acesso em: 10 março 2010.

BARBERO, Jésus Martín. **Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

\_\_\_\_\_; REY, German. **Os exercícios do ver** - Hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Senac, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. 1.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman; tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BERGER, Peter L & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 27 ed.; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 2007

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação?** 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão - Seguido de A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos** (tradução de Maria Lúcia Machado). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CARDOSO, Adalberto Moreira. “**A filiação sindical no Brasil**”. Dados - Revista de Ciências Sociais. Vol.44, Nº 01, 2001.

CARTER, Rita. **Multiplicidade – a nova ciência da personalidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

COSTA, Antônio Firmino da. **Identidades culturais urbanas em época de globalização**. In: RBCS, Vol. 17, nº 48, fevereiro/2002.

CRUBELLATE, João M.; VASCONCELOS, Isabella F. G. de. A (Des) Construção Social da Identidade: Mudanças no Trabalho e suas Implicações para a Identidade do “Trabalhador Reflexivo”, 2003. Disponível em: <[http://www.fgvsp.br/iberoamerican//Papers/0347\\_Desconstrucao %20da% 20identidade%20-%20IBERO2003.pdf](http://www.fgvsp.br/iberoamerican//Papers/0347_Desconstrucao%20da%20identidade%20-%20IBERO2003.pdf)>. Acesso em: 03 maio 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política?**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DANTAS, José Guibson. **Pelos caminhos das mediações: a contribuição de Jesús Martín-Barbero para os estudos de recepção midiática**. Cambiassu – Ed. Eletrônica- Revista científica do Departamento de Comunicação Social da UFMA Jan/Dez. de 2009. São Luiz: 2009. Disponível em: <[www.cambiassu.ufma.br/cambi\\_2009/dantas.pdf](http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2009/dantas.pdf)> Acesso em: outubro/2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1992.

DORNELLES, Geni de Sales. **Metagestão: a arte do diálogo nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2006

ESTEVES, João Pissarra. **Os media e a questão da identidade**. Universidade Nova de Lisboa, 1999. Disponível em: <[www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt)>. Acesso em: 15 de maio de 2008.

FERNANDES, Geralda (org). **Cadernos Carlos Taylor: 50 anos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil**. Brasília: CSPB, 2009

FERREIRA, Maria Nazareth (org). **O Impasse da Comunicação Sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens**. São Paulo: Cebela, 1995.

\_\_\_\_\_, **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; CAMPOS, Emerson César de. **Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas)**. UFSC / UDESC. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, junho de 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber** - Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves – 6ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GERALDO, Sebastião. A Globalização da economia e a comunicação sindical. In: FERREIRA, Maria Nazareth (org). **O Impasse da Comunicação Sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens**. São Paulo: Cebela, 1995.

GOLFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2007

GUESSER, Adalto H. **A etnometodologia e a análise da conversação e da fala**. Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 1, nº 01, agosto-dezembro/2003. Disponível em < [http://www.emtese.ufsc.br/h\\_Adalto.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/h_Adalto.pdf) > Acesso em: abril de 2010.

HALL, Stuart. **A Identidade na pós-modernidade**. Tradução Tomaz da Silva – 4ª Ed. Rio de Janeiro: DP&, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 8ª edição. São Paulo: Loyola, 1999

JACKS, Nilda. **Tendências latino-americanas nos estudos da recepção**. In: XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Piracicaba- SP: Intercom, 1994. Disponível em: <[revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/.../article/.../2946](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/.../article/.../2946)> Acesso em: outubro de 2010.

JAMENSON, Fredric. **A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

JUNIOR, Armando Boito. **Classe média e sindicalismo**. Coleção Primeira Versão, Campinas, v. 123, p. 1-40, 2004. Disponível em: [http://www.uesb.br/politeia/v4/artigo\\_07.pdf](http://www.uesb.br/politeia/v4/artigo_07.pdf). Acesso em: março de 2010

KUCINSKI, Bernardo. **Mídia da exclusão**. In: XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1995, Aracaju-SE. Resumos. São Paulo-SP: Intercom, 1995.

LEAL, Paulo R. F; DINIZ, Vinícius W. B. **Barack Obama e a representação de identidades híbridas na mídia**. Estudos em Comunicação nº6. Portugal: 2009. Disponível em < <http://www.ec.ubi.pt/ec/06/pdf/EC06-2009.pdf> > Acesso em: novembro de 2010.

LUNA, Sergio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa – uma introdução: elementos para uma análise metodológica**. São Paulo: EDUC, 2000.

MACHADO, Hilka Vier; KOPITTKE, Bruno. **A Identidade no Contexto Organizacional: Perspectivas Múltiplas de Estudo**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002, Recife. Anais... Recife: Observatório da Realidade Organizacional: PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002. 1 CD.

\_\_\_\_\_. **Identidade Organizacional: Um Estudo De Caso No Contexto Da Cultura Brasileira**. Rae-Eletrônica, V. 4, N. 1, Art. 12, Jan./Jul. 2005. In: Fórum - Gestão No Brasil: Enfocando Processos E Relacionamentos Identidade Organizacional: Um Estudo De Caso No Contexto Da Cultura Brasileira.

MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARTINO, Luiz C.; BOAVENTURA, Katrine T. **Estudos culturais latino-americanos: convergências, divergências e críticas**. In: Intexto. Porto Alegre/RS: 2010. Disponível em: <[seer.ufrgs.br/intexto/article/view/12802](http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/12802)>. Acesso em: outubro/2010

MASSIMILIANO, Cannata; PANZARANI, Roberto. **A viagem das ideias: como abrir caminhos para uma governança inovadora**. São Paulo: Gente, 2006.

MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

MOMESSO, Luiz. Implicações da profissionalização na comunicação sindical. In: FERREIRA, Maria Nazareth (org). **O Impasse da Comunicação Sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens**. São Paulo: Cebela, 1995.

OLIVEIRA, Dennis. A classe operária como minoria: análise do discurso do Sindicato dos Químicos de Guarulhos. In: FERREIRA, Maria Nazareth (org). **O Impasse da Comunicação Sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens**. São Paulo: Cebela, 1995.

OLIVEIRA, Denize Cristina. **Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização.** Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro: 2008 out/dez. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf>. Acesso em: setembro de 2010.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org). **Comunicação e cultura das minorias.** São Paulo: Paulus, 2005.

PERUZZO, Cécilia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares- a participação na construção da cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_, **Vozes Cidadãs: Aspectos teóricos e Análises de experiências de Comunicação Popular e Sindical na América Latina.** São Paulo: Angellara, 2004.

\_\_\_\_\_, **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania.** In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). Comunicação Pública. Campinas, Alínea, 2004.

**PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS: perfil dos municípios brasileiros – IBGE,** Rio de Janeiro: 2009.

PINHEIRO, Marta de Araújo. Comunicação, consumo e produção de si. In: COUTINHO, Iluska; SILVEIRA JUNIOR, Potiguara Mendes da (org.) **Comunicação: tecnologia e identidade.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PINTO, Ivan. Cannes. **Comunicação como fator estratégico da empresa.** Revista da ESPM, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, p. 72-77, set/out. 2006.

POCHMANN, Márcio. “Os desafios do Sindicalismo Brasileiro nesse final de século”. **Revista de Sociologia e Política,** nº 10-11, pp 139-152, 1998.

\_\_\_\_\_, **SINDEEPRES 15 ANOS – A sindicalização no emprego formal terceirizado no Estado de São Paulo.** São Paulo: SINDEEPRESS, 2007.

PORTO, Mauro P. **A pesquisa sobre a recepção e os efeitos da mídia – propondo um enfoque integrado.** In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG : Intercom, 2003. Disponível em: <[www.tulane.edu/~mporto/intercom2003.pdf](http://www.tulane.edu/~mporto/intercom2003.pdf)>. Acesso em: outubro de 2010

RAMOS, Murilo César Ramos. **Comunicação, direitos sociais e políticas públicas.** In: MELO, J. M.; SATHLER, L. (Org.). Direitos à comunicação na sociedade da informação. São Bernardo do Campo, SP: Editora Metodista. 2005.

SANTIAGO, Claudia, GIANNOTTI, Vito. **Comunicação Sindical – a arte de falar para milhões.** Petrópolis: Vozes, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e Diferença - A perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis:Vozes, 2005.

SILVERINHA, Maria João. Democracia e reconhecimento: repensar o espaço público. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SOUZA, Maria Aparecida A. A. O servidor público na construção do poder social. In: FERNANDES, Geralda (org). **Cadernos Carlos Taylor: 50 anos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil**. Brasília: CSPB, 2009

THOMPSON, E. **A miséria da teoria – ou um planetário de erros**. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **O ativista midiático da rede folkcomunicacional**. *Revista Eletrônica Temática*, 2005. Disponível em <<http://www.insite.pro.br/.../54-O%20ativista%20midiático%20da%20rede%20folkcomunicacional.pdf>> Acesso em: maio de 2010.

VIEIRA, Toni André Scharlau. O descompasso entre o discurso sindical e o trabalho de base é uma questão de comunicação. In: PERUZZO, Cícilia. **Vozes Cidadãs: Aspectos teóricos e Análises de experiências de Comunicação Popular e Sindical na América Latina**. São Paulo: Angellara, 2004.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In SILVA, Tomás Tadeu (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

## APÊNDICE

Entrevista com o presidente e vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo Urbano, Intermunicipal, Interestadual, Fretamento e Turismo de Juiz de Fora  
Nomes: José Pedro Franco Ribeiro (Presidente), Paulo Sergio Avezani (Vice-presidente)

### **P: Quando foi fundado o Sinttro?**

J.P: O Sinttro surgiu de uma Associação dos Trabalhadores Rodoviários no ano de 1996, fruto de um raxa do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários por disputa política de dois grupos pelo poder. Aliás, esta sempre foi uma realidade que convivemos, que resultaram em várias intervenções judiciais das sedes e até aparato policial devido aos desentendimentos que acabaram muitas vezes em violência física entre os grupos, como invasão à força de sede. Até hoje, os processos entre as facções acumulam-se na Justiça criminal e do trabalho. Devido a estas brigas constantes, foi criada a Associação dos Trabalhadores Rodoviários de Juiz de Fora, a qual eu encabeçava. Esta entidade juntou os membros descontentes com a então diretoria do Sindicato dos Rodoviários por denúncias de desvio de verbas, lapidação de patrimônio, dentre outros, frutos de processos de investigação que se arrastam até hoje. A Associação conseguiu trazer para seu quadro de associados cerca de 40 trabalhadores no ano de 1996, que estavam criticando e pedindo a saída dos dirigentes do Sindicato dos Rodoviários, que atuavam de forma mais política e interna do que de defesa de reivindicações nas relações de trabalho com as empresas de transporte coletivo do município. Eu só sei que nosso trabalho foi agradando a categoria, e em três meses, o número de filiados já passava de 300 trabalhadores. Por lei, a Associação não tinha o direito de representar legalmente, mas conseguimos atrair os trabalhadores por oferecer a eles e seus dependentes dentistas, clubes de recreação, Telecurso 2º grau, convênios médicos e laboratoriais. Com isso, conseguimos proposto pelos seus diretores um desmembramento do Sindicato dos Rodoviários em dois: o Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Juiz de Fora ficaria responsável pelos motoristas que atuassem em empresas de transporte de cargas, enquanto o novo Sindicato que surgia seria representante dos trabalhadores em transporte coletivo de passageiros.

### **P: Como foi feita esta divisão?**

P.A: Por conhecermos bem a categoria e termos uma relação de amizade com outros sindicatos de outras regiões, conseguimos uma brecha para dividirmos a categoria em dois sindicatos representativos. Com isso, conseguimos trazer para esta segunda entidade a maioria dos trabalhadores do setor, pois os pertencentes ao quadro do transporte coletivo de passageiros representavam cerca de 80% da categoria. Juridicamente, o desmembramento foi permitido por se entender que, apesar de rodoviários, eram duas categorias distintas, pois atuavam em setores diferenciados, respeitando assim, a ideia de unicidade sindical prevista por Lei. Nasceu, assim, em 1999, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Urbano, Intermunicipal, Interestadual, Fretamento e Turismo de Juiz de Fora.

### **P: Como é o dia a dia dos motoristas de ônibus em relação ao cenário nacional, no que diz respeito a problemas de doenças ocupacionais, bem como faixas salariais e jornadas de trabalho?**

J.P: Temos demandas muito parecidas com outras regiões do Brasil, como bandeiras de lutas por melhores salários e condições de trabalho. As doenças ocupacionais são as mesmas, uma vez que trata-se de enfermidades acometidas pelo esforço diário na condução dos veículos, como problemas de colunas, artrite e outras de ossos-musculares. Doenças como estafa,

estresse e outros de ordem psicológica são também comuns devido ao desgaste com contato diário com o público e o enfrentamento de congestionamentos eo próprio estresse do trânsito na cidade em determinados horários de pico. O perfil dos motoristas e cobradores em outros estados é similar. Não temos dados estatísticos que comprovem escolaridade e renda das famílias, mas a função desempenhada já sugere características quanto a estes dados, devido aos baixos salários e aos poucos pré-requisitos para o exercício profissional. A faixa salarial de motoristas dos ônibus urbanos em cidades do porte de Juiz de Fora são também parecidas. Um motorista na cidade de São Paulo tem salário médio de R\$ 1.552,13, de acordo com dados da convenção coletiva da categoria de 2010. Em Curitiba, o salário segue a mesmo nivelamento, sendo o salário médio de R\$ 1.350 para motoristas e de R\$ 810 para cobradores. O salário dos motoristas de ônibus urbanos em Juiz de Fora em 2010 é de R\$ 1.051,00 e o dos cobradores chega a 50% deste valor. Temos muitas conquistas através do acordo coletivo que garante ganhos indiretos através de tíquete alimentação no valor de R\$ 170,00, cesta básica composta de 17 alimentos de primeira necessidade, além de outros itens que buscam conferir à categoria condições de trabalho e de vida melhores, como plano de saúde, seguro de vida, escalas de trabalho com intervalos de descanso, dentre outras. Nossa história sempre foi marcada por muita luta nas ruas e nas mesas de negociação com a classe patronal, o que nos garante estas conquistas e ganhos indiretos. Muitos destes avanços que obtivemos são frutos de nossas vitoriosas campanhas salariais, manifestações e greves que mostraram a força do trabalhador rodoviário de Juiz de Fora. Poucas categorias como a nossa no país tem estas cláusulas sociais, que, de certa forma, incorporam ganhos aos salários. Apesar das disputas políticas dentro da própria categoria, na hora de lutarmos por melhores salários e condições de trabalhos, os rodoviários sempre se mostraram unidos por objetivos únicos, o que é revelado na repercussão de nossas greves em nível estadual e até nacional, como a operação tartaruga que causou um caos ao trânsito de Juiz de Fora este ano.

**P: O Sinttro é filiado a alguma Federação, Confederação ou Central Sindical de Trabalhadores?**

**JP:** O Sinttro não é mais filiado à Federação dos Trabalhadores em Transportes de Minas Gerais por uma desavença política com o presidente. Mas, mesmo assim, mantemos um excelente relacionamento com outros sindicatos dos rodoviários em Minas Gerais, sempre trocando informações e ajudando no que for necessário. Esta troca de informações permite que consigamos manter um nivelamento das cláusulas dos acordos coletivos e salários. Somos filiados à Nova Central Sindical de Trabalhadores. Aliás, em Juiz de Fora, estamos fortalecendo a NCST, hoje, já contamos com quinze entidades são filiadas e mantêm um sistema de cooperação entre elas em ações políticas, encontros frequentes e apoios a determinadas bandeiras de luta. As ações desencadeadas pela entidade na região não são vinculadas politicamente a nenhum partido, no entanto, cabe aos próprios sindicatos definirem apoios políticos a determinados candidatos e partidos, mas não existe nenhum vínculo efetivo, o que, em sua opinião, garante a liberdade sindical. Buscamos não atrelar política sindical da política partidária justamente para que possamos desenvolver nossas ações e projetos com total liberdade, buscando uma gama maior de participação de todos os trabalhadores. A Central se caracteriza pela pluralidade, esta peculiaridade é que faz com que nossos movimentos tenham o apoio de todas as categorias envolvidas, reforçando nossas bandeiras de luta em nível local e nacional.

**P: Discorra sobre o funcionamento do Sinttro, os serviços oferecidos aos associados e o perfil dos mesmos.**

P.A: Funcionamos em uma sede alugada, no centro de Juiz de Fora. Ainda não temos uma sede própria, este é nosso próximo objetivo. No entanto, possuímos seis casas em uma colônia de férias em Itaipava, Espírito Santo. Hoje, nos temos cerca de 4.800 associados, sendo, aproximadamente 80% deste número composto de trabalhadores que atuam no transporte coletivo urbano, o restante, os percentuais são distribuídos, nas empresas de transporte intermunicipal, interestadual, fretamento e turismo, na área de jurisdição de Juiz de Fora. A cada mês recebemos cerca de 20 novos pedidos de adesão, o que demonstra que estamos no caminho certo. Se somarmos os dependentes de nossos titulares, numa perspectiva média de dois filhos por cada titular, este público alvo chega a mais de 10 mil pessoas, o que deixa os políticos em campanha eleitoral voltados para nossos problemas e questões, querendo tirar vantagens em cima da categoria. Sempre somos procurados em períodos eleitorais. Voltando a falar sobre nossos serviços, oferecemos tratamentos odontológicos em gabinetes dentários próprios de primeira qualidade e montados com equipamentos mais modernos que existem. Temos quatro dentistas. Além dos dentistas, é oferecida uma série de benefícios que também atraem o contato diário dos associados com os diretores sindicais e seus funcionários, como expedição de guias médicas e de exames laboratoriais, marcação para as férias nas casas da Colônia de Férias em Itaipava, Espírito Santo, além de mantermos um setor de recursos de multa de infração, auxiliando a categoria na defesa junto à Junta Administrativa de Recursos de Infração, órgão ligado à Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito. Além disso, temos um regulamento Interno que normatiza todas as suas ações como entidade sindical, bem como diretrizes para o dia a dia de atuação da entidade junto a seus associados e órgãos públicos. Temos ainda um departamento jurídico composto de três advogados mantém este controle, além de ser acionado no descumprimento dos acordos coletivos de trabalho, assinados com a classe patronal, além de atendimento aos associados nas áreas cível, criminal e família.

**P: Discorra sobre os movimentos realizados pelos trabalhadores, organizados pelo Sindicato nas últimas campanhas salariais.**

J.P: Fizemos nestes últimos anos greves que pararam o trânsito de Juiz de Fora, chegando a 100% de adesão. Por ser considerado serviço essencial à comunidade, já tivemos problemas e por isso buscamos atender às exigências legais para que a greve seja deflagrada como aviso prévio em um prazo de 48 horas aos órgãos competentes como Ministério Público do Trabalho, empresários do setor, Prefeitura, Polícia Militar. Mas isso, não enfraquece a nossa força e muito menos o barulho que fazemos. Buscamos sempre novas estratégias de mobilização como operações relâmpagos, que obstruem o trânsito como a chamada Operação Tartaruga, na qual os ônibus trafegam pelas ruas centrais do município em fila indiana com uma velocidade reduzida, causando tumultos aos usuários do sistema e tornando trânsito lento. O interessante é que mesmo com as brigas entre os membros e até mesmo dentro da própria diretoria, quando acontece uma paralisação da categoria, todos se unem. Em 2009, por exemplo, conseguimos 100% de adesão. Quando a classe patronal endurece nas rodadas de negociação, a categoria é acionada para passeatas nas ruas centrais da cidade com faixas que chegam a ironizar e debochar dos empresários, e o melhor, conseguimos ainda o apoio da comunidade: “O patrão de carro novo e eu comendo pão com ovo”, “trabalhador unido jamais será vencido”. Além de nosso alvo nas negociações ser a classe patronal, não deixamos de fazer críticas à Prefeitura, responsável pela permissão de exploração do transporte público municipal às empresas de transporte, quando o mesmo não se posiciona nestas negociações e causa entraves da campanha salarial. Em 2010, a ameaça de se repetir a paralisação histórica do ano anterior foi uma estratégia arma contra os empresários na tentativa de aumentar o índice salarial proposto na mesa de negociação, além dos avanços em cláusulas sociais, como intervalos entre jornadas, seguro de vida, plano de saúde, tíquete alimentação, cesta básica, licença remunerada, dentre outras cláusulas que acabam garantindo ganhos indiretos à categoria. Uma bandeira de luta mais recente é a redução da jornada

de trabalho da categoria de 7 horas e 20 minutos para 6 horas, que ainda não conseguimos conquistar em 2010, mas que vamos incluir nas reivindicações no próximo ano. Em 2010, fizemos Operação Tartaruga, segurando o trânsito em determinados entrocamentos da região central da cidade. As negociações se arrastaram, começaram em dezembro de 2009, com troca de minutos de acordos coletivos de trabalho entre o Sindicato e classe patronal. Ao contrário do ano anterior, a categoria não apresentava brigas com outras facções políticas dentro da categoria, o que aliviou os embates e discussões.

**P: Qual a importância da comunicação neste processo de mobilização e como é utilizada no dia a dia da entidade?**

P.A: Nós temos um jornalista profissional que está com a gente desde a fundação do Sindicato, que faz boletins rápidos. Na campanha de 2010 fizemos sete informativos desta natureza, com palavras no sentido de estimular a garra e mexer com a cabeça da categoria, informando sobre as negociações. Pintamos faixas que motivavam o movimento e as colocamos em pontos do trânsito, em locais de renição dos funcionários e portas da garagem de empresas, no tamanho de cinco metros. Utilizamos ainda pouco os jornais impressos, por serem muito caros, mas mantemos outras formas de informar nossa categoria, como um jornalzinho preso no mural da sede e murais, panfletos, banners, carros de som. Fora o trabalho da campanha salarial, ainda mantemos alguns “mimos” para os associados, buscando manter o contato, como cartões de aniversário. A categoria gosta de um jornal que tenha críticas fortes aos patrões, que deboche dos políticos, que ironizem a situação política da cidade e dos seus dirigentes. Um jornal de sindicato tem que usar jargões fortes, palavras de ordem, para buscar a mobilização e conscientização política da categoria. Não tem como dissociar Sindicato de política, nossas ações no dia a dia são políticas, nossos discursos sempre têm que ser repensados visando atingir determinados objetivos na representatividade do trabalhador rodoviário, bem como para garantir um espaço político para este mesmo segmento no cenário local

**P: E para o presidente, como deve ser este tipo de jornal?**

J.P: O jornal tem o objetivo de mobilizar e esclarecer a categoria, mas sem apelar para ofensas e críticas muito contundentes a políticos ou à Prefeitura. Acho que se começa a descambar para isso perde seu objetivo, enquanto um informativo do Sindicato. Acho que temos que mostrar nossos benefícios e o que estamos fazendo para a categoria. É como se o jornal fosse uma vitrine do melhor que acontece em nossa entidade e do melhor que oferecemos para nossos associados. Essa deve ser a prioridade de nossa publicação, depois podemos fazer nossas críticas políticas a vereadores, prefeito, deputados e seus respectivos partidos.

Entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores, Funcionários e Servidores da Administração Direta, Indireta, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Associações Cíveis da Prefeitura de Juiz de Fora.

Nome: Cosme Ricardo Gomes Nogueira

**P: Como foi fundado o Sinserpu e quais os serviços e vantagens que oferece aos associados?**

C.N: Foi fundado em 05 de outubro de 1988, sendo um dos primeiros sindicatos de servidores públicos criado após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Temos orgulho de já no mesmo ano, realizarmos a primeira negociação com a Prefeitura de Juiz de Fora, alcançando vários benefícios e avançando em questões que não eram discutidos na medida em que os servidores não tinham uma organização sindical que representasse estes trabalhadores. Possuímos sede própria. Temos os seguintes departamentos: administrativos, imprensa e jurídico. O administrativo é responsável pelo funcionamento da entidade, como realização de convênios médicos e odontológicos, clubes de recreação e a viabilização financeira dos trabalhos e serviços prestados aos associados. O setor jurídico ainda presta assistência gratuita aos filiados nas áreas trabalhista, cível e criminal.

**P: Qual o perfil do sindicalizado?**

C.N: Temos cerca de cinco mil associados. O perfil deles é muito heterogêneo diferenciado, uma vez que temos no nosso quadro de associados servidores de níveis culturais e econômicos dos mais diferentes que atuam nas áreas burocráticas e de serviços essenciais, como limpeza urbana e obra. Não temos uma pesquisa que traça o perfil de seus associados, o que seria muito interessante. Mas os setores que possuem mais sindicalizados são o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (Demlurb) e a Secretaria Municipal de Obras, o que revela duas vertentes. Diante disso, acreditamos por este número de servidores destes dois setores serem os mais expressivos no nosso quadro, eles se adequam mais ao nosso discurso como entidade sindical do que a maioria dos chamados trabalhadores dos setores administrativo e burocrático. Mesmo porque as outras categorias de profissionais mais qualificados, dos níveis mais burocráticos, que atuam na administração pública direta ou indireta, tenham um direcionamento político mais próximo dos seus sindicatos específicos, como o dos professores, médicos, engenheiros dentre outros. No entanto, apesar de não termos estes dados estatísticos, existe um número significativo de servidores dos setores administrativos filiados ao Sinserpu.

**P: Como são realizadas estas mobilizações nas campanhas salariais, uma vez que o Sinserpu não é o único sindicato atuante nestes períodos, por conta dos sindicatos de trabalhadores específicos que também têm demandas específicas dentro da administração direta e indireta?**

C.N: As mobilizações por melhores salários e condições de trabalho são realizadas em conjunto. No período de data base, os índices de reajuste são comuns às categorias, mas quanto às cláusulas sociais específicas de algumas categorias, estas são negociadas diretamente entre os sindicatos profissionais e à Prefeitura, com nosso apoio. Conseguimos aglutinar forças para fortalecer o movimento, já que temos um alvo em comum. As mobilizações têm este desafio de conseguir fazer com que todos os servidores se envolvam. Mas, temos que considerar também neste cenário os chamados profissionais que têm cargos políticos e comissionados, representando cerca de 30 a 40% do quadro de funcionários, que existem em todas as administrações municipais, que acabam não sendo facilmente envolvidos em nossas campanhas e bandeiras de luta, uma vez que a função que exercem tem o

comprometimento a questões políticas. Acredito que isso, infelizmente, favoreça o individualismo e a concorrência entre estes servidores. Outro desafio que enfrentamos é que nossas demandas sempre esbarram em questões políticas, pois tudo passa pela Câmara Municipal para aprovação ou rejeição. A bandeira de luta atual é a aprovação da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à proteção do direito de organização e aos processos de fixação das condições de trabalho da função pública, que favorece que a convenção coletiva para servidores públicos passe pelo sindicato representativo.

**P: O Sinserpu é filiado a alguma Federação, Confederação ou Central Sindical? E qual a importância deste vínculo?**

C.N: Somos filiados à Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a qual eu respondo pela presidência estadual. Optamos por esta Central por que nossas bandeiras de luta estão relacionadas à defesa um Estado forte e contrário à política neoliberal, uma luta que o sindicato encampou, principalmente, na atual administração municipal, que trabalha com o propósito de privatizar setores essenciais, como saúde e a coleta de lixo. Somos ainda filiados à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. Nosso discurso faz apologia de um sindicalismo moderno, independente e de resultados, que não seja nem submisso e nem radical, afinal, vivemos uma realidade que nos impõe determinadas características, como ter um presidente que veio da classe trabalhadora. Estamos diante de um governo popular e não podemos ter uma oposição acirrada para não sermos massa de manobra das elites e reforçar seu discurso que este governo Lula não funciona. Trata-se de uma correlação de forças. Mas temos que ter a altivez de apontar as falhas deste governo popular quando vai contra as demandas dos trabalhadores.

**P: Discorra sobre as últimas campanhas salariais.**

C.N: Todos os anos, nossas campanhas acabam em manifestações nas ruas de Juiz de Fora, trabalhando com os outros sindicatos especializados de profissionais que atuam na administração municipal. Nossa data-base é em maio. Neste ano (2010), mais uma vez o Sindicato levou as ruas centenas de servidores, depois de uma paralisação de oito dias, inclusive com a greve dos trabalhadores do Demlurb, que impactou mais nosso movimento, deixando o centro da cidade com lixo urbano espalhado pelas ruas e avenidas, mostrando a importância do trabalho destes servidores para a manutenção do dia a dia do município. Conseguimos um reajuste de 11% de reajuste salarial, sendo que no princípio das negociações, a administração municipal tinha oferecido 7%, o que resultou em todo movimento. Há de se ressaltar que o índice de aumento salarial era uma reivindicação conjunta, mas sobre cláusulas sociais, específicas das inúmeras categorias que pertencem ao quadro de servidores, elas eram discutidas de forma separada com a administração municipal. O Sindicato dos Professores de Juiz de Fora (Sinprojf) conseguiu reforçar ainda mais nosso movimento, com outros sindicatos, com uma adesão significativa.

**P: Na sua opinião, o que mudou no sindicalismo nesta década?**

C.N: Nos anos 60 e 70, o marco foi a luta contra o regime militar, tendo seu principal expoente o movimento estudantil, que teve um papel importante de enfretamento nesta época. Nos anos 70, a organização sindical tem um apoio importante da igreja progressista através da teoria da libertação, fortalecendo novas lideranças sindicais, como Lula, Medeiros, Menegelli. No início dos anos 80, com a abertura democrática e maior liberdade de expressão, os sindicatos começam a se organizar de uma forma diferenciada, uma vez que ocorrem algumas mudanças com a globalização, o advento de tecnologias mais apuradas, que acabam

interferindo na relação capital e trabalho, afetando as características dos sindicatos bem como os trabalhadores.

**P: Discorra sobre a importância da comunicação nas atividades do Sinsерpu.**

C.N: Temos uma jornalista profissional que nos auxilia, monitorando as notícias que saem na imprensa local, bem como produzindo reais e realizando outras ações comunicativas de acordo com a demanda e com as decisões de nossa diretoria. Temos um boletim cuja periodicidade não é tão regular como gostaríamos, mas busca-se que a publicação seja mensal. Entramos na era tecnológica com um site, cujo endereço é [www.sinsерpu.org.br](http://www.sinsерpu.org.br) com notícias e informações sobre a estrutura do sindicato, divulgando convênios e serviços aos associados, além de fotos de campanhas e bandeiras de luta empreendidas nos últimos anos. Temos pesquisas que mostram o número de acesso ( 1.500 por mês) que acabam dando um respaldo para este novo canal. Nosso jornal, anteriormente utilizava em sua logo, a cor vermelha, quando era filiado à Central Única dos Trabalhadores. Após a filiação à CGTB, adotou o azul. Enviamos o jornal via mala direta aos associados e deixamos alguns exemplares ficam expostos na sede do Sindicato para quem nos visita. Acredito que a comunicação é a base para o fortalecimento de nossas falas, de nossas demandas, de nossa integração com a categoria, ainda mais neste período de novas tecnologias que expõem as informações de forma tão instantânea, trazendo benefícios e também malefícios. Toda esta tecnologia de distribuição de informação gera certo comodismo às pessoas. Estamos conectados com o mundo todo, o que nos dá a sensação de que não precisamos mais do contato, da interação entre os grupos para nos informar, refletir e discutir sobre temas que nos afligem, isso acaba gerando uma falha na politização dos indivíduos. O discurso massivo acaba moldando comportamento, gerando um consumismo exagerado, orientando ações e restringindo um senso crítico. Com isso, grupos religiosos e políticos acabam se sobressaindo. È necessário a democratização da comunicação, que permita instrumentos de criticar este discurso passado todos os dias pelas telenovelas, telejornais, programas de entretenimentos dos grandes meios massivos.

# ANEXOS

## Jornal do Sinsperpu



## ANEXO I

Tabela 1927 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias e associadas a sindicato, por tipo de sindicato, sexo e grupos de idade													
Brasil													
Variável = Pessoas de 18 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias e associadas a sindicato (Mil pessoas)													
Ano = 2009													
Tipo de sindicato	Sexo	Grupos de idade											
		Total	18 e 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 anos ou mais	
<b>Total</b>	<b>Total</b>	17.142	194	1.348	2.196	2.265	2.156	2.209	2.045	1.800	1.325	1.604	-
	<b>Homem</b>	10.202	102	789	1.244	1.322	1.262	1.302	1.234	1.042	811	1.096	-
	<b>Mulher</b>	6.939	93	560	952	944	894	906	811	758	514	508	-
<b>Empregados urbanos</b>	<b>Total</b>	10.239	148	993	1.579	1.532	1.447	1.394	1.233	969	564	380	-
	<b>Homem</b>	6.070	76	592	928	920	855	803	731	565	349	249	-
	<b>Mulher</b>	4.169	71	401	650	612	592	591	503	404	215	130	-
<b>Profissionais liberais</b>	<b>Total</b>	464	-	12	58	67	62	58	63	49	41	54	-
	<b>Homem</b>	256	-	6	26	31	30	30	36	27	30	39	-
	<b>Mulher</b>	208	-	6	32	36	32	28	27	21	11	14	-
<b>Trabalhadores autônomos</b>	<b>Total</b>	279	1	12	22	42	36	41	36	39	24	26	-
	<b>Homem</b>	222	1	9	18	28	28	34	29	33	20	23	-
	<b>Mulher</b>	57	1	3	5	13	8	7	7	6	3	3	-
<b>Trabalhadores rurais</b>	<b>Total</b>	4.705	38	241	367	419	420	513	509	554	591	1.053	-
	<b>Homem</b>	2.770	21	125	173	221	234	313	308	307	349	720	-
	<b>Mulher</b>	1.935	17	117	194	198	186	200	201	246	242	333	-
<b>Outros</b>	<b>Total</b>	1.455	8	90	170	205	191	202	204	189	105	91	-
	<b>Homem</b>	884	4	57	99	121	116	122	131	109	62	64	-
	<b>Mulher</b>	571	4	33	71	84	76	80	73	80	43	27	-

**Nota:**

1 - Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2 - A categoria **Total** inclui as pessoas sem declaração de tipo de sindicato.

3 - Os dados desta tabela foram reponderados pelo peso definido pela Contagem da População de 2007.

**Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**